

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA SÃO PAULO NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS
(1951-1954) – SECA E DESIGUALDADES REGIONAIS

MONIA DE MELO FERRARI

SÃO CARLOS

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA SÃO PAULO NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS
(1951-1954) – SECA E DESIGUALDADES REGIONAIS

MONIA DE MELO FERRARI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

SÃO CARLOS

2005

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F375mn

Ferrari, Monia de Melo.

A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954) – seca e desigualdades regionais / Monia de Melo Ferrari. -- São Carlos : UFSCar, 2005.

160 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Migração interna do nordeste para São Paulo. 2. Secas. 3. Disparidades regionais. I. Título.

CDD: 304.8913061 (20^a)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Villa, amigo e orientador, por sua orientação e atenção especial.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela atenção dedicada e pela bolsa concedida no período da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Jacob Carlos Lima que esteve presente na banca de qualificação deste trabalho e muito contribuiu com suas observações.

À minha família, que além do incentivo e apoio desde o início sempre esteve disposta a ajudar no que fosse possível.

À Stênio pelo apoio e muitas vezes participação efetiva na realização deste trabalho, o que foi muito importante.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. MIGRAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS.....	05
3. DOIS CENÁRIOS NUMA MESMA CONJUNTURA: SÃO PAULO E O NORDESTE NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS.....	13
3.1 Regiões e populações diferentes.....	13
3.2 De região da cana-de-açúcar à região menos desenvolvida.....	22
3.3 Desigualdades regionais.....	29
3.4 A seca de 1951-1953 – fator de expulsão.....	51
4. OS NÚMEROS DA MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA SÃO PAULO.....	66
5. A VINDA DOS MIGRANTES NORDESTINOS PARA SÃO PAULO.....	102
6. PLANOS E MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A REGIÃO NORDESTE.....	136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	158

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Áreas e populações do Polígono das Secas.....	15
TABELA 2: População por situação de domicílio no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950.....	17
TABELA 3: Índice de analfabetismo no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950 (pessoas a partir de 5 anos de idade).....	18
TABELA 4: Pessoas de 10 anos e mais, que possuem curso completo, segundo o grau de ensino, no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950.....	19
TABELA 5: Números de estabelecimentos, operários ocupados, salários, vencimentos e valor da produção industrial no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1949.....	41
TABELA 6: Área cultivada referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953.....	43
TABELA 7: Valor da produção referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953.....	44
TABELA 8: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970.....	71

GRÁFICO 1: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970.....	72
TABELA 9: Migrantes no estado de São Paulo em 1950 e 1960.....	77
TABELA 10: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950.....	79
GRÁFICO 2: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950.....	80
TABELA 11: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950 em valores percentuais.....	81
GRÁFICO 3: Média porcentual do número de migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em 1951, 1952 e 1953.....	82
TABELA 12: Situação de domicílio dos nordestinos vivendo no estado de São Paulo em 1960.....	85
TABELA 13: Situação de domicílio dos brasileiros de 1940 a 1991.....	86
TABELA 14: Vias pelas quais os migrantes nordestinos entravam em São Paulo em 1951.....	108

RESUMO

A migração nordestina para o estado de São Paulo, em especial para a capital, foi um fenômeno social bastante expressivo ao longo do século XX, especificamente a partir da década de 1930, quando o número de imigrantes estrangeiros vindos para São Paulo foi superado pelo número de migrantes nacionais (dos quais a maioria era de nordestinos); e especialmente na primeira metade da década de 1950 – que compreende o período do segundo governo Vargas, quando esta migração se tornou muito intensa, superando todos os números do êxodo nordestino registrados até o momento.

É importante ressaltar que no período em questão, o local de destino dos migrantes, ou seja, São Paulo, passava por um grande processo de desenvolvimento econômico-industrial, pois, além de outros fatores, contava com um acúmulo de capital do setor cafeeiro desde o século XIX e com uma política protecionista e de substituição de importações do governo federal que, de certa forma, favoreceu a região. Em contraposição, o local de origem dos migrantes, ou seja, a região Nordeste, ainda sustentava suas antigas características: economia estagnada, agricultura atrasadas e pouco diversificada, grandes proprietários de terra, concentração de renda, indústria com baixa produtividade e também pouco diversificada e débeis relações capitalistas de produção; além de sofrer com as secas periódicas.

Tais características das duas regiões acentuavam as desigualdades regionais e, concomitantemente à seca de 1951-1953, criaram um cenário propício à migração nordestina, em especial às áreas urbanas. Desta forma, neste período o êxodo nordestino passava a ser direcionado não exclusivamente à agricultura paulista, mas também aos centros urbanos desenvolvidos, especialmente à capital, onde rótulos e preconceitos em relação aos migrantes foram se consolidando, generalizando todos os migrantes nordestinos na figura do baiano.

A grande migração gerou muitos debates na Câmara dos Deputados, artigos na revista O Cruzeiro - que tinha grande importância e circulação no período -, algumas páginas exclusivas nas Mensagens Presidenciais; enfim, uma certa preocupação social que, na maioria das vezes, estava relacionada à migração e aos problemas que esta poderia causar e não aos migrantes em si, ou seja, aos flagelados da seca e procedentes de uma região carente de atenção, projetos e investimentos.

Desta forma, ao menos no que pudemos constatar durante a pesquisa, não houve medidas efetivas em relação aos migrantes e à migração. Porém, não podemos também afirmar que nada foi realizado em relação à região Nordeste, pois neste período houve a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), marco de uma nova fase das políticas do governo federal para a região das secas, assinalando assim o segundo governo Vargas como o período de transição de uma fase em que as políticas direcionadas para a região eram basicamente sustentadas em preocupações relacionadas à falta de água para uma fase em que o desenvolvimento econômico do Nordeste passou a estar também em pauta. Contudo, apesar de tal importância, o governo Vargas foi também palco da maior migração da História do Brasil, explicitando assim que muito ainda deveria ser realizado para a região das secas.

A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA SÃO PAULO NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954) – SECA E DESIGUALDADES REGIONAIS

1. INTRODUÇÃO

Processos migratórios são fenômenos sociais que se inserem em várias linhas de pesquisa, pois abarcam muitas outras questões que não se restringem apenas ao aspecto do movimento populacional em si. O contexto histórico, político e social do local de origem e de destino dos migrantes estão intimamente relacionados ao fenômeno, o que torna fundamental que no estudo da migração questões subjacentes sejam consideradas.

No caso das migrações internas no Brasil tais fenômenos estão, muitas vezes, relacionados a certos fatores específicos:

“...pode-se afirmar que os deslocamentos em nosso país estão claramente relacionados, entre outros fatores, com o processo de desenvolvimento das relações capitalistas, com a questão fundiária, o crescimento econômico, a urbanização e as desigualdades regionais.” (ESTRELA, 2003, p. 240)

Tais questões são muito importantes no estudo das migrações internas, fazendo assim parte da discussão deste trabalho, que tem como objetivo estudar a migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas, a qual, como ressalta VILLA (2000), se transformou na maior migração da História do Brasil. Nessa perspectiva podemos dizer que a questão das desigualdades regionais e a seca do Nordeste também compõem o foco central deste trabalho, pois fazem parte

do contexto em que esta migração nordestina ocorreu, além de serem consideradas importantes fatores de atração e expulsão desta migração.

É necessário ressaltar que o segundo governo Vargas, além de ter sido palco da grande migração nordestina para São Paulo, também fez parte do período considerado o marco da segunda fase das políticas do governo federal para o Nordeste, ou seja, quando a política hidráulica passava a ser questionada e substituída por preocupações relacionadas ao desenvolvimento da região, o que necessariamente resultava também em novos debates sobre a migração nordestina. A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, é, mais especificamente, considerada o marco desta nova fase e é aqui brevemente discutida no Capítulo 6, pois além de fazer parte do contexto histórico em que a migração em questão ocorreu, tinha-se como principal objetivo em sua criação o financiamento do desenvolvimento econômico do Nordeste - região de origem dos migrantes - questão esta de grande relevância no estudo de processos migratórios.

Em relação a esta parte do trabalho não poderíamos deixar de destacar a atenção e contribuição do Banco do Nordeste do Brasil, que através do envio de material bibliográfico de seu acervo, contribuiu para a realização da pesquisa.

É importante enfatizar que tais questões aqui discutidas por fazerem parte do cenário da migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas, apesar de serem fundamentais para o trabalho, não tornam menos importante o movimento migratório em si, que, por isso, não foi menosprezado neste trabalho. A vinda dos migrantes, seus meios de transportes, as dificuldades enfrentadas durante as viagens; enfim, todo este universo que bem descreve a odisséia dos nordestinos também fez parte da pesquisa. Para isto foram utilizadas reportagens da revista O Cruzeiro, fonte bastante rica por se tratar de uma revista semanal, de circulação nacional e de grandes tiragens no período em questão.

A pesquisa nos periódicos foi realizada, em um primeiro momento, no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas. Porém, o arquivo não possuía todos os volumes da revista referentes à primeira metade da década de 1950, sendo então necessária, num segundo momento, a pesquisa na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, onde todos os periódicos sobre o período em questão foram encontrados.

Em relação aos dados da migração nordestina, as pesquisas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e especialmente no Memorial do Imigrante foram fundamentais, pois disponibilizam dados oficiais que são a base quantitativa deste trabalho. Ainda em relação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seu acervo também foi muito importante para a sucinta construção de algumas diferenças entre a região Nordeste e São Paulo aqui realizada.

É importante ressaltar que discutimos também neste trabalho as propostas e pretensões do governo federal em relação à grande migração nordestina para São Paulo e os fatores relacionados a ela - de uma forma geral seca e desigualdade regional - expressas nos planos e medidas para a região das secas e nas Mensagens Presidenciais, além de analisarmos também os debates gerados na Câmara dos Deputados sobre tais questões.

Em relação a este último, apesar de conter várias reivindicações e discussões realizadas na Câmara com objetivos privados e clientelistas de alguns políticos, é importante ressaltar que tais Anais não poderiam ser desconsiderados, pois são fontes de pesquisa que retratam muitas das preocupações e percepções do período sobre a migração e sobre os fatores relacionados a ela, o que é fundamental para este trabalho.

Os Anais da Câmara dos Deputados foram primeiramente pesquisados no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, porém o arquivo possuía poucos volumes sobre o período do segundo governo Vargas, sendo necessária a pesquisa no Arquivo Municipal de São

Paulo, onde os documentos que foram possíveis de serem encontrados estavam empilhados sobre armários de uma pequena sala. Contudo, após muita persistência, vários volumes dos Anais da Câmara referentes aos anos de 1951 a 1954 foram localizados. Já as Mensagens Presidências, em um primeiro momento, foram pesquisadas no Arquivo do Estado, em São Paulo. Porém, posteriormente, por motivos de viabilidade, a pesquisa passou a ser realizada no site da Universidade de Chicago, onde estão disponíveis as Mensagens Presidenciais dos governos brasileiros de 1889 a 1993 e alguns Relatórios de Ministros dos anos de 1821 a 1960, dos quais alguns foram utilizados neste trabalho.

Por fim e não menos importante, a pesquisa no Centro de Estudos Migratórios (CEM), localizado em São Paulo, também foi relevante para a execução deste trabalho, pois além de possuírem acervo bibliográfico, publicam a revista *Travessia*, a qual tem como foco central a questão da migração.

É ainda necessário enfatizar que os Capítulos 4 e 5 são os que tratam da migração nordestina de maneira mais específica. Porém, como já foi ressaltado, o estudo das migrações exige também uma breve discussão sobre o contexto em que os movimentos populacionais acontecem para que não se corra o risco de estudar a migração de forma descontextualizada, negligenciando assim fatores importantes relacionados a ela. Desta forma, neste trabalho as desigualdades regionais e a seca do Nordeste são discutidas mais especificamente no Capítulo 3. Todavia, o estudo de tais fatores não nos distanciou demasiadamente do foco central da pesquisa, ou seja, a migração nordestina, pois são discutidos de maneira sucinta.

2. MIGRAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

O estudo das migrações internas não consiste apenas na pesquisa isolada do movimento populacional de um determinado grupo de indivíduos de uma região à outra pois, como ressalta SOUZA (1980, p. 33), “O processo migratório não é algo mecânico que ocorre entre um pólo de expulsão e outro de atração”. Seu estudo consiste também em compreender as causas da migração e, conseqüentemente, a situação das regiões de origem e destino. Desta forma, duas questões passam a ser centrais para o desenvolvimento do estudo: os fatores de atração e expulsão da migração.

Em um primeiro momento, esta pode parecer uma consideração bastante simplista para direcionar uma pesquisa, entretanto é importante ressaltar que tais fatores abrangem uma série de outras questões fundamentais para o estudo da migração, ou seja, a compreensão do contexto histórico, social e econômico em que ela acontece. Segundo SINGER:

“Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para seu estudo” (1973, p. 31).

Um determinado contexto histórico marcado pelo desenvolvimento industrial é ressaltado pelos teóricos e historicamente corroborado como um cenário favorável às migrações internas. Desta forma, podemos dizer que a industrialização é muitas vezes uma das questões que devem ser investigadas e exploradas ao se estudar certos processos migratórios.

SINGER, por perceber a industrialização como uma questão fundamental no estudo das migrações, distingue pelo menos três modalidades de industrialização:

“ a) a Revolução Industrial ‘original’, que começou no século XVIII, na Inglaterra e rapidamente se expandiu na Europa Ocidental e Central e na América do Norte, da qual resultou o sistema econômico dos países capitalistas desenvolvidos de hoje em dia; b) a industrialização dos países de economia centralmente planejada, iniciada na União Soviética com o Primeiro Plano Quinquenal (por volta de 1930) e que hoje tem lugar em vários países da Europa Oriental, Ásia e América (Cuba); c) a industrialização em moldes capitalistas, igualmente recente, das ex-colônias européias da América Latina, Ásia e África” (ibid., p. 31-32).

O autor discute ainda a importância da “considerável manipulação ‘política’ dos preços que desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental na industrialização em moldes capitalistas” (ibid., p. 33). Exemplifica então esta questão citando algumas políticas econômicas colocadas em prática em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Dentre tais exemplos, os que mais contribuem à este presente trabalho são os relacionados aos países que, nas palavras do autor, “chegaram tarde à corrida industrial” pois o Brasil faz parte desta categoria de países:

“Nos países que chegaram tarde à corrida industrial, a manipulação dos preços para favorecer a industrialização tornou-se mais direta e, por isso, mais óbvia. A reserva do mercado interno para a indústria nacional passou a ser garantida por meio da fixação de taxas favorecidas de câmbio pelo Estado e, muitas vezes, pela imposição de quotas de importações. O barateamento do capital, na ausência de um mercado de capitais suficientemente desenvolvido, passou a ser assegurado mediante o crédito estatal a juros baixos ou mesmo negativos e subsídios de toda espécie, principalmente sob a forma de isenções fiscais” (ibid., p. 34).

Ainda em relação à industrialização, podemos dizer que existem mais duas questões associadas a este processo que são fundamentais no estudo das migrações: o surgimento de centros industriais e as desigualdades regionais. Como enfatiza DURHAN:

“Embora esta visão constitua uma simplificação do problema, não resta dúvida que, no Brasil, o desenvolvimento econômico resultante da industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: o incremento das desigualdades regionais e a constituição de grandes metrópoles. Tanto um quanto outro fenômeno implicam na formação de grandes correntes de migração interna através das quais se processa uma maciça redistribuição da população” (1973, p. 20).

Sobre o desenvolvimento econômico-industrial - que aconteceu de maneira desigual em relação às regiões do país - e o surgimento da grande cidade industrial, podemos dizer que no Brasil implicaram na imigração estrangeira e também na migração de grande parte da população da zona rural para áreas urbanas, desempenhando um papel fundamental na constituição das grandes cidades. Desta forma, a autora afirma que “A expansão do capitalismo industrial tem sido marcada, em todas as partes, por um movimento de urbanização” (ibid., p. 19), o qual tende a concentrar em grandes metrópoles industriais um alto número de pessoas.

Já sobre desigualdades regionais, DURHAN ressalta que:

“A migração se apresenta como um aspecto das transformações econômicas que constituem o elemento que orienta os movimentos migratórios. A redistribuição da população causada por este movimento prende-se ao desenvolvimento diferencial das diversas regiões do país” (ibid., p. 33-34).

De uma forma geral, podemos dizer então que, “todo o deslocamento interno da população se orienta para as regiões mais profundamente atingidas pela introdução e expansão do capitalismo

industrial” (id. *ibid.*, p. 39), pois as desigualdades existentes entre regiões prósperas e regiões atrasadas são bastante relevantes em relação à migração e sua orientação.

A autora então enfatiza que as populações que vivem nas áreas menos favorecidas do país, ou seja, nas regiões economicamente mais atrasadas, buscam, através do deslocamento geográfico, oportunidades de melhoria de vida. Desta forma transferem-se para as regiões mais ricas e mais prósperas, onde se concentram sistemas econômicos mais produtivos e também possíveis oportunidades e benefícios do desenvolvimento econômico.

Podemos então destacar que a migração está fortemente relacionada à busca por melhores condições de vida, mais especificamente à busca de um melhor “nível de vida ou de padrão de vida” (id. *ibid.*, p. 114):

“...a imigração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração... Mas, fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente.”(id. *ibid.*, p. 113-114) ¹

¹A autora cita o trabalhador da zona rural porque seu trabalho é baseado na migração rural-urbana. Porém, ela ressalta que “Muitos dos imigrantes rurais que estudamos, especialmente os provenientes do Nordeste, moravam em vilas ou pequenas cidades. Mas trata-se de vilas e cidades essencialmente pré-industriais” (p.40) Nestas regiões a autora enfatiza que é conservado o modo de vida tradicional, como nas áreas rurais, e ainda que “a vida do agricultor nos pequenos centros urbanos não significa necessariamente a transformação do seu modo de produção e do seu estilo de vida. Os lavradores, tanto espalhados pelos sítios ou fazendas, como aglomerados nas vilas e cidades, aparecem como componente de uma estratificação que é semelhante tanto em uma quanto em outra situação, e que se fundamenta no mesmo tipo de relação de trabalho.”(p.40-41) Desta forma, DURHAN deixa bastante claro que há mais diferenças entre vilas e pequenas cidades pré-industriais em relação às cidades industriais do que entre vilas e pequenas cidades pré-industriais em relação à área rural, pois nestas localidades são geralmente conservados modos de vida tradicionais, o que muito difere do modo de vida e relação de trabalho nas cidades industriais, onde existe um diferente sistema socioeconômico.

Ainda em relação aos objetivos dos migrantes, DURHAN (1973) ressalta que na região de origem dos trabalhadores, especialmente os envolvidos com a atividade agrícola, eles não deixam de buscar alguma atividade que possa lhes gerar excedentes e assim possibilitar certa melhoria de vida. Segundo a autora, esta atividade buscada pelos trabalhadores é a atividade comercial, a qual classifica como um recurso tradicional, porém capaz de gerar capital: “Tanto para o proprietário que abre um armazém na fazenda, como para o sitiante ou parceiro que vende em consignação nas cidades ou nas feiras, a atividade comercial é por excelência a atividade geradora de capital” (ibid., p. 118). Há ainda, segundo a autora, uma outra possibilidade vista pelos trabalhadores a fim de atingirem o objetivo de melhoria de vida, contudo, esta se encontra fora da região do trabalhador: a migração para regiões mais desenvolvidas economicamente.

SINGER (op. cit., p. 51) também discute a questão das motivações da migração e ressalta que suas causas “são quase sempre de fundo econômico”, exemplificando sua afirmação com a situação de trabalhadores desempregados que precisam migrar para outro lugar “em busca de meios de vida”. Contudo, é importante ressaltar que estes ‘outros lugares’ não são regiões aleatórias, e sim centros urbanos que, segundo SOUZA (1980), atraem ainda mais os migrantes quando aumentam a concentração das indústrias nestes centros. O autor enfatiza também que os desequilíbrios regionais, acentuados pela concentração industrial, podem resultar numa dicotomia que também intensifica os fluxos migratórios em direção às áreas mais dinâmicas do país:

“A concentração espacial das indústrias em torno dos centros urbanos aumenta fortemente a força centrípeta das cidades sobre a população circundante. Num primeiro momento, são atraídos a estes centros urbanos os grupos sociais residentes nas proximidades das áreas que estão se industrializando... E, num segundo momento, são atraídos grupos sociais das regiões mais distantes em decorrência dos desequilíbrios regionais, caracterizados pela acumulação incessante de vários tipos de vantagens na região em fase de industrialização e desvantagens nas regiões que permaneceram com uma economia primária.” (ibid., p. 36-37)

SINGER (op. cit., p. 32) também discute estas questões e, em relação à primeira (surgimento de centros industriais), ressalta que o processo de industrialização “não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho.” Isto resultaria para o autor no surgimento da cidade industrial, a qual tende a atrair populações, pois para ele o processo de industrialização implica na transferência de pessoas em direção às regiões específicas do país.

No que diz respeito às desigualdades regionais o autor ressalta que “A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (ibid., p. 39). A questão das desigualdades leva então SINGER (1973) a discutir os fatores de expulsão dos migrantes – os quais existem na região onde se originam os fluxos migratórios – , que para ele são de duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação.

Os fatores de mudança são aqueles que, segundo o autor, decorrem da introdução de relações capitalistas de produção em certas áreas, mais especificamente quando o processo de industrialização atinge a agricultura. Neste processo o objetivo é o aumento da produtividade do trabalho através de mudanças técnicas e a consequência é a redução do nível de emprego, o que resulta na expulsão de muitos camponeses em busca de trabalho em outras regiões.

Já os fatores de estagnação estão relacionados à deterioração das condições de vida de grande parte da população de uma certa região devido à incapacidade de se elevar a produtividade da terra. Desta forma, segundo SINGER tais fatores se manifestam:

“...sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos)” (ibid., p. 38).

O autor também ressalta que diferentemente das regiões sujeitas aos fatores de mudanças, onde a produtividade aumenta e conseqüentemente há, de certa forma, melhoria nas condições de vida, as regiões sujeitas aos fatores de estagnação funcionam “às vezes como ‘viveiros de mão-de-obra’ para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas” (ibid, p. 39).

Ainda em relação à questão das desigualdades, SINGER (1973) também discute os fatores de atração dos migrantes – que existem na região para onde as migrações se destinam –, os quais determinam a orientação dos fluxos migratórios, e ressalta que o fator de atração mais importante é a demanda por força de trabalho:

“De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando ‘oportunidades econômicas’, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.” (ibid, p. 41)

Na busca por estas oportunidades econômicas ou, nas palavras de SOUZA (op. cit., p. 34), “Ao mercado que os atrai”, este autor ressalta que os migrantes concorrem com três possibilidades de inserção: “com capitais a investir, com habilidades técnicas ou educacionais, ou apenas com a sua força de trabalho.” Porém, é importante ressaltar que há certos obstáculos a serem enfrentados pelos migrantes na busca pelas oportunidades econômicas. Segundo SINGER (1973), são exemplos destes obstáculos a falta de qualificação, de bagagem cultural e de recursos para enfrentarem a competição do mercado urbano capitalista, os quais podem resultar, muitas vezes, em prejuízos aos migrantes na região de destino, como o subemprego e até mesmo o desemprego.

Porém, independentemente da situação em que se encontram ou se encontrarão no lugar de destino, é importante ressaltar que os migrantes deixam sua região de origem – muitas vezes prejudicada pelo desenvolvimento econômico industrial desigual – com o objetivo de buscar

oportunidades econômicas que os possibilitem melhorar suas condições de vida nos centros industriais, os quais agem como pólo de atração em relação aos migrantes.

Por fim, é fundamental destacar novamente que um contexto de desenvolvimento econômico-industrial e de desigualdade regional, construído em um determinado país, resulta em um cenário bastante propício à migração interna que, de acordo com sua intensidade e especificidade, pode fazer parte das transformações econômicas, políticas e sociais de uma nação.

3. DOIS CENÁRIOS NUMA MESMA CONJUNTURA: SÃO PAULO E O NORDESTE NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

3.1 REGIÕES E POPULAÇÕES DIFERENTES

Na primeira metade da década de 1950 a região Nordeste e a região Sudeste, à qual hoje pertence o estado de São Paulo, se encontravam divididas geograficamente ainda pelos critérios do Conselho Nacional de Geografia de 1942, que dividia o país em cinco regiões - Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste; baseando-se fundamentalmente em critérios de natureza fisiográfica e posição geográfica.

O estado de São Paulo fazia parte da região Sul, juntamente com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua incorporação à atual região Sudeste se deu somente quando esta foi criada, em 1969; por isso, na literatura de décadas anteriores a de 1970 é comum encontrarmos descrições da migração nordestina tendo a região Sul como principal destino e nesta sendo incluído o estado de São Paulo.

Já o Nordeste compreendia os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha; os estados de Sergipe e Bahia não faziam parte da região Nordeste, pois se encontravam na região Leste junto a Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. A incorporação de Sergipe e da Bahia à região atual ocorreu somente em 1969 através de uma reformulação da divisão regional do país; porém, apesar de 1969 ser a data oficial, a incorporação já havia sido considerada anteriormente pela área demarcada pela Sudene para sua atuação. Entretanto, mesmo antes de fazerem parte da região geográfica do Nordeste, o Sergipe e a Bahia possuíam parte de seus territórios no Polígono das Secas, delimitado em 7 de Janeiro de 1936 e revisado no decreto de 13 de Setembro de 1946 e em

10 de Fevereiro de 1951, quando o Presidente Getúlio Vargas sancionou a lei nº 1.348, que dispôs sobre a revisão de limites da área do Polígono:

“Art. 1º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do Polígono das Secas, previsto na Lei nº175 de 7 de Janeiro de 1936 e no Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de Setembro de 1946: a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o Ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí, na foz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e seguindo pela margem direita deste a confluência do Uruçuí Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barra, no Estado da Bahia; e pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiúva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco, e cidade João Pessoa, no Estado da Paraíba.” (COMISSÃO INCORPORADORA - BNB, 1953)

O Polígono foi então ampliado de uma área de 978.291 Km² para uma área de 1.150.662 Km², abrangendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, (o Maranhão é o único estado da região que está excluído da área do Polígono) e pequena porção do norte de Minas Gerais sujeita aos efeitos das secas.

De acordo com a Tabela 1 (T1: Áreas e populações do Polígono das Secas – DNOCS), os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba eram considerados zonas secas em sua totalidade, desta forma possuíam 100% de seu território na Área do Polígono. Já o estado do Piauí possuía 98,5% do seu território nesta área, Pernambuco, 85,0%; Alagoas, 45,5%; Sergipe, 58,4%; Bahia, 71,8%; e Minas Gerais, 22,3%.

Em relação à população destes estados vivendo na região do Polígono das Secas, de acordo com Tabela, o Piauí possuía 98,5% de sua população na área do Polígono, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, 100%; Pernambuco, 60,4%; Alagoas, 30,5%; Sergipe, 43,4%; Bahia, 56,8%; e

Minas Gerais, 7,1%. De uma forma geral podemos dizer que 51,3% dos habitantes vivendo nos estados pertencentes ao Polígono se encontravam nesta área.

Tabela 1: Áreas e populações do Polígono das Secas²

Estados	Área (Km ²)			População		
	Total	Zona Seca		Total	Zona Seca	
		N	%		N	%
Piauí	249.317	245.552	98,5%	1.064.438	1.048.791	98,5%
Ceará	153.245	153.245	100,0%	2.735.868	2.735.868	100,0%
Rio G. Norte	53.048	53.048	100,0%	983.572	983.572	100,0%
Paraíba	56.282	56.282	100,0%	1.730.784	1.730.784	100,0%
Pernambuco	97.016	82.499	85,0%	3.430.630	2.073.205	60,4%
Alagoas	28.531	12.972	45,5%	1.106.454	337.693	30,5%
Sergipe	21.057	12.290	58,4%	650.132	282.206	43,4%
Bahia	563.281	404.711	71,8%	4.900.419	2.784.287	56,8%
Minas Gerais	581.975	130.063	22,3%	7.839.792	554.899	7,1%
Total	1.803.752	1.150.662	63,8%	24.442.089	12.531.305	51,3%

Fonte: DNOCS, In: Comissão Incorporadora do Banco do Nordeste do Brasil, 1953.

Podemos então afirmar que grande parte da população da região das secas vivia na área do Polígono e, conseqüentemente, sofria com o flagelo das estiagens, que acentuava ainda mais as difíceis condições de vida desta população, restando muitas vezes uma única alternativa: migrar. Mas antes de entrarmos diretamente nesta discussão é interessante descrevermos algumas características desta população e compará-las às características da população do local de destino, ou seja, de São Paulo.

Primeiramente, em relação a situação de domicílio da população das regiões em questão, através da análise da Tabela 2 (T2: População por situação de domicílio no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950 – Anuário Estatístico do Brasil) podemos perceber que grande parte da população

² Os valores referentes à população total de cada estado desta tabela são valores pouco diferentes dos valores utilizados neste trabalho apesar de ambos serem referentes a 1950 e terem como fonte o IBGE, que também é fonte para muitas outras análises deste estudo.

do Nordeste vivia em áreas não urbanas em 1950, pois somente 15,50% dos habitantes moravam na zona urbana, ou seja, 2.787.212 nordestinos; enquanto que 10,89% viviam em região suburbana e 73,94% na zona rural, o que corresponde à 1.957.596 e 13.228.605 de habitantes, respectivamente. O estado que possuía maior população em zona urbana era Sergipe (desconsiderando Fernando de Noronha), com 21,35% (137.623 habitantes); já o estado com maior número de habitantes na zona rural era o Piauí, com 83,69% (875.112 habitantes).

O estado de São Paulo também possuía maior parte de seus habitantes na zona rural em 1950, ou seja, 47,41% (4.330.212 habitantes), contudo este valor não corresponde à metade da população paulista, diferentemente da região Nordeste, onde o número de habitantes na zona rural corresponde à quase três quartos dos nordestinos. Já nas zonas suburbana e urbana de São Paulo, habitavam 12,66% e 39,93% da população respectivamente, o que corresponde a 1.156.407 e 3.647.804 habitantes.

Podemos então constatar aqui que grande parte dos possíveis migrantes nordestinos eram provenientes de áreas rurais, já que somente 15,50% da população da região Nordeste habitava áreas urbanas, diferentemente do estado de São Paulo, onde apenas 47,41% da população se encontrava em área rural.

Tabela 2: População por situação de domicílio no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950

Estados	Total	Urbano		Suburbano		Rural	
		N	%	N	%	N	%
Maranhão	1.583.248	165.785	10,47%	108.503	6,85%	1.308.960	82,68%
Piauí	1.045.696	83.987	8,03%	86.597	8,28%	875.112	83,69%
Ceará	2.695.450	317.754	11,79%	361.850	13,42%	2.015.846	74,79%
Rio G. Norte	967.921	171.495	17,72%	82.270	8,50%	714.156	73,78%
Paraíba	1.713.259	314.197	18,34%	142.519	8,32%	1.256.543	73,34%
Pernambuco	3.395.185	499.033	14,70%	668.367	19,69%	2.227.785	65,62%
Fernando N.	581	581	100,00%	-	-	-	-
Alagoas	1.093.137	149.310	13,66%	137.069	12,54%	806.758	73,80%
Sergipe	644.361	137.623	21,35%	67.361	10,45%	439.377	68,19%
Bahia	4.834.575	947.447	19,60%	303.060	6,27%	3.584.068	74,13%
Nordeste	17.973.413	2.787.212	15,50%	1.957.596	10,89%	13.228.605	73,94%
São Paulo	9.134.423	3.647.804	39,93%	1.156.407	12,66%	4.330.212	47,41%
Brasil	51.944.397	12.957.543	24,95%	5.825.348	11,21%	33.161.506	63,84%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1950

Em relação ao índice de analfabetismo, analisando a Tabela 3 (T3: Índice de analfabetismo no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950 - pessoas a partir de 5 anos de idade – Anuário Estatístico do Brasil), percebemos que há grandes diferenças entre os estados da região Nordeste e o estado de São Paulo em 1950. Enquanto mais da metade da população a partir de 5 anos de idade de São Paulo era alfabetizada, somente 25,90 % dos habitantes a partir de 5 anos de idade do Nordeste sabiam ler e escrever, o que corresponde à 4.627.329 e 3.876.166 habitantes, respectivamente. Entre os estados pertencentes ao Nordeste, as diferenças nos índices de analfabetismo não eram tão grandes, pois (excluindo Fernando de Noronha) todos os estados tinham mais de 70% de sua população a partir de 5 anos analfabeta. Contudo, Alagoas era o que possuía maior parte dos habitantes sem saber ler e escrever, ou seja, 79,75% da população a partir

de 5 anos; já Sergipe era o estado que possuía o maior percentual de alfabetizados, os quais correspondiam a 29,41% da população a partir de 5 anos (desconsiderando Fernando de Noronha).

Tabela 3: Índice de analfabetismo no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950 (pessoas a partir de 5 anos de idade)

Estados	Total pessoas a partir 5 anos	Sabem ler/escrever		Não sabem ler/escrever	
		N	%	N	%
Maranhão	1.334.320	289.908	21,73%	1.044.412	78,27%
Piauí	860.074	185.335	21,55%	674.739	78,45%
Ceará	2.212.237	591.078	26,72%	1.621.159	73,28%
Rio G. Norte	800.538	222.923	27,85%	577.615	72,15%
Paraíba	1.423.628	361.109	25,37%	1.062.519	74,63%
Pernambuco	2.838.308	780.663	27,50%	2.057.645	72,50%
Fernando N.	491	365	74,34%	126	25,66%
Alagoas	909.978	184.284	20,25%	725.694	79,75%
Sergipe	534.728	157.272	29,41%	377.456	70,59%
Bahia	4.052.049	1.103.229	27,23%	2.948.820	72,77%
Nordeste	14.966.351	3.876.166	25,90%	11.090.185	74,10%
São Paulo	7.796.857	4.627.329	59,35%	3.169.528	40,65%
Brasil	43.573.517	18.588.722	42,66%	24.984.795	57,34%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1950

Ainda em relação à educação, mais especificamente ao grau de escolaridade, a Tabela 4 (T4: Pessoas de 10 anos e mais, que possuem curso completo, segundo o grau de ensino, no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950 – Anuário Estatístico do Brasil) nos evidencia que as diferenças entre o Nordeste e São Paulo são também grandes em 1950 no que diz respeito à conclusão de curso, pois em São Paulo, o número de pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo era de 2.151.535, ou seja, 23,55% da população. Já no Nordeste somente 4,50% da população se encontrava na mesma situação, o que corresponde a 808.201 habitantes.

Tabela 4: Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo, segundo o grau de ensino, no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1950

Estados	Total da população	Pessoas de 10 anos e mais com grau completo		Segundo o grau de ensino							
				Elementar		Médio		Superior		Sem declaração	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Maranhão	1.583.248	50.843	3,21%	43.379	85,32%	6.769	13,31%	692	1,36%	3	0,01%
Piauí	1.045.696	33.065	3,16%	27.463	83,06%	5.006	15,14%	591	1,79%	5	0,02%
Ceará	2.695.450	93.966	3,49%	70.974	75,53%	19.987	21,27%	2.835	3,02%	170	0,18%
Rio G. Norte	967.921	33.677	3,48%	26.451	78,54%	6.160	18,29%	892	2,65%	174	0,52%
Paraíba	1.713.259	55.567	3,24%	45.778	82,38%	8.515	15,32%	1.230	2,21%	44	0,08%
Pernambuco	3.395.185	217.961	6,42%	176.495	80,98%	36.161	16,59%	5.120	2,35%	185	0,08%
Fernando N.	581	171	29,43%	133	77,78%	28	16,37%	9	5,26%	1	0,58%
Alagoas	1.093.137	44.969	4,11%	36.705	81,62%	7.294	16,22%	952	2,12%	18	0,04%
Sergipe	644.361	28.299	4,39%	23.348	82,50%	4.373	15,45%	566	2,00%	12	0,04%
Bahia	4.834.575	249.683	5,16%	121.503	48,66%	31.271	12,52%	5.707	2,29%	202	0,08%
Nordeste	17.973.413	808.201	4,50%	663.229	82,06%	125.564	15,54%	18.594	2,30%	814	0,10%
São Paulo	9.134.423	2.151.535	23,55%	1793538	83,36%	309.085	14,37%	45.529	2,12%	3.383	0,16%
Brasil	51.944.397	6.542.679	12,60%	5388695	82,36%	987.148	15,09%	158.070	2,42%	8.766	0,13%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1950

Contudo, as diferenças de grau de escolaridade entre a população com grau completo das regiões de São Paulo e Nordeste eram poucas, ou seja, 83,36% desta população em São Paulo e 82,06% no Nordeste haviam concluído o ensino elementar, 14,37% e 15,54% o ensino médio, 2,12% e 2,30% o ensino superior, respectivamente.

De uma forma geral, as diferenças entre a região Nordeste e o estado de São Paulo aqui ressaltadas referentes a três características populacionais básicas, ou seja, situação de domicílio, índice de analfabetismo e escolaridade, eram grandes em 1950. Pode-se sintetizar esta questão ressaltando que São Paulo era mais urbanizado que o Nordeste (respectivamente 39,93% e 15,50% da população viviam em área urbana); possuía maior número de habitantes alfabetizados (59,35% da população de 5 anos e mais de São Paulo sabia ler e escrever, enquanto no Nordeste o valor era de 25,90%); e maior número de habitantes com algum grau completo (23,55% em São Paulo e 4,50% no Nordeste em relação à população total); ou seja, eram regiões bastante desiguais no que diz respeito às características aqui analisadas.

Desta forma, o encontro entre “diferentes” – digo diferentes não apenas pelas diferenças aqui analisadas, mas também pela cultura, cor, características físicas e outros atributos que muitas vezes diferenciam populações de regiões distintas – que aconteceu como resultado do grande processo migratório do Nordeste para São Paulo, resultou em discriminação e preconceito em relação aos migrantes. Os nordestinos, provenientes, na sua grande maioria, da zona rural ou de pequenas cidades e semi-analfabetos – como podemos constatar na análise das Tabelas – e ainda em péssimas condições físicas e psicológicas – devido ao martírio da longa viagem –, eram rotulados e discriminados, sendo todos classificados como baianos³ e tendo suas características físicas usadas a fim de materializar os estigmas preconceituosos.

³ Isto aconteceu especialmente porque a grande maioria dos migrantes nordestinos que veio para São Paulo no início da década de 1950 era baiana. Desta forma, todos os outros migrantes nordestinos passaram a ser chamados de baianos. No Rio de Janeiro a mesma situação ocorreu, porém neste estado os migrantes eram rotulados de paraíba.

Sobre esta questão é interessante citar um artigo de Raquel de Queiroz na revista O Cruzeiro, de 7 de março de 1953, intitulado “Seca: Assunto Nacional”, onde a autora discute os rótulos colocados sobre os nordestinos:

“Muitos de vocês sofrem de uma prevenção tradicional contra o nordestino – cabeça chata, amarelo e baixote, entrão e falador, que mete o ombro a qualquer porta, empurra os outros, conta vantagem, e disputa asperamente o seu lugar ao Sol. Com toda caricatura, esse retrato tem muito de verdade; temos um pouco disso tudo, mas também temos muita coisa boa. E grande parte dos nossos defeitos se explica: se lutamos mais de rijo que os outros, é porque somos mais sofridos. Se temos tamanho, cor, estatura e cara e cabeça chata de índio, é porque na nossa terra pobre não houve escravaria tratando ricas lavouras que nos desse mais forte e boa pinta do negro; e igualmente a terra pobre não atraiu emigrantes, que nos irmanasse com os meio-sangue europeus do Sul. E somos pacientes, sofredores, resistentes. Corajosos, agradecidos, decentes, com quem é descende conosco. E brasileiros como o diabo. Sim, com todas as nossas falhas e qualidades, somos talvez o melhor retrato do brasileiro, o mais definitivo, entre todos os tipos de brasileiros dos nossos cinquenta milhões de patrícios.” (p.122)

Como já foi ressaltado, muitos dos rótulos criados em relação aos nordestinos estão relacionados às suas características físicas e sociais, como por exemplo a questão do analfabetismo aqui exposta. Contudo, é importante ressaltar que os dados aqui analisados, além de sucintamente descreverem algumas características da população nordestina e dos potenciais migrantes, evidenciam também parte das diferenças regionais no início da década de 1950. Todavia, as desigualdades se reforçam ainda mais quando são analisados os dados referentes ao setor econômico das duas regiões em questão.

3.2 DE REGIÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR À REGIÃO MENOS DESENVOLVIDA

Para que possamos melhor compreender as desigualdades econômicas entre a região Nordeste e São Paulo no início da década de 1950 devemos, brevemente, através de uma perspectiva histórica, analisar a estrutura econômica do Nordeste desde meados do século XVI, a qual baseava-se numa economia-açucareira de exportação.

Esta economia, desenvolvida mais especificamente na região da zona da mata, era baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, características que impediam o surgimento de relações capitalistas de produção e inibiam o desenvolvimento de culturas adicionais na mesma região.

“O dono da terra não permite, por princípio, quase por doutrina, que se plante coisa alguma, a não ser açúcar. O morador, mesmo que haja terra disponível, não ocupada pela cana-de-açúcar, não pode plantar outra coisa. Primeiramente, porque o proprietário da terra tem medo que o indivíduo crie qualquer benfeitoria e ao sair queira indenização; e em segundo lugar, porque quer que o morador plante cana. De modo que há tremenda resistência contra toda forma de cultura que não seja açúcar.” (FURTADO, 1959, p. 61-62)

Ao latifúndio estava vinculada também uma outra característica da economia açucareira, que era a alta concentração de renda. Sobre esta questão, FURTADO (1959) ressalta que a formação de um mercado interno ficava impossibilitada em uma economia altamente concentradora de renda, pois um reduzido número de latifundiários absorvia a renda gerada com as exportações do açúcar. Assim, a economia não era capaz de passar da etapa de crescimento na base de exportação para a etapa de crescimento na base de mercado interno.

Esta economia açucareira desenvolvida no Nordeste em meados do século XVI entrou num período de crise já na metade do século posterior, pois a concorrência mundial ficou mais acirrada, reduzindo assim sua expansão. Contudo, FURTADO (1977) demonstra que a situação ficou ainda mais grave no século XVIII, em decorrência do aumento nos preços dos escravos e da migração da mão-de-obra especializada, determinados pela expansão da produção de ouro. Desta forma, conforme a economia açucareira declinava e se tornavam menos favoráveis as condições de sobrevivência na região úmida do litoral, aumentava a migração para as regiões do interior do Nordeste, onde se desenvolveram os minifúndios, baseados na economia de subsistência.

“...quando as exportações do açúcar perderam o impulso de crescimento, esgotou-se toda a força dinâmica do sistema, que se revelou incapaz de propiciar a transição automática para a industrialização. O Nordeste deixou de contar, há muito tempo, com um autêntico fator dinâmico, capaz de substituir o açúcar. Quando o açúcar entrou em estagnação, o Nordeste passou a constituir uma economia totalmente à mingua de impulso de crescimento, embora continuasse a expandir-se horizontalmente, pela economia de subsistência e a ocupação de terras de inferior qualidade e mais sujeitas ao fenômeno das secas.” (FURTADO, 1959, p. 23-24).

Nas regiões interioranas do Nordeste surgiu então, atrelada à economia de subsistência, uma outra atividade econômica: a pecuária. Entretanto, é importante ressaltar que não só às dificuldades de sobrevivência nas regiões úmidas se atribui a causa desta atividade, pois a própria economia açucareira induziu seu surgimento. Isto porque esta atividade necessitava de animais para a execução de vários trabalhos e a criação de gado era vista como impraticável nas mesmas terras produtoras de açúcar, resultando na prática da pecuária nas regiões mais ao interior do Nordeste, denominadas agreste e sertão.

A criação de gado então desenvolvida nas regiões interioranas do Nordeste era uma atividade dependente da economia açucareira, porém bastante distinta. Uma das diferenças está

relacionada ao meio em que tais atividades se desenvolveram: diferentemente da zona úmida litorânea, onde se encontra a cultura da cana, o agreste e o sertão são regiões sujeitas às secas periódicas, o que tornava a mobilidade humana uma ação necessária à sobrevivência, proporcionando, como ressalta CANO (1998), a gravitação, dentro da própria região nordestina, de imenso contingente demográfico.

Uma outra diferença está relacionada à forma de trabalho: na pecuária, o trabalho escravo não sustentava a atividade, a qual estava bastante ligada à própria subsistência da população; já na economia açucareira o trabalho escravo era predominante, o que impossibilitava a constituição de relações capitalistas. Contudo, CANO ressalta que, mesmo com a abolição da escravidão tais relações não foram constituídas na economia açucareira do Nordeste:

“Essa atividade escravista, de longe a principal da região, mesmo com a passagem para o regime de trabalho livre, não constituiu relações de produção capitalistas, senão de maneira débil: em face da extrema concentração da propriedade e da renda, essa passagem foi mais formal do que efetiva; seu mercado de trabalho foi de grande precariedade.” (ibid., p. 51)

Com a abolição da escravidão, CASTRO (1975) demonstra que foi encontrada uma maneira de perpetuar as relações não-capitalistas vigentes através da contemplação dos trabalhadores com pequenas terras não ocupadas pela cultura da cana. Estes cultivavam então as pequenas terras para a própria subsistência e, conforme as necessidades ditadas pelo calendário agrícola, eram convocados para o trabalho na economia açucareira, o qual era parcialmente gratuito ou pago a preços bastante reduzidos. Quando não fossem mais necessários ao cultivo da cana, os grandes proprietários os liberavam para seus pequenos roçados, que retiam os trabalhadores próximos às fazendas de cana, funcionando como uma reserva de trabalhadores, sem

resultar em despesas aos grandes proprietários. Desta forma foi possível perpetuar as relações de trabalho não-capitalista da economia açucareira.

Uma terceira diferença marcante entre a pecuária e a economia açucareira era a importância e a rentabilidade das atividades. Diferentemente do açúcar, a pecuária sertaneja não se consolidou como atividade de grande importância no mercado internacional e mesmo no mercado nacional, onde desde cedo foi superada por outras zonas de criação. Desta forma a pecuária não atingia a rentabilidade gerada pelo açúcar à economia nordestina, permitindo que o Nordeste continuasse a ser percebido como a região do açúcar.

“A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excedia cinco por cento do valor da exportação de açúcar. Essa renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros... a começos do século XVII, dificilmente se pode admitir que sua renda bruta alcançasse cem mil libras, numa época em que o valor da exportação de açúcar possivelmente superava os dois milhões.” (FURTADO, 1977, p. 57-58)

As diferenças entre a pecuária e a economia açucareira possibilitaram que, mesmo existindo a relação de dependência já citada, a região pecuária não fosse afetada nas mesmas proporções que a região de economia açucareira nos períodos de crise, pois como evidencia FURTADO (1977), em regiões onde a atividade desenvolvida era a pecuária a população se alimentava do mesmo produto que vendia, desta forma a redução das vendas não afeta a oferta interna de alimentos. No entanto, formou-se nesta região uma precária economia de subsistência, onde não houve uma evolução das técnicas de divisão e especialização do trabalho.

“Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo

normalmente através de um longo período de decadência das exportações. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer – e possivelmente haja intensificado o seu crescimento – em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira... A formação da população nordestina e de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos.” (id. *ibid.*, p.64)

Para atenuar a prolongada agonia da economia açucareira, apareceu no Nordeste uma outra importante atividade econômica: o algodão. Como a pecuária, a cultura do algodão quase não empregava escravos e seu desenvolvimento se dava em regiões do sertão e do agreste, onde se encontrava as já citadas atividades de subsistência. Uma outra característica desta atividade é ressaltada por CANO (1998) quando afirma que o algodão no Nordeste era produzido de maneira ineficiente e comercializado à preços baixos no mercado internacional, o que resultou na sua denominação de cultura de pobres.

Não sendo exceção à regra da economia nordestina, o algodão enfrentou grandes dificuldades com a concorrência no mercado mundial:

“O algodão nordestino jamais conseguiu se impor no exterior: sua participação no mercado internacional só se tornava significativa por ocasião de grandes crises nas demais fontes supridoras. Isto é particularmente claro quando examinamos os avanços e recuos do Nordeste e o Sul dos Estados Unidos. A Guerra de Independência, bem como a de Secessão, permitiram grandes avanços do algodão brasileiro; mas o retorno à normalidade norte-americana trouxe sempre o recuo da produção brasileira. (CASTRO, *op. cit.*, p. 19)

No período da Segunda Guerra Mundial, o setor têxtil do Nordeste teve grande avanço nas exportações, porém declinou novamente com o término do conflito. Já em relação ao mercado interno, esta produção teve expansão no período do advento da indústria têxtil em São Paulo e no Rio de Janeiro em fins do século XIX. Pode-se dizer que o mercado consumidor destes dois estados foi fundamental para a sobrevivência não somente da cultura do algodão, mas também para a economia açucareira. Contudo CASTRO ressalta que, se analisarmos a economia açucareira ao longo do tempo, o comércio no mercado interno não foi tão bem sucedido:

“A tentativa do Nordeste de compensar no centro-sul a marginalização do mercado mundial não teve, contudo, grande êxito. Com a famosa geada de 1918, ganha impulso um grande movimento de diversificação na agricultura paulista e, a partir de então, por sucessivas ondas de expansão, a agricultura de São Paulo substituiu a nordestina como supridora de algodão e açúcar...” (ibid., p.149)

CANO (1998) observa que já no século XIX a economia açucareira encontrava-se na situação de produto marginal no comércio internacional, com preços deprimidos; e no início do século XX a produção industrial nordestina vinha declinando de maneira acentuada:

“Com alta concentração da propriedade, débeis relações capitalistas de produção, com seus principais produtos (açúcar e algodão) marginalizados no mercado externo e, portanto, dependentes agora do mercado interno, porém com preços reduzidos, não poderia ter melhor desempenho. Mantendo cerca de 40% da população nacional em 1900, perfazia em 1907 cerca de 17% da produção industrial que, em 1939, cairia para cerca de 10%.” (ibid., p. 52)

O autor ainda evidencia que a economia do Nordeste teve outro declínio após a crise de 29 devido à concorrência interna:

“Após a crise da 1929, quando o mercado nacional fica mais cativo à produção nacional, o NE sofreria mais um golpe: a reestruturação do agro paulista faria com que a economia de SP se tornasse a maior produtora também de açúcar e algodão, os dois produtos básicos exportáveis da economia nordestina.” (ibid., p. 52)

Segundo CASTRO (1975), neste contexto de estagnação da economia nordestina, surgiram novas atividades de exportação, como o cacau e o sisal. O primeiro produto sofreu acelerado crescimento no início do século XX, logo sofreu crise e entrou em estagnação a partir dos anos 30; já o sisal teve suas exportações elevadas após a Segunda Guerra Mundial. Contudo o autor afirma que estes sucessos parciais não revitalizaram a economia nordestina, pois suas principais atividades (a agroindústria canavieira, a agricultura e a indústria do algodão) encontravam-se estagnadas e muitas vezes superadas até mesmo no mercado interno, como exemplifica o autor no caso do açúcar:

“O importante mercado centro-sulino de açúcar, onde o Nordeste havia logrado preservar quotas de exportação vê-se novamente ameaçado pela retomada da expansão canavieira paulista. De 1946 e 1961, enquanto duplicava a produção nordestina de açúcar, São Paulo iria decuplicar sua produção.” (ibid., p. 152)

Nos anos 30, o país entrou em um novo período político e deixou para trás a Primeira República, a qual era governada por uma elite agrária que mantinha a estrutura econômica agro-exportadora como principal setor econômico do país, em detrimento dos investimentos no setor industrial. Este novo período político impulsionou o desenvolvimento industrial do Brasil, mais especificamente na região Centro-Sul, contrastando-a ainda mais à estagnada economia nordestina.

“Dado o notável avanço industrial do sul do País a partir de meados dos anos 30, suas vantagens locacionais, de infra-estrutura, crédito etc. e em contraposição as deficiências de serviços básicos, o atraso tecnológico acumulado e o acentuado tradicionalismo do empresariado nordestino, concluímos (numa primeira aproximação) que era bastante difícil a situação da indústria nordestina após a Segunda Grande Guerra.” (id. *ibid.*, p. 151)

Em contraste à região Centro-Sul, o Nordeste no século XX ainda sustentava suas características de economia estagnada, agricultura atrasada e pouco diversificada, grandes proprietários de terra, concentração de renda, indústria com baixa produtividade e também pouco diversificada e débeis relações capitalistas de produção. Desta forma, CANO (1998) ressalta que se tornava cada vez mais difícil competir com a indústria paulista, que vinha se desenvolvendo. Assim, na década de 1950, as diferenças entre a região Nordeste e a região Centro-Sul, mais especificamente São Paulo, já estavam bastante acentuadas, resultando no aprofundamento do problema das desigualdades regionais.

“Para que o Nordeste pudesse competir com os industriais de SP, em qualquer parte do mercado nacional, deveria tornar-se competitivo. Mas isso foi impossível – salvo raras exceções – pelo próprio desenvolvimento histórico do Nordeste.” (id. *ibid.*, p. 188)

3.3 DESIGUALDADES REGIONAIS

Nos anos 50, durante o período do segundo governo Vargas, a industrialização era fortemente percebida como “o remédio” para todos os males do subdesenvolvimento e do atraso. No plano internacional, a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina)⁴ foi quem se

⁴ A Cepal foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) no ano de 1948.

encarregou de defender e difundir esta idéia, pois se mostrava preocupada com o progresso dos países subdesenvolvidos. Segundo a Comissão na resolução da 5ª Sessão da Assembléia Geral em 1950, este progresso seria decisivo para “o crescimento da economia mundial como um todo e para a manutenção da paz e da segurança.” (MORAES, 1995, p. 10)

O ponto de partida do pensamento cepalino se concentrava na concepção de que a economia mundial se encontrada dividida em uma estrutura bipolar de centro-periferia. Consideravam centros as economias que primeiro absorveram as técnicas capitalistas de produção, onde a estrutura produtiva era considerada homogênea e diversificada. Já a estrutura produtiva da periferia (que era o caso do Brasil)⁵ era chamada de heterogênea, para indicar a existência de atividades onde a produtividade do trabalho era elevada ao lado de setores onde era muito baixa, devido ao atraso tecnológico; e também de especializada, devido à atividade exportadora se concentrar em poucos bens primários, ou seja, matérias-primas e alimentos. A Comissão definia ainda as periferias como sendo constituídas pelas economias cuja produção permanecia inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo, enquanto nos centros o progresso técnico era mais acelerado, cabendo à eles produzir e exportar bens industriais.

Com a finalidade de resolver o problema de estagnação e atraso das periferias, os estudiosos e intelectuais da Cepal acreditavam que as forças antiestagnação precisavam ser organizadas pelo Estado através de uma política econômica intervencionista, protecionista e industrializante. Dentro desta perspectiva, a Comissão defendia que somente a industrialização

⁵ A Cepal realizou uma de suas reuniões no estado do Rio de Janeiro, em abril de 1953. O encontro propiciou o contato entre os dirigentes do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) - criado com o auxílio da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, em 1952 - e os técnicos cepalinos, contato este que resultou na criação do Grupo Misto BNDE – CEPAL, tendo como objetivo realizar um diagnóstico sobre a economia brasileira a fim de propor um programa de desenvolvimento econômico ao país. Seus trabalhos se estenderam de 1953 a 1955. Nesta conferência Rômulo Barreto de Almeida, nomeado delegado brasileiro, fez uma exposição sugerindo que no estudo do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos se levasse em conta o problema do equilíbrio entre diferentes regiões. No mesmo sentido, o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria apresentou um trabalho à Conferência da Cepal que focalizava o problema da região nordestina.

seria capaz de “reter na periferia os frutos do progresso técnico.” (id. *ibid.*, p. 39) De uma forma geral, pode-se dizer que para os países periféricos se desenvolverem industrialmente os cepalinos defendiam que estes deveriam seguir o modelo de substituição de importações e de desenvolvimento para dentro.

Em relação às principais dificuldades do processo de industrialização nesses países, acreditava-se que estavam relacionadas com a inadequação da tecnologia e com estrutura da propriedade e da posse da terra característica da agricultura periférica, na qual latifúndio e minifúndio mantinham formas precárias de posse, gerando, desta forma, desemprego e limitação da oferta agrícola. Segundo a Comissão, no latifúndio, a excessiva concentração da terra dificultava a sua plena utilização devido à grande quantidade de capital que seria necessária para explorá-la. Além disso, para proprietários que dispunham de grandes rendas era muitas vezes viável e desejável manter terras não necessariamente produtivas por considerações de prestígio social e poder local. Já em relação aos minifúndios, as formas precárias e rudimentares de cultivo impediam o aumento da produtividade e conseqüentemente consolidavam o atraso das regiões. Porém, apesar destas discussões sobre o setor agrário, a Comissão defendia que a indústria era muito mais produtiva que a agricultura.

Pode-se sintetizar os estudos e discussões da Cepal - no período em questão - sobre o subdesenvolvimento dos países periféricos latino-americanos pelo modelo do desenvolvimento econômico industrial protegido e gerenciado pelo Estado, modelo este que interferiu e até mesmo fez parte de governos e ideologias políticas do período:

“...foi comum que os sistemas e movimentos populistas assimilassem, como suas, várias das idéias elaboradas em tais contribuições e as utilizassem ad hoc como ponto de apoio da sua argumentação em diferentes temas ou problemas.” (RODRIGUEZ, 1981, p. 270)

No plano nacional, o empenho em industrializar o país que já vinha ocorrendo desde o primeiro governo Vargas continuou a ser questão central no seu segundo governo. Desta forma, acelerar a industrialização do Brasil era um importante objetivo do governo federal, como explicita Getúlio Vargas em sua primeira Mensagem Presidencial de seu segundo mandato:

“Sem que a produção nacional se expanda e fortaleça, com o emprego dos processos de ação que a técnica moderna institui e vem aperfeiçoando dia a dia, não é possível assegurar ao comércio exterior do país a amplitude e a diversificação indispensáveis à satisfação das necessidades nacionais, no que concerne aos suprimentos estrangeiros. A redução do grau de dependência em que ainda se encontra o Brasil, em vários setores vitais da sua atividade econômica, além do baixo consumo de muitos bens cuja utilização continua inacessível ou mesmo desconhecida da maior parte da população nacional, estão a reclamar, por outro lado, a instituição e o cumprimento de uma sadia política de fomento da produção destinada a abastecer e ampliar o mercado interno. Para isso, a Nação terá de fazer um esforço decisivo e criar as indústrias de base que a estrutura econômica nacional comporte e para as quais a mobilização de recursos financeiros e humanos esteja ao seu alcance; terá de expandir a indústria manufatureira de bens de consumo produzidos no País, em quantidades insuficientes a atender as necessidades atuais e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população; terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, para seu próprio consumo e para exportação, uma vez que as trocas externas nacionais assentam quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas aos países industrializados – conquanto tal posição possa e deva ser paulatinamente modificada em proveito do trabalho nacional.”(p. 99)

Desta forma, para sustentar seus planos de desenvolvimento econômico-industrial, estruturas e instrumentos de planejamento eram necessários ao governo, o qual não ficou desprovido de tais recursos, pois existiu neste período a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Todavia, tais instrumentos de planejamento e desenvolvimento econômico, apesar de estarem envolvidos em questões similares, possuíam tendências políticas e econômicas opostas, o que torna interessante analisarmos brevemente cada

um destes instrumentos de planejamento e desenvolvimento econômico a fim de melhor evidenciarmos seus objetivos e tendências específicas:

Assessoria Econômica da Presidência da República

Com o objetivo de desenvolver e industrializar o Brasil, o presidente Getúlio Vargas criou a Assessoria Econômica da Presidência da República. Sua chefia foi entregue à Rômulo Barreto de Almeida e, no momento em que deixou a Assessoria para ocupar a presidência do Banco do Nordeste do Brasil, ela passou a ser chefiada por Jesus Soares Pereira. Em poucas palavras pode-se dizer que a Assessoria era um órgão técnico para assessoramento e planejamento das questões econômicas, dentro de uma perspectiva nacionalista. Segundo ALMEIDA:

“A Assessoria foi criada e se desenvolveu em torno dessa idéia de estudar alguns problemas de base, propondo um programa de impacto macroeconômico e, ao mesmo tempo, para atender à solicitação cotidiana de assessoria ao Presidente da República e no seu despacho com os Ministérios.” (1985, p. 44)

A criação deste órgão foi muito importante para o governo federal, pois era ligado diretamente à ele, desta forma seus estudos e trabalhos obedeciam e seguiam as instruções da Presidência da República.

“A criação dessa Assessoria, quando da instauração do Governo, representa um fato inédito no Brasil. Pela primeira vez um Governo brasileiro criava um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos sobre os principais aspectos da economia do país.” (ARAÚJO, 1992, p.152)

É importante ressaltar que, entre as tarefas executadas pela Assessoria, algumas delas foram:

“...elaboração de projetos tais como Petrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobrás, Plano Nacional do Carvão, Capes, Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial (subordinada ao Ministério da Fazenda), Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Bagaço, além do planejamento para a indústria automobilística, através da criação da Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e automóveis, e a elaboração de projetos relativos ao seguro agrícola e ao crédito rural” (id. *ibid.*, p.152)

Em relação à questão das desigualdades regionais, mais especificamente em relação ao Nordeste, a Assessoria enfatizava o desenvolvimento econômico como questão primordial para solução de muitos dos problemas da região. Desta forma priorizava em seus estudos determinados temas como: problemas econômicos; financiamentos através de instituições econômicas, como o BNB, para o desenvolvimento do Nordeste; e industrialização como alavanca do desenvolvimento regional. É importante ressaltar que o projeto de industrialização era uma questão muito importante dentre os objetivos da Assessoria, o qual seguia uma orientação nacionalista e de desenvolvimento econômico planejado. Desta forma o órgão estabelecia resistências ao capital estrangeiro, com o objetivo de um desenvolvimento independente ao país, representando assim a base técnica de sustentação da linha nacionalista do governo, diferentemente das orientações e objetivos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Através de uma tendência política oposta, existiu também no Governo Vargas a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, a qual era um elo entre os interesses econômicos nacionais e o

capital internacional, particularmente o norte-americano. Desta forma seus trabalhos se voltavam para uma linha inteiramente liberal, procurando racionalizar a ação do poder público quanto às inversões públicas e facilitar os financiamentos estrangeiros, reduzindo assim, a estatização do governo Vargas.

A Comissão foi criada em 19 de dezembro de 1950, ainda no governo Dutra, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento econômico do país. Contudo suas atividades tiveram início apenas em 19 de julho de 1951, no governo de Getúlio Vargas, quando os Estados Unidos passaram a temer que a posição de Vargas pudesse radicalizar-se como uma posição nacionalista e estatizante, criando, desta forma, obstáculos à sua “política de guerra fria”, que era baseada em uma política de democratização e defesa do Ocidente contra o “perigo comunista” (sustentando assim a hegemonia norte-americana). Neste contexto, segundo ALMEIDA (1985, p. 41), a Comissão “representou um instrumento de uma política de conciliação, de apaziguamento das impaciências e das suspeitas em torno da figura de Getúlio.” Desta forma é importante ressaltar que as negociações brasileiras na Comissão eram realizadas por João Neves da Fontoura (Ministro das Relações Exteriores) e Horácio Láfer (Ministro da Fazenda), que faziam parte da ala não nacionalista do governo.

Na Mensagem Presidencial de 1951, Vargas cita a Comissão e seus objetivos:

“... Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, destinada a facilitar a execução do plano de assistência técnica. As diretrizes da Comissão são as seguintes: a) exame do grau de assistência técnica mais conveniente para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade para aqueles que se relacionem com os transportes, energia elétrica e agricultura; b) estudos de oportunidade para a utilização do conhecimento técnico, do trabalho especializado e dos investimentos estrangeiros, que possam contribuir para a realização de projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro; c) exame das medidas de ordem geral e legal que sejam convenientes ou necessárias para remover obstáculos e facilitar a realização dos projetos considerados necessários ao desenvolvimento econômico.” (p. 28-29)

Na Mensagem Presidencial de 1952, quando suas atividades já tinham iniciado, a Comissão é novamente citada:

“Era indispensável passar ao terreno da construção de um sistema prático, que assegurasse a prestação de auxílio em tempo rápido e em escala adequada, para que o Brasil pudesse superar as enormes deficiências, agravadas desde a última guerra, no campo dos transportes, da energia e da alimentação... Foi então que se logrou dar forma definitiva ao importante organismo instalado no Rio de Janeiro sob a denominação de Comissão Mista Brasil – Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Econômico. A esse organismo, integrado por economistas e técnicos que representam os dois países, foi confiada a tarefa de estudar, sob o ponto de vista da eficácia técnica e da produtividade econômica, cada um dos grandes planos a cuja execução o governo do Estados Unidos daria direta ou indiretamente a sua colaboração.” (p. 30-31)

Como podemos depreender das Mensagens, os objetivos de estudo e trabalho da Comissão tinham três setores prioritários: agricultura, transporte e energia. Porém, na prática, estes dois últimos foram os que receberam quase toda a atenção da Comissão, pois ela defendia que a continuidade do processo de industrialização requeria esforços para romper pontos de estrangulamento em transportes e energia, relegando o desenvolvimento agrícola a segundo plano.

É importante ressaltar que os estudos da Comissão Mista também se estenderam à assuntos sobre o desequilíbrio regional no país. Em um de seus relatórios a Comissão afirma que:

“As várias regiões do Brasil, da mesma maneira que os diferentes setores da sua economia, cresceram desigualmente nos últimos 14 anos. O produto real per capita, por exemplo, aparentemente subiu duas vezes mais depressa nas regiões adiantadas, como São Paulo e o Distrito Federal, do que no Brasil como um todo, enquanto que em muitas partes do Nordeste esse produto pouco ou nada variou. A produção industrial, que aumentou muitas vezes mais depressa do que a mineira ou a agrícola, destaca-se entre as grandes variações dos setores de evolução.” (Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o desenvolvimento, 1954, p. 42. In: TAVARES, 1989, p. 76-77)

A Comissão acreditava que o desenvolvimento desigual característico do Brasil se dava devido ao crescimento industrial ser cumulativo, aumentando assim nas áreas em que já existisse, ou seja, onde o processo de industrialização teria mais condições para se expandir. Em relação às regiões desfavorecidas, especificamente a região Nordeste, acreditava-se que, no momento, ela estaria sendo prejudicada pela valorizada taxa de câmbio, que contribuía para reduzir o volume das exportações da região.

Porém, apesar de seus estudos comprovarem a grande desigualdade regional do país, a Comissão dizia no mesmo relatório que sua maior contribuição seria:

[a formulação] de um programa de investimentos capaz de propiciar o máximo incremento possível da produção, ou da produtividade potencial das áreas ou regiões que melhores condições oferecessem para rápido progresso.” (id. *ibid.*, p. 143. In TAVARES, *ibid.*, p. 80)

Após quase três anos de trabalho, com a afirmação da vertente nacionalista do governo Vargas, o governo norte-americano retirou seu apoio à Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, desfazendo-a em 21 de dezembro de 1953.

Contudo, apesar da existência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, pode-se dizer que foi adotada no país uma política nacionalista e intervencionista baseada na substituição de importações. O modelo econômico liberal (antiintervencionista e internacionalizante), seguido na época do Governo Dutra, foi substituído por políticas que fizeram parte da construção das bases do desenvolvimento industrial brasileiro e da constituição do capitalismo nacional.

Justificando sua orientação política-econômica, Vargas declarou em sua Mensagem Presidencial de 1952:

“Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao Governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da Nação, quer contra a voracidade egoísta dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira e nem cultuam outra religião que não o lucro.”(p. 10-11)

Entretanto, a industrialização brasileira em curso aconteceu num âmbito regional, pois seus investimentos se concentraram no Centro-Sul do país - região que desde o século XIX acumulava capital do setor cafeeiro, dando base financeira à economia industrial do século XX. O estado de São Paulo foi onde o desenvolvimento industrial se concentrou especificamente, passando então a ser contrastado à estagnada e atrasada economia agrícola do Nordeste. Desta forma, criava-se no país um cenário propício à migração de indivíduos da região menos desenvolvida para a região mais desenvolvida. DURHAN discute esta questão ao abordar o tema da urbanização e migração:

“...no Brasil, o desenvolvimento econômico resultante da industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: o incremento das desigualdades regionais e constituição de grandes metrópoles. Tanto um quanto outro fenômeno implicam na formação de grandes correntes de migração interna através das quais se processa uma maciça redistribuição de população.” (1973, p.20)

Podemos então dizer que a questão das desigualdades regionais está, de certa forma, relacionada às migrações, pois seu volume pode variar quando os fatores positivos e negativos do lugar de origem e destino são acentuados ou por períodos de expansão econômica ou por períodos de depressão econômica. Desta forma, podemos afirmar mais especificamente que o volume das migrações é afetado pelas condições econômicas que, no caso deste estudo, são consideradas como condições favoráveis ao desenvolvimento de São Paulo e desfavoráveis à economia do Nordeste,

que se encontrava em situação de estagnação. Sendo assim, o contraste entre as duas regiões, sustentado no decorrer de suas histórias econômicas e acentuado com o desenvolvimento econômico-industrial desigual, criou um contexto de estímulo à migração, onde os migrantes, impulsionados pelo fator de expulsão - ou seja, pelas más condições econômicas de sua região - e pelas favoráveis condições econômicas de São Paulo - que podemos considerar como um forte fator de atração -, passaram a buscar novas oportunidades na região em desenvolvimento.

O deputado nordestino, Teodoro Bezerra (PSD – RN), explicita esta questão das desigualdades regionais na Sessão da Câmara de 4 de junho de 1951:

“Infelizmente nós, do Rio Grande do Norte, não temos indústria... Enquanto os magnatas gozam boa vida nas grandes capitais do Sul, os nossos trabalhadores lutam para ganhar a importância de 10 a 12 cruzeiros por dia, quando encontram serviço.” (p. 333 - 334)

O deputado André Fernandes, também nordestino (UDN – RN), continua o debate em tom de reivindicação:

“O que tem havido é apenas falta de continuidade, comum aliás, nos grandes problemas brasileiros, porque a atenção dos administradores é atraída a todo momento para grandes problemas existentes no resto do país e despertada para o Nordeste quando este se apresenta em período de crise, quando atinge o clímax com a falta absoluta de chuvas” (p.337)

A questão levantada pelo deputado Teodoro Bezerra sobre indústria e condição salarial no Nordeste é explicitada na Tabela 5 (T5: Números de estabelecimentos, operários ocupados, salários, vencimentos e valor da produção industrial no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1949 –

Anuário Estatístico do Brasil), onde podemos perceber as diferenças entre a região Nordeste e o estado de São Paulo relacionadas à indústria.

Uma das diferenças se encontra no número de estabelecimentos indústrias das duas regiões em questão, pois no estado de São Paulo havia, em 1949, 22.885 estabelecimentos industriais, ou seja, 29,18% dos estabelecimentos industriais do país. Já em toda a região Nordeste este valor era de 19,53%, 15.315 em números absolutos. Em relação ao número de operários ocupados, São Paulo possuía mais que o dobro do Nordeste, ou seja, 40,47% (453.117) do total dos operários ocupados no país, já no Nordeste este valor era de 17,71% (198.241).

Considerando as questões financeiras, onde as desigualdades entre as duas regiões são ainda maiores, o setor industrial de São Paulo pagou em salários e vencimentos o valor de 6.678.683 (em Cr\$ 1.000), enquanto a região Nordeste pagou 1.123.944 (em Cr\$ 1.000). Em relação ao valor total pago no país, as porcentagens referentes às duas regiões foram 50,54% e 8,50%, respectivamente. Ainda em relação à questão financeira, o valor da produção industrial alcançado por São Paulo foi de 50.726.022 (em Cr\$ 1.000), no Nordeste a produção alcançou 9.601.644 (em Cr\$ 1.000). Tendo por base a produção total do país, tais valores foram 48,40% e 9,16%, respectivamente.

Dentro da região Nordeste, o estado com menor número de estabelecimentos industriais, menor número de operários, menores valores pagos em salários e vencimentos e menor valor de produção era Piauí. Já Pernambuco foi o estado com melhor desempenho em quase todas estas áreas, perdendo somente para a Bahia em relação ao número de estabelecimentos industriais.

Tabela 5: Números de estabelecimentos, operários ocupados, salários, vencimentos e valor da produção industrial no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1949

Estados	Produção Industrial*							
	Número de estabelecimentos		Média mensal operários ocupados		Salários e vencimentos (Cr\$ 1.000)		Valor da produção (Cr\$ 1.000)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Maranhão	794	1,01%	7.312	0,65%	30.647	0,23%	260.121	0,25%
Piauí	358	0,46%	2.154	0,19%	7.821	0,06%	63.073	0,06%
Ceará	2.432	3,10%	25.719	2,30%	78.633	0,60%	822.975	0,79%
Rio G. Norte	1.063	1,36%	6.924	0,62%	24.673	0,19%	448.319	0,43%
Paraíba	1.406	1,79%	22.433	2,00%	95.362	0,72%	1.106.309	1,06%
Pernambuco	3.358	4,28%	71.464	6,38%	538.351	4,07%	4.368.193	4,17%
Alagoas	1.130	1,44%	19.774	1,77%	107.296	0,81%	841.807	0,80%
Sergipe	1.053	1,34%	13.103	1,17%	67.546	0,51%	455.176	0,43%
Bahia	3.721	4,74%	29.358	2,62%	173.615	1,31%	1.235.671	1,18%
Nordeste	15.315	19,53%	198.241	17,71%	1.123.944	8,50%	9.601.644	9,16%
São Paulo	22.885	29,18%	453.117	40,47%	6.678.683	50,54%	50.726.022	48,40%
Brasil	78.434	100,00%	1.119.642	100,00%	13.215.595	100,00%	104815043	100,00%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1949

* Indústria de transformação: transformação de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e material de comunicações, material de transporte (construção e montagem), madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha, couros e peles e produtos similares, química e farmacêutica, têxtil, vestuário, calçados, artef. de tecidos, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica, outras diversas.

Contudo, as diferenças econômicas entre as duas regiões não se limitavam ao setor industrial. As desigualdades são também percebidas no setor agrícola, como podemos perceber na Tabela 6 (T6: Área cultivada referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953 – Anuário Estatístico do Brasil), onde são comparadas as áreas cultivadas e o valores da produção agrícola do Nordeste e do estado de São Paulo nos anos de 1951, 1952 e 1953.

Através destes dados percebemos que em relação à área cultivada no Nordeste, referente às 29 principais culturas, no ano de 1951 o valor foi de 4.234.180 ha; no ano de 1952 o valor foi de 4.698.999 ha; e no ano de 1953 o valor foi de 4.932.952 ha. Em relação à produção total do país tais valores correspondem à 23,69%, 25,01% e 25,46%. Nos mesmos períodos, os valores em São Paulo foram de 26,34% (4.707.019), 26,66% (5.010.702) e 24,65% (4.775.505); valores estes de um único estado que chegam até a superar os valores de uma região inteira (Nordeste).

Tabela 6: Área cultivada referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953

Estados	Área cultivada					
	(ha)					
	1951		1952		1953	
	N	%	N	%	N	%
Maranhão	372.492	2,08%	417.067	2,22%	451.979	2,33%
Piauí	144.699	0,81%	169.504	0,90%	173.793	0,90%
Ceará	652.737	3,65%	781.295	4,16%	802.806	4,14%
Rio G. Norte	476.706	2,67%	517.505	2,75%	439.219	2,27%
Paraíba	506.315	2,83%	575.588	3,06%	595.229	3,07%
Pernambuco	886.333	4,96%	905.226	4,82%	993.590	5,13%
Alagoas	291.553	1,63%	312.898	1,67%	336.458	1,74%
Sergipe	128.034	0,72%	135.779	0,72%	150.354	0,78%
Bahia	903.345	5,05%	884.137	4,70%	989.524	5,11%
Nordeste	4.234.180	23,69%	4.698.999	25,01%	4.932.952	25,46%
São Paulo	4.707.019	26,34%	5.010.702	26,66%	4.775.505	24,65%
Brasil	17.872.529	100,00%	18.792.113	100,00%	19.373.565	100,00%

Fonte: Anuário estatístico do Brasil de 1953

Entretanto, na Tabela 7 (T7: Valor da produção referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953 – Anuário Estatístico do Brasil) podemos perceber que a desigualdade entre as duas regiões em questão é ainda mais explícita em relação ao valor da produção, pois em São Paulo, nos anos de 1951, 1952, 1953, o estado alcançou, em Cr\$ 1.000, 19.848.544, 23.658.592 e 25.668.417; respectivamente. Em relação à produção total do país tais valores correspondem à 35,25%, 34,77% e 30,16%. Já a região Nordeste, nos mesmos períodos, alcançou 19,20% (10.809.706), 18,57% (12.638.216) e 17,03% (14.494.661), ou seja, pouco mais da metade dos valores alcançados por São Paulo.

Tabela 7: Valor da produção referente as 29 principais culturas no Nordeste, São Paulo e Brasil em 1951, 1952 e 1953

Estados	Valor da produção					
	(Cr\$ 1.000)					
	1951		1952		1953	
	N	%	N	%	N	%
Maranhão	454.437	0,81%	628.748	0,92%	846.684	0,99%
Piauí	214.913	0,38%	288.709	0,42%	320.329	0,38%
Ceará	1.245.767	2,21%	2.019.255	2,97%	1.806.062	2,12%
Rio G. Norte	985.142	1,75%	1.063.261	1,56%	839.598	0,99%
Paraíba	1.140.578	2,03%	1.667.412	2,45%	1.499.726	1,76%
Pernambuco	2.573.109	4,57%	2.558.950	3,76%	3.234.247	3,80%
Alagoas	791.647	1,41%	864.453	1,27%	1.078.612	1,27%
Sergipe	441.510	0,78%	542.231	0,80%	642.691	0,76%
Bahia	2.962.603	5,26%	3.005.197	4,42%	4.226.712	17,03%
Nordeste	10.809.706	19,20%	12.638.216	18,57%	14.494.661	17,03%
São Paulo	19.848.544	35,25%	23.658.592	34,77%	25.668.417	30,16%
Brasil	56.307.269	100,00%	68.043.488	100,00%	85.121.380	100,00%

Fonte: Anuário estatístico do Brasil de 1953

Neste contexto de diferenças regionais seguiu-se então no país o esquema da divisão geográfica do trabalho: as regiões industrializadas (centro industrial) e regiões produtoras de matérias primas; a primeira representada pelo Centro-Sul, principalmente por São Paulo, e a segunda pela região Nordeste. FURTADO, em relação à esta questão, afirma que:

“Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração.” (1959, p.13)

Como resultado deste cenário, reforçou-se naquele período o discurso de que o Brasil enfrentava um problema nacional de desigualdade regional que se sustentava na dicotomia de região rica e região pobre, como demonstra o deputado Adail Barreto (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 30 de Julho de 1952:

“Enquanto o Norte empobrece e se humilha a cada passo, o Sul progride tomando-lhe os seus valores humanos e recebendo dinheiro de suas exportações... Eis aí, aflorado apenas, um angustiante problema nacional. É preciso atentar para ele, com urgência. Já uma vez dissemos que essa desigualdade de tratamento e esse desequilíbrio de progresso das várias regiões do país está prejudicando o que de mais caro e de mais belo temos como Nação civilizada, o sentimento da nossa magnífica unidade nacional. Realmente, o Brasil não deve ter filhos e enteados, não deve ter Estados ricos e pobres, estes se sentindo humilhados na Federação como se fossem pesos mortos vivendo a custa dos irmãos mais ricos. Precisamos ser todos senão absolutamente, pelo menos relativamente iguais. Só assim este País pode ser a Nação poderosa com que sonhamos. Não há exagero, nem demagogia nem lirismo no que estamos dizendo. Examine o Governo os fatos, estude o problema e verá que temos razão.” (p. 270-271)

Vargas também cita em sua Mensagem Presidencial de 1953 o problema dos desequilíbrios inter-regionais, ressaltando-os como uma das causas dos ‘embaraços internos’ do país:

“Entretanto, o Brasil apresenta possibilidade de um progresso mais rápido e mais amplo. Cumpre-lhe, para isso, libertar-se dos embaraços internos decorrentes da insuficiência do aparelhamento de base da economia nacional; das distorções que têm sua raiz na inflação; dos desequilíbrios inter-regionais; do desajuste de muitas instituições aos imperativos da nossa época e às reais necessidades do Brasil, e da falta de uma consciência nacional, razoavelmente unificada quanto à solução dos nossos problemas, a qual resguarde o País do clima de confusão, de exploração política, de competição distrital e de aproveitamento particularista a que muitos procuram levá-lo.” (p.6)

Todavia, apesar de se mostrar ciente do problema das desigualdades regionais, seus investimentos econômico-industriais, como ressalta FURTADO (1989), aconteceram de forma regional e, sustentados em uma política protecionista e de substituição de importações, prejudicaram, de certa forma, a região Nordeste. Porém, Getúlio Vargas, em relação à esta política industrial, justificou-se já em sua Mensagem Presidencial de 1951:

“Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sadia política de comércio exterior, tendente a por as empresas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surpresas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de proteção aduaneira, e mais que isso, a situação cambial exigem a instituição daquela política, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do país em face das nações industrialmente desenvolvidas.” (p.128)

Uma das principais medidas da política industrial tomada pelo governo federal foi a reforma cambial de 1953, que tinha como objetivo melhorar a capacidade de exportação dos produtos brasileiros, além de garantir prioridade para as importações de bens essenciais. Na Mensagem Presidencial de 1954 o presidente diz que:

“A questão por excelência de 1953, no âmbito econômico-financeiro, foi a do câmbio. Exigia tratamento pronto e enérgico, não podendo esperar pelos efeitos de medidas a longo prazo... Mediante corajosas medidas de natureza cambial, foi resolvido o grave problema dos atrasos comerciais, inclusive através do resgate, com recursos ganhos pelas nossas exportações e poupados para esse efeito, de uma substancial parcela, equivalente a cerca de 250 milhões de dólares, a maior parte em moeda norte-americana. A economia nacional está agora dotada dos instrumentos necessários a impedir que ressurgja tal problema e a promover considerável expansão das vendas para o exterior.” (p. 8-9)

Pela Instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), que vigorou nos anos de 1953 a 1957, foram instituídas cinco categorias de importações, com sobretaxas cambiais crescentes, conforme o caráter essencial ou supérfluo das mercadorias. Segundo IANNI:

“Esquemáticamente poderiam ser assim resumidas as principais implicações desta reforma cambial no processo de industrialização: a) consolidação da reserva de mercado para as produções substitutivas mediante o encarecimento relativo das importações incluídas nas categorias com taxas de câmbio mais elevadas; b) concessão de subsídios (implícitos nas categorias com tipos de câmbio mais baixos) para internação de bens de capital e insumos requeridos pelo desenvolvimento industrial; c) possibilidade de que o Estado, através das operações de compra e venda de divisas, voltasse a participar financeiramente das rendas de intercâmbio.” (1979, p. 119)

Ao estabelecer categorias múltiplas para diversos tipos de importações, este sistema serviu como poderoso instrumento para canalizar as importações para setores considerados essenciais ao desenvolvimento econômico-industrial de base, favorecendo, desta forma, o Centro-Sul do país, onde as possibilidades imediatas de industrialização eram maiores. Sendo assim, as disparidades regionais que já existiam no Brasil tenderam a acentuar-se com o início do ciclo da industrialização protegida.

Contudo, segundo FURTADO (1989), além do aumento das diferenças regionais, a política de substituição de importações condicionou o Nordeste a contribuir com a industrialização do Centro-Sul em prejuízo próprio:

“Se é verdade que a industrialização protegida ligou mais profundamente regiões que haviam conhecido processos formativos distintos e permaneciam mais vinculadas ao exterior que entre si, não é menos certo que ela provocou transferências inter-regionais de recursos que tenderam a minar o sentimento de solidariedade nacional.” (id. Ibid., p. 32)

FURTADO (1989) ainda afirma que isso aconteceu porque a região nordestina, que anteriormente comprava produtos no mercado internacional - para o qual também mantinha consideráveis saldos de exportação⁶ -, passou a ser obrigada a adquirir produtos no Centro-Sul do país a preços mais altos. Em outras palavras, o autor ressalta que: “o Nordeste compra muito mais no Sul do que vende nessa área, vende muito mais ao estrangeiro do que compra no exterior.” (1959, p. 47).

“...toda a política de câmbio no Brasil tem operado contra o Nordeste e contra a industrialização da região... [Entretanto], isso não foi intencional, mas involuntário, foi o resultado do tipo de política que se adotou no país nos últimos 10 anos, no pós-guerra... Houve, na verdade, neste País, total incompreensão dos aspectos regionais em toda nossa política de desenvolvimento industrial” (id. *ibid.*, p. 34 -35)

Desta forma, a opinião de que a industrialização estava sendo utilizada em benefício de certas regiões com sacrifício de outras começava a se fortalecer no discurso de políticos nordestinos na década de 50. Reivindicações em relação as diferenças regionais e apelos ao governo federal não cessavam na Câmara. O deputado Pereira da Silva (PSD – AM) e o deputado Dix-Huit Rosado (PR – RN) expuseram esta questão na Sessão da Câmara do dia 28 de março de 1951, respectivamente:

“Acho que precisamos acabar com esta mentalidade de pedir de joelhos aquilo que temos direito. O Norte, o Nordeste, o extremo norte precisam, sem qualquer sentimento reservado, sem qualquer preocupação de política, estar unidos para, formando um bloco de brasileiros que aspiram a um Brasil melhor, reclamar dos outros irmãos, que compõem o Parlamento, o que lhes pertence. A verdade é que nossa pátria continua a crescer errada. Dividimos nosso país em um Brasil que tudo tem e um Brasil que vive ajoelhado, a

⁶ A região semi-árida vinculou-se ao exterior como exportadora de uma série de produtos primários, puramente extrativos – como óleo e ceras vegetais, e de produtos agrícolas.

mendigar, quando deveria receber exatamente a paga de seu trabalho.”(p. 422)

“Precisamos que o Brasil reverta, em benefício de minha terra e do polígono das secas uma parte de quanto lhe temos dado em séculos de canseiras e de labor, trabalhando pela construção e engrandecimento de uma nacionalidade que se faça respeitar no conceito das nações. Não estamos propriamente pedindo, mas, com dignidade, apelando para que seja observado um direito que julgamos ter.” (p. 422)

Os políticos das regiões Norte e Nordeste esperavam que o governo federal tomasse medidas em relação ao desenvolvimento das regiões menos favorecidas, pois acreditavam que suas regiões poderiam também se desenvolver se houvesse ajuda e apoio do governo federal. Segundo eles, tais regiões também tinham potencial para o desenvolvimento, como defende o deputado nordestino Medeiros Neto (PSD – AL) ao reforçar o discurso de Dix-Huit Rosado:

“Vossa Excelência não está esmolando, mas reclamando à Nação obras permanentes e duradouras para a solução de um flagelo que assola, incontestavelmente, uma das regiões mais promissoras do Brasil.” (p. 422)

Contudo, além das questões de política econômica e industrial, a estrutura agrária do Nordeste também desfavorecia o desenvolvimento da região, pois, como já foi discutido, esta estrutura não gerava um mercado interno suficiente para a expansão de uma economia capitalista. Em outras palavras pode-se dizer que a concentração de terra e a atividade primária do Nordeste, diferentemente do Centro-Sul em expansão urbana e industrial, mantinham grande parte da população vivendo em nível de subsistência. Além disso, quando esta atividade gerava salários, estes eram bastante baixos.

CANO (1998) observa que esta situação econômica do Nordeste foi conseqüência de seu desenvolvimento histórico, o qual impossibilitou a região de competir com as indústrias de São Paulo. No mesmo sentido, FURTADO (1959) também afirma que a economia nordestina, em grande parte, foi somente uma decomposição e desagregação da economia açucareira. Desta forma pode-se afirmar que a história econômica do Nordeste foi um conjunto de crises e estagnações de suas indústrias e culturas, sustentadas em uma estrutura concentradora de renda. Assim, como resultado de sua história econômica, na década de 1950, o Nordeste se transformou em uma região atrasada, monopolizada por grandes proprietários de terra e habitada por inúmeros flagelados; contrastando-se cada vez mais ao Centro-Sul do país, em especial São Paulo, e acompanhando de longe o desenvolvimento econômico industrial brasileiro.

Em relação à esta discussão podemos ressaltar a fala do deputado Alencar Araripe (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 31 de Março de 1952, quando discute a questão das desigualdades regionais como resultado de uma política que já vinha se perpetuando ao longo da história. É interessante que, com o objetivo de reforçar seu argumento, o deputado cita trechos de falas dos ex-deputados Tristão Alencar Araripe, em 1877, e Epitácio Pessoa, em 1918, ao saudar o presidente eleito:

“A tendência para preterir uma região em benefício de outra não é de agora. Vem desde longos anos e aqui mesmo, desta tribuna, o Deputado Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, jurisconsulto e homem de Estado do antigo e do atual regime, o qual presidiu os Estados do Rio Grande do Sul e do Pará, o Tribunal de Justiça de São Paulo e, depois, foi Ministro no Governo de Deodoro da Fonseca e membro do Supremo Tribunal Federal, em discurso proferido em 1877, declarou: ‘Além disso, Sr. Presidente, não é exagerada exigência pedir igualdade. Quando em algumas províncias do Sul gastam-se dos cofres gerais milhares de contos de réis para a sua colonização, cujo imediato proveito elas auferem, é racional que peçamos para uma província do Norte a dispensação de favor equivalente, cujo grande escopo é salvar uma numerosa população de calamidades, que podemos reputar periódicas, visto a série desses fatos com intervalos quase iguais...’ E aí prossegue na demonstração de que, já naquele tempo, a

desigualdade de tratamento entre as diversas unidades da Federação dominava nos altos conselhos do governo do país e era objeto de reparos e reclamações.

Sr. Presidente, em 1918, Eptácio Pessoa, saudando o Presidente eleito, Rodrigues Alves, advertia da inconveniência dessa desigualdade de distribuição dos recursos nacionais, dizendo-lhes: ‘...Será honroso para o Governo de um filho do Sul mostrar por medidas inequívocas, que essa desigualdade não resulta de causas internacionais.’

[E finalizando sua fala] ...de difícil está passando a impossível a vida das populações acossadas pela seca na comunidade brasileira, devido à indiferença com que os governos da República encaram problema de tão alta magnitude.”(p. 33-34-35-36)

Podemos depreender do discurso do deputado Alencar Araripe que as desigualdades regionais e as reivindicações em relação à elas não era algo novo no cenário econômico, político e social da década de 1950. Contudo é importante ressaltar que tais desigualdades foram acentuadas no período em que a região Centro-Sul, mais especificamente São Paulo, passou a sofrer um maior desenvolvimento industrial. Entretanto, além da questão das desigualdades, o deputado também nos evidencia um dos grandes problemas históricos do Nordeste: a seca, que além de resultar em inúmeros flagelados e em prejuízos à região - contribuindo assim para aprofundar ainda mais as diferenças regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul do país - torna-se mais um importante fator de expulsão aos migrantes nordestinos.

3.4 A SECA DE 1951-1953 – FATOR DE EXPULSÃO

No mesmo ano em que Getúlio Vargas retornou ao poder para seu segundo mandato presidencial teve início uma longa seca no Nordeste. Esta estiagem assolou a região, especialmente o estado da Bahia, durante os anos de 1951, 1952 e 1953 e, conseqüentemente,

acentuou as precárias condições socioeconômicas do Nordeste, se transformando num forte fator de expulsão para a população flagelada.

É necessário ressaltar que uma importante característica da estrutura socioeconômica da região, ou seja, a grande concentração de terra em mãos de poderosos latifundiários, já muito prejudicava as condições de trabalho da população e o desenvolvimento regional. Porém, em períodos de seca as condições de vida de muitos nordestinos se tornavam ainda mais difíceis, para não dizer quase impossíveis; e a precária economia do Nordeste se tornava ainda mais estagnada.

Sendo assim, na seca de 1951-1953 o quadro do Nordeste não foi diferente. Contudo, neste período, como já foi discutido, a região sofria também o peso das desigualdades regionais, pois as diferenças em relação ao Centro-Sul do país, mais especificamente São Paulo, estavam bastante acentuadas. Desta forma, no segundo governo Vargas, pode-se dizer que a seca que assolou a região e agravou ainda mais as já precárias condições socioeconômicas do Nordeste ocorreu em um cenário de acentuada desigualdade regional, resultando num contexto de fortes fatores de expulsão.

O deputado Andrade Fernandes (UDN – RN), na Sessão da Câmara do dia 4 de junho de 1951, já anuncia a seca como um flagelo secular:

“De fato, neste ano de 1951, está o Nordeste, esse grande pedaço do Brasil, pedaço bem brasileiro do nosso Brasil, submetido a mais um dos grandes flagelos que o tem assolado secularmente.” (p. 335)

No mês de março, o deputado Pontes Vieira (PSD – PE), na Sessão da Câmara do dia 29, descreve a situação da região ao se contrapor à declaração de um alto funcionário do DNOCS que, segundo o deputado, afirmava que o noticiário geral estava exagerando sobre a situação do Nordeste:

“Vim do meu Estado há cerca de 15 dias e tive oportunidade de ver e de sentir, em contato com os meus conterrâneos, que a seca não está sendo ‘pintada com tintas exageradas pelo noticiário geral’, conforme afirmou à ‘Tribuna da Imprensa’, um alto funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, fundamentando as suas declarações na alegação de que ‘hoje temos estradas. Temos uma rede de açúde quase ideal. O escoamento e a irrigação, conseqüentemente, que eram os problemas mais angustiosos para a solução das secas, estão a caminho da perfeição.’ Oxalá, Sr. Presidente, fosse essa a realidade e fossem essas as tintas maravilhosas do quadro que reproduzisse a região nordestina do meu país. Infelizmente, porém, a situação é muito outra e, para não nos alongarmos na descrição realista das funestas conseqüências da calamidade que, atualmente, assola o Nordeste, basta assinalar o fato, que toda a imprensa noticiou, de haver centenas de brasileiros famintos, compelidos pelo desespero, invadindo uma cidade daquela região e exigindo do prefeito da localidade a satisfação imediata e imperiosa de suas necessidades substanciais mínimas, por terem sido forçados a abandonar suas lavouras, destruídas pela seca inclemente, e os rebanhos dizimados pelos campos à falta de pastagem e de água.” (p. 38)

Realmente em 1951 os jornais já descreviam os efeitos da seca na região, como ressalta o deputado Adail Barreto (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 1 de junho, enfatizando o problema da fome que enfrentava os flagelados:

“Sr. Presidente, sirvo-me dos momentos iniciais desta sessão extraordinária para transmitir à Casa a situação muito grave que se delineia não só no meu Estado, como em todo o Nordeste brasileiro, relativamente à seca que ora avassala a extensa zona nordestina. Os jornais de Fortaleza que chegam à bancada cearense dão um sensação de tristeza a quem quer que os leia. As notícias são as mais desoladoras possíveis e até mesmo os jornais do Rio dão idéia de como se está tornando delicada a situação do meu Estado. Tenho em mãos periódicos do Ceará, que fiz questão de trazer para conhecimento do plenário, todos eles com notícias as mais desoladoras. ‘Situação difícil em Canindé. Flagelados afluem à cidade de São Francisco’ – é uma notícia. ‘Itapipoca viveu durante 24 horas sob a ditadura da fome’ – é outra notícia. ‘Situação do comércio no interior do Estado, um para comprar, cinquenta para pedir’ – é mais uma notícia. É dessa natureza a situação de inquietação e de desassossego que reina em meu Estado.” (p. 256)

Como já foi ressaltado, a seca submeteu a região ao flagelo por quase todo o período do governo Vargas, desta forma, em todas as Mensagens Presidenciais de seu segundo mandato a questão da seca foi abordada. Porém, na Mensagem de 1951 esta abordagem serviu especialmente para exaltar os feitos do presidente para a região desde 1930 e para expor seus planos para o Nordeste:

“Muitos anos de esforço no combate aos efeitos das secas, que assolam vastas regiões do Nordeste do País, já nos convenceram da necessidade de nele persistir, em face dos resultados obtidos, e já nos ensinaram os métodos adequados à recuperação e progresso econômico das áreas flageladas... A partir de 1930, um grande impulso construtivo permitiu um ponderável progresso da área das secas... Está o Governo disposto a reativar o ritmo de trabalho, atualizar e melhor coordenar o plano de ação, dar-lhe o característico homogêneo de verdadeiro plano regional, hierarquizar e definir objetivos, programar com segurança sua realização, em face dos recursos disponíveis, e criar um novo clima de trabalho e de esperança para o laborioso homem do Nordeste.” (p. 178)

Contudo, apesar do presidente ter discutido sobre planos em relação à região das secas a fim de beneficiar a população, em 1951 os nordestinos já sofriam drasticamente as conseqüências do flagelo, como resalta o deputado Dix-Huit Rosado (PR – RN) na Sessão da Câmara dos Deputados do dia 28 de março ao descrever as condições da população que, segundo ele, se encontrava obrigada a depositar toda a confiança nos mais altos poderes da República:

“Nós, os do Rio Grande de Norte, já perdemos a esperança do inverno. A estiagem prolongada esmorecendo o espírito do sertanejo, quebrando-lhe o físico estagnado pela desnutrição imemorial, obriga-o a depositar, em ansiosa expectativa, toda a sua confiança nos mais elevados poderes da República. Os recursos estaduais já esgotados nada significariam num programa de recuperação. Valem sim, como simples soro salgado, enquanto, recebemos a mercê do plasma salvador. Não desejamos apontar a este plenário o drama em toda a sua grandeza, em toda a sua desgraça; não queremos exhibir aos Senhores Deputados, mães mirradas de fome, nem

mostrar crianças emagrecidas e de ventre crescido pela verminose e por uma alimentação insuficiente e desapropriada para receber a esmola de uma generosidade tantas vezes comprovada. E não fazemos isto, porque temos dentro do coração aquelas reservas naturais caldeadas frente ao desespero da própria natureza, estamos vindo à porta desta Casa porque desejamos que o nosso clamor seja escutado por todo o Brasil.” (p. 420 - 421)

Já no primeiro ano de estiagem os deputados federais do Nordeste não cessavam de receber telegramas de suas respectivas regiões, os quais descreviam o drama da seca e pediam por auxílio e medidas públicas. Muitos destes documentos eram lidos na Câmara, como fez o deputado Mirocles Veras (PSD – PI), na Sessão do dia 4 de junho. Seus telegramas, além de retratarem a situação da região das secas, enfatizavam o problema da fome enfrentado pelos flagelados e a necessidade de medidas do presidente Getúlio Vargas:

“Sr. Presidente, peço licença para ler vários telegramas que acabo de receber de minha cidade – Parnaíba, no Piauí:

‘Diante amarga dolorosa situação se encontram classes pobres lutando contra a falta trabalho e elevado custo vida seriamente agravado deficiência inverno, vimos apelar distinto amigo sentido entrar em entendimento autoridades inclusive o Sr. Presidente República, fim serem tomadas medidas caráter urgente, pelo menos atenuar insustentável aflitiva situação nossos irmãos pequeninos e humildes. Abras e sauds - José Barreto Albuquerque, Presidente Sindicato Trabalhadores Indústria Construção Imobiliária Parnaíba.’

‘Virtude calamidade seca nos aflige credenciamos prezado amigo pedir nosso nome Presidente Vargas autorizar construção urgente obras inadiáveis Parnaíba, fim minorar sofrimentos classes menos abastadas. Agradecido - José Patrício Medeiro, Presidente Sindicato Contramestres, Marinheiros Moços e Remadores Fluviais Piauí.’

‘Pobreza Parnaíba faminta percorre ruas cidade implorando alimento matar a fome. Quadro tristíssimo deverá ser levado conhecimento Presidente Vargas motivo autorizamos prezado amigo representar-nos solicitando providências. Agradecido – José Viriato Sobrinho, Presidente Sindicato Arrais Práticos Mestre Cabotagem.’

‘Conseqüência flagelo seca, classes menos favorecidas estão sofrendo desesperadamente. Autorizamos distinto amigo pedir Presidente República nome nosso Sindicato medidas atenuantes sofrimento povo Parnaíba. Alvitramos construção urgente obras inadiáveis nossa cidade. Abras - Nestor Bento Aguiar, Presidente Sindicato Trabalhadores Indústria Carne e Derivados.’

‘Parnaíba assiste consternada doloroso espetáculo sofrimento povo humilde nossa cidade. Começa a faltar gêneros primeira necessidade. Fim evitar maiores conseqüências damos poderes bom amigo solicitar querido Presidente Vargas medidas salvadoras. Agradecido - João Brito, Presidente Sindicato Foguistas Carvoeiros em Transportes Fluviais.’

‘Designamos prezado amigo representar-nos Presidente, fim conseguir autorização construção urgente obras necessita Parnaíba tendo por fim evitar maiores conseqüências prejuízos causados grande seca. Diminuindo sofrimentos desfavorecidos fortuna. Agradecido - Benedito Bittencourt Sousa, Presidente Sindicato Oficiais Máquinas, Motoristas Condutores Transporte Fluvial.’

‘Visando minorar situação classes menos favorecidas, cuja maioria não dispõe meios suficientes sua subsistência, pela qual vem debatendo-se desesperadamente contra elevado custo vida, agravado ainda perspectiva flagelo secas, vimos credenciar ilustre amigo digno representante nosso povo, para entrar em entendimento S. Ex.a Sr. Presidente República, outras autoridades sentido serem estudadas executadas com urgência medidas capazes atenuar tantos sofrimentos nossos infelizes patrícios menos protegidos sorte. Confiamos seus esforços e tudo esperamos magnânimo coração Presidente Getúlio Vargas, certos S. Ex.a determinará urgentes providências. Saudações – Tiago José Silva, Presidente Sindicato Estivadores Parnaíba.’

Sr. Presidente, os telegramas que acabei de ler, transmitidos pelos presidentes de Sindicatos das diversas classes de trabalhadores de Parnaíba, demonstram que a seca do Nordeste continua produzindo desastrosos efeitos naquela região, principalmente aonde não foram, até agora, executados os serviços de emergência autorizados pelo Sr. Presidente da República.” (p. 330 - 331)

Em fins de 1951, o Ministro da Viação e Obras Públicas, Álvaro Pereira Souza Lima (PSP), no seu relatório sobre as medidas tomadas para a região das secas durante o ano, ressalta que a crise climática havia sido satisfatoriamente superada devido as medidas públicas realizadas.

O Ministro também afirma que as chuvas que vinham caindo no Nordeste permitiam considerar terminada a seca de 1951. Porém, o início do ano de 1952 não corroborou sua afirmação sobre o fim da crise climática e sua previsão sobre o fim da seca.

O deputado Manoel Novais (PR – BA), na Sessão da Câmara de 25 de março de 1952, evidencia a continuidade do flagelo no início deste ano através de telegramas recebidos de municípios baianos, especialmente através do telegrama de Angelical, o qual ilustra uma das principais questões relacionadas ao flagelo, ou seja, a migração nordestina para São Paulo:

“Deputado Manuel Novais, Apelo para vossa boa vontade, a fim socorrer calamidade está atravessando nossa zona devido grande estiagem, lavoura totalmente perdida, pobres passando fome, emigrantes para São Paulo e Paraná. Só agora vieram chuvas não servindo mais para lavoura. Interior município já emigraram quase todas famílias flageladas fim não morrer fome... Sds. Ats. José Bonifácio Mariani Prefeito.” (p. 204)

As migrações nordestinas para São Paulo já preocupavam o presidente no início de 1952, pois em sua Mensagem Presidencial, mais especificamente no capítulo que trata do Polígono das Secas, Vargas ressalta que havia números impressionantes sobre a intensidade do êxodo e que tais valores estavam em estudo.⁷

Nesta Mensagem o presidente também destaca que no início do ano de 1952 a seca teve continuidade e agravou-se em muitas zonas. Vargas ainda afirma que: “O novo surto do flagelo que assola periodicamente o Nordeste encontrou inteiramente desaparelhado o Departamento Nacional de Obras contra as Secas.” (p. 230)

Porém, como ressalta VILLA, o presidente faz este comentário:

⁷O objetivo deste capítulo nos limita a simplesmente citar a migração nordestina para São Paulo como uma das questões mais importantes relacionadas à seca de 1951 a 1953. Seu estudo mais específico será realizado nos Capítulos a seguir.

“...como se não tivesse nenhuma responsabilidade histórica, esquecendo-se de que tinha permanecido quinze anos como presidente da República e pouco realizara para dotar o órgão de instrumentos eficazes de combate aos efeitos das secas.” (2000, p. 169)

Entretanto, apesar das possíveis críticas que podem ser formuladas em razão do tratamento dado às questões relacionadas ao Nordeste, é fundamental ressaltar uma importante medida tomada pelo presidente em 1952, que foi a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁸, a qual também é citada em sua Mensagem Presidencial deste ano: “O Banco representará a primeira providência concreta para início desse novo modo de encarar o problema das secas...” (p. 231)

Em meados de 1952, o deputado Humberto Moura (UDN – CE), na Sessão de 15 de julho, leva à Câmara um ilustrativo trecho do “popular vespertino O Globo”, como ele mesmo ressalta, a fim de descrever a situação em que se encontravam os flagelados após mais de um ano de seca:

“Para dar maior força a estas minhas palavras, maior convicção ao meu pensamento, vale a pena transcrever alguns trechos do popular vespertino “O Globo”, onde se esboça com cores bem vivas os pródromos da tragédia familiar ora presente aos nordestinos:

‘MARTÍRIO QUE VOLTA: Volta o Nordeste a viver a tragédia esquiliana da seca. As notícias que de lá nos chegam são as mais confrangedoras. Toda a zona sertaneja daquela vasta região do nosso país está sendo assolada pelo implacável flagelo. Durante o dia a luz do sol não inunda os campos como uma bênção esplendente à sua fecundidade, mas como uma maldição que se abate sobre a terra em forma de labaredas cruelmente devastadoras. E este martírio intenso começa a excruciar, mais uma vez, os sertões nordestinos. Os horrores que já se estão registrando são indizíveis. Basta que se diga que em Patos, na Paraíba, segundo telegramas publicados ontem, morrem de fome, diariamente, nada menos de vinte crianças. Que pode haver de mais pungente? Inaudito é o drama dos pais que vêem os filhos sucumbirem à inanição, sem poderem atender aos seus doloridos e desesperados apelos que, por fim, já não são sequer pronunciados, mas apenas esboçados em movimentos agônicos de braços esqueléticos que a morte vai imobilizando em número cada vez maior. Ainda anteontem, um desses pais supremamente

⁸ Uma discussão mais ampla sobre a criação do Banco do Nordeste do Brasil será realizada no Capítulo 6, onde algumas medidas propostas e/ou tomadas pelo governo federal em relação ao Nordeste serão ressaltadas.

desventurados suicidou-se para não assistir ao inenarrável desfecho da tragédia que o esmagava. Tudo isso está gritando a necessidade e a urgência de um movimento de solidariedade de todos os brasileiros. Do Governo o que se exige é presteza em tomar todas as medidas de sua alçada que possam atenuar o sofrimento das populações flageladas.” (p. 67-68)

Como neste trecho lido por Humberto Moura, muitas outras reivindicações foram feitas e não cessavam em pedir por medidas do governo federal para a região das secas. Verbas, medidas de combate à seca, assistência, planos, recursos; todas estas reivindicações faziam parte dos discursos que tinham o Nordeste como foco central. Discussões sobre trabalho, baixos salários e êxodo dos flagelados também compunham os debates sobre a região, como ressalta o deputado Alencar Araripe (UDN – CE), na Sessão de 28 de março de 1952:

“Não faltam demonstrações de que pouco lhe interessa a sorte das populações subdesenvolvidas. Vejam-se as iniciativas em torno do socorro às vítimas da seca que veio de 1951. Paga-se salário de fome ao trabalhador – Cr\$ 16,00 por dia, sujeito a fornecimento, que por sua vez chega a ter em atraso durante 6 meses o recebimento de contas. Tenham em vista os preços dos cereais – litro de feijão, Cr\$ 8,00; de farinha, Cr\$ 5,00. O dinheiro chega a vencer a juros de 40%. Tudo isso ocorre porque o governo nem paga em dia os serviços que manda executar com recursos que fazem parte da caixa de assistência à região. Com salários tão minguados, que os juros resultantes da demora nos pagamentos ainda mais reduzem, e os preços exorbitantes dos fornecimentos, é claro que ao invés de se fixar o homem do campo na terra, dela se afugenta o mesmo.” (p. 479)

A fome era também um dos assuntos muito debatidos pelos deputados nordestinos, que várias vezes descreviam situações bastante distantes da realidade dos estados brasileiros que não sofriam com o flagelo das secas, como a invasão de cidades por grande número de sertanejos famintos em busca de alimentos, saques e mortes decorrentes da fome. O deputado Dioclécio

Duarte (PSD – RN), na Sessão da Câmara de 7 de março de 1952 ressalta esta questão ao ler um telegrama do prefeito de Caraúbas:

“Deputado Dioclécio Duarte: Constrange-me levar ao vosso conhecimento que os flagelados neste município se encontram em verdadeiro desespero por falta absolutamente de recursos. À frente de minha residência, compareceram numerosas famílias em atitude ameaçadora, solicitando alimento, sem que pudesse atender devido à ausência de recursos municipais. Esta situação traz às autoridades graves apreensões.” (p. 435)

Em fins de 1952, o Ministro da Viação de Obras Públicas, após um ano de sua mal sucedida previsão sobre o fim da seca, ressalta em seu relatório de 1952 que a estiagem não havia chegado ao fim:

“A seca, que em 1951 flagelou o Nordeste, incidindo principalmente sobre os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Piauí, não desapareceu em 1952, embora haja sensivelmente declinado. Na Bahia porém a situação pelo contrário se agravou em fevereiro, março e abril, para depois lentamente se suavizar.” (p. 37)

Em 1953 a seca ainda continuava a flagelar a região Nordeste. A situação de miséria, fome, perda de lavoura, falta de trabalho, necessidade de recursos, morte, êxodo; enfim, todo este contexto já descrito sobre o ano de 1951 e 1952 ainda perdurava no terceiro ano do mandato de Vargas. Porém, no início de sua Mensagem Presidencial de 1953, exaltando novamente seu governo desde 1930, o presidente ressalta que apesar de grave a presente situação do Nordeste, este flagelo estava sendo menor em relação à seca de 1932 “...graças às obras feitas na região a partir da Revolução de 1930 e ao incremento dos meios de assistência.” (p. 6)

Contudo, no Capítulo da Mensagem que trata especificamente do Polígono das Secas, Vargas descreve a difícil situação da região, enfatizando a continuidade da seca, os baixos índices de produção agrícola e as migrações para o Centro-Sul do país, as quais estavam gerando grande preocupação ao governo federal.

O deputado Alcides Carneiro (PSD – PB), já no início de 1953, na Sessão da Câmara de 20 de fevereiro, descreve a situação de flagelo da região ressaltando as várias mortes que vinham ocorrendo devido à fome e sede que enfrentavam muitos nordestinos:

“Cadáveres sem conta pontilham já as estradas empoeiradas e mostram os dentes ao sol num derradeiro protesto; e não lhes dão sequer uma cova por piedade, pois os que morrem de fome e de sede pouco têm o que enterrar, mesmo porque o coveiro piedoso é menos apressado do que o corvo voraz.”
(p. 351 - 352)

Como nos anos anteriores, nas Sessões da Câmara deste ano foram lidos muitos outros telegramas pedindo ajuda para a região, assim como artigos de jornais descrevendo a situação do Nordeste, além das já habituais reivindicações dos deputados. De uma forma geral, os discursos em relação à seca do Nordeste continuavam, pois a região ainda enfrentava seu flagelo.

Na revista *O Cruzeiro*, na edição de 7 de março de 1953, há um artigo de Raquel de Queiroz, publicado sob o título “Nordestinos em Copacabana”, que também apela por soluções para o problema das secas, além de enfatizar questões decorrentes do flagelo, como a fome, a migração, e a trágica perda do gado e da lavoura. Raquel de Queiroz ainda enfatiza em seu artigo que os governos, ao longo do tempo, tinham tentado resolver tais problemas, porém, como ela própria diz “tenta mal”, pois as medidas tomadas ou eram ineficientes ou não eram finalizadas.

De uma forma geral pode-se dizer que seu artigo resume a situação da região e as reivindicações realizadas pelos deputados nordestinos na Câmara. Porém, diferentemente dos

debates da Câmara, sua discussão não se limitou às paredes do Congresso Nacional, pois O Cruzeiro pôde espalhar por todo o país a descrição do Nordeste realizada por Raquel de Queiroz e seu apelo por medidas efetivas para a região:

“Quanta criança já morreu de fome – sim, meu povo, em terra do Brasil ainda morre muita criança de fome. Quanta família desfeita, quanto trabalhador se largou do seu canto, e anda perdido por cidades desconhecidas – perdido, pervertido, desganado. Homem ao mar, nessas favelas de cidade grande, que o sertão nunca mais há de recuperar. E quanto gado morto, quanto roçado abandonado para sempre, quanto desastre, minha Nossa Senhora, quanto desastre. Esta revista anda por toda parte. Não há recanto do país onde não se encontre gente que lê O CRUZEIRO, gente que nos conhece de nome e de escritos e por isso se considera nossa amiga. Pois a todos os amigos que lêem semanalmente o meio milhão de exemplares de O CRUZEIRO, faço um apelo: pensem na seca, nas tragédias que a seca acarreta, nas soluções possíveis para esse problema nacional, até hoje insolúvel. Não são estranhos, não são chineses, não são gente do antípoda que atravessam esse drama de fome e desgraça: é o povo do Brasil, são irmãos de vocês, meus amigos, irmãos de sangue, de língua, de religião, de sentimento, de tudo. Se o Nordeste fosse invadido por tropa estrangeira, qual de vocês não se ofereceria voluntário para expulsar os intrusos? Pois o Nordeste sofre invasão pior ainda do que soldados; com soldados se briga, se ganha ou se morre. Mas com a desgraça que cai do céu ninguém pode brigar. O mais valente foge, ou cruza os braços e se acaba, calado. O que eu peço portanto é isto, se apresentem os voluntários para a luta contra a seca. Ajudem os nordestinos. Não só com esmolas. Esmolas ajudam mas não é com esmolas que se salva um povo. Ajudem o governo. Não se pode dizer em injustiça que o governo não tem tentado. Desde os tempos de colônia, passando pelo Sr. D. Pedro II e quase todos os presidentes da República, o governo tenta. Mas tenta mal, intermitentemente. Manda socorros, que além de escassos são demorados, obstruídos pela burocracia todo-poderosa. Faz açudes; mas os açudes nunca se concluem direito, o serviço de irrigação que dele se espera não se completa; de maneira que a solução da açudagem, de todas a mais prometedora, ainda não foi realmente posta em uso. Fazem-se estradas. Mas, desgraçadamente, a serventia maior das estradas tem sido até agora dar vazão à procissão terrível dos “paus de arara”, tornando em deserto o Nordeste... Queremos que se preocupem conosco, que nos dêem interesse, estudo, apoio fraterno. Caridade não chega. Moços, homens de estudo, profissionais de toda natureza, preocupam-se com o Nordeste. Tentem descobrir uma solução nacional para o problema das secas. Nós vivemos num governo do povo, só se fala em povo, só se espera do povo. O próprio governo declara que as elites estão exaustas, dilaceradas pelas batalhas encruentas da politicagem. Pois aos demais, aos brasileiros de toda a espécie, pedimos: debrucem-se sobre o problema da seca nacional,

estudem-no como se esse problema fosse seu – porque o problema é seu, é de todos. Descubram uma solução. Ajudem a tentar essa solução. O Brasil não poderá viver e prosperar enquanto um terço de seus habitantes vive periodicamente ameaçado de morrer de fome...” (p.122)

Em 1954 pode-se dizer que a seca do Nordeste, após três anos assolando a região, havia acabado. Porém, suas conseqüências ainda perduravam, especialmente os problemas econômicos, que foram bastante acentuados no período de estiagem e, desta forma, agravaram ainda mais a situação econômica do Nordeste.

O deputado José Augusto (UDN – RN), na Sessão da Câmara de 6 de agosto de 1954, enfatiza a crise econômica da região como conseqüência dos três anos de estiagem:

“Senhor Presidente, acabo de chegar do Rio Grande do Norte, e devo confessar a V. Exa. que venho com o espírito muito apreensivo quanto à situação econômica, não apenas do meu Estado, como de todo o Nordeste. É que, como sabe muito bem Vossa Excelência, passados três anos da crise econômica decorrente da escassez das chuvas e conseqüentes secas que flagelaram aquela brava gente e a aniquilaram economicamente, ...” (p. 747)

Contudo, em sua última Mensagem Presidencial, Vargas relata a situação do Nordeste de uma maneira um pouco distante da realidade a fim de exaltar mais uma vez as obras realizadas.

“O ano de 1953 transcorreu, ainda, no Nordeste brasileiro, sob o signo da seca. Pelo terceiro ano consecutivo, o flagelo castigou as populações da área do Polígono, exaurindo seus recursos materiais e atingindo-as, mesmo, em seu vigor físico. A situação não chegou, todavia, a assumir proporções de completa catástrofe e aniquilamento, graças ao programa de obras públicas que, há décadas, se executa na região e às providências excepcionais adotadas pelo Governo, desde 1951, para atender às presentes condições relacionadas com essa anormalidade climática, assim como em virtude de a seca se haver atenuado em algumas áreas da região, o que possibilitou se operasse, nestas últimas, certa recuperação.” (p. 234)

Como já foi ressaltado, apesar do relato positivo do presidente em sua Mensagem, os problemas econômicos do Nordeste que se agravaram com o período de estiagem não foram todos solucionados em 1954. Desta forma não é possível afirmar que com o fim da seca todas as suas conseqüências desapareceram. Neste sentido, podemos enfatizar uma outra questão que também foi agravada devido à estiagem e que gerou conseqüências de grandes proporções: a migração para o Centro-Sul do país. O deputado José Augusto (UDN – RN), na Sessão da Câmara de 8 de abril de 1954, comenta o êxodo no período da seca ao falar sobre o fim da estiagem:

“E é certo que em muitas regiões do chamado polígono das secas as chuvas apareceram, e em algumas até abundantes e fartas, fazendo correr regatos e rios, enchendo açudes, dando recursos para os gados, e levando os sertanejos que não emigraram (e foram muitos os que o fizeram) a plantar seus roçados, a cuidar das suas lavouras.” (p. 436)

A migração nordestina no período da seca de 1951 a 1953 citada pelo deputado foi tão intensa que se transformou, como ressaltada VILLA na maior migração da História do Brasil:

“Diferentemente das outras secas, a de 1951-1953 acabou impulsionando o fluxo migratório do Nordeste em direção ao Sul, principalmente para São Paulo, Rio de Janeiro e oeste do Paraná... Utilizando-se de vapores, que percorriam o rio São Francisco até Pirapora, de trens e de caminhões, centenas de milhares de nordestinos deslocaram-se para o Sul, sem nenhum apoio oficial, na maior migração da História do Brasil.” (2000, p. 170)

Podemos então afirmar que a seca, associada ainda às condições econômicas desfavoráveis da região - as quais se contrastavam ao desenvolvimento econômico-industrial do Centro-Sul do país, mais especificamente de São Paulo, - funcionou como fator de expulsão aos migrantes nordestinos. Desta forma, o quadro de desigualdade econômica e de estiagem foi decisivo para que

o fenômeno migratório acontecesse de forma tão intensa e se torna-se uma grande preocupação aos governos e às elites do Centro-Sul do país, além de transformar o contexto social de São Paulo.

Nos Capítulos a seguir, a migração será estudada mais profundamente, porém as desigualdades regionais e a seca descritas neste Capítulo ainda serão brevemente discutidas, pois são questões fundamentais para podermos estudar o fenômeno migratório nordestino do segundo governo Vargas.

4. OS NÚMEROS DA MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA SÃO PAULO

Antes de analisarmos os dados da migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas seria interessante discutir brevemente os movimentos populacionais nordestinos algumas décadas antes do período em questão, assim como seu crescimento para o estado de São Paulo - juntamente com as migrações nacionais, de uma forma geral - a fim de melhor compreender e ressaltar a grande proporção da migração aqui estudada. Podemos então retomar, de maneira breve, os movimentos populacionais nordestinos desde o século XIX, quando as secas que assolavam a região ainda expulsavam grande número de flagelados para as regiões litorâneas, resultando em movimentos migratórios curtos e restritos à própria região nordestina, pois a densidade da população árida era baixa.

Este processo migratório basicamente intra-regional foi bastante reduzido com a grande seca de 1877 – 1879, quando os retirantes passaram a migrar para a Amazônia, formando uma corrente migratória em intenso movimento até o início do século XX. Segundo VILLA (2000, p. 64), desde o início desta grande seca até o final do século XIX é provável que 250 mil nordestinos, em especial os cearenses, tenham ido para a Amazônia. LOPES (1972) também discute esta questão ressaltando que este foi o momento em que ocorreu certa tomada de consciência em relação ao flagelo:

“Pela primeira vez, porém, a Nação tomou consciência do flagelo. A seca nordestina passou a ser problema nacional. As primeiras medidas do Governo Central foram tomadas. Daí em diante, flagelados começam a sair da região, atraídos pela borracha da Amazônia” (id. *ibid.* p. 57).

No final do século XIX, a borracha passou a ser a matéria-prima de grande procura por países da Europa e pelos Estados Unidos devido ao desenvolvimento da indústria automobilística. Segundo FURTADO (1977) a economia mundial da borracha pode ser dividida em duas etapas: a primeira fase caracterizada pela solução de emergência que o mercado consumidor encontrou na região da Amazônia; e a segunda fase caracterizada pelo período da produção organizada.

No período da primeira etapa da economia mundial da borracha, foi na Amazônia que se encontrou uma grande reserva de seringais. O Brasil, praticamente o único país produtor de borracha naquele período, produto com intensa e crescente demanda, obteve preços bastante altos com exportação da borracha para a Europa e Estados Unidos.

“...as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século [XIX]. Esse aumento da produção deveu-se exclusivamente ao influxo de mão de obra, pois os métodos de produção em nada se modificaram” (id. *ibid.*, p. 131)

Este influxo de mão-de-obra para extração da borracha, citado pelo autor, foi proveniente de migrantes nordestinos que fugiam do flagelo das secas e buscavam trabalho. Desta forma, formaram-se correntes migratórias para a Amazônia, as quais passaram a ser percebidas pela população flagelada e pelos governos da região Nordeste como solução para o problema das secas. VILLA evidencia esta questão ao descrever as más condições das viagens para a Amazônia dos migrantes cearenses:

“Na viagem, além da desonra, da escassez de alimentos, os retirantes sofriam com as doenças epidêmicas (tifo, varíola, cólera) em virtude das péssimas condições de higiene dos vapores. Muitos morriam no caminho e os corpos eram jogados ao mar. Apesar das denúncias de maus-tratos, os portos do Ceará, durante meses, embarcaram milhares de homens, mulheres

e crianças para a Amazônia, tamanho o desespero dos flagelados. O próprio governo acabou estimulando a emigração ao diminuir as rações para os flagelados, piorando ainda mais as condições de sobrevivência nas cidades da província, especialmente em Fortaleza. E facilitou a ida para a Amazônia pagando as passagens para os flagelados e suas famílias.” (op. cit., p. 63)

Tais correntes migratórias para a Amazônia também foram percebidas pelos governos amazônicos e pelos proprietários das terras onde se produzia a borracha como solução para a crescente demanda do produto de exportação, como ressalta FURTADO:

“Os governo dos Estados amazônicos interessados organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte. Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica, permitindo à economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema.” (op. cit., p. 133)

Porém, as condições de trabalho da extração da borracha que os migrantes nordestinos eram submetidos não correspondiam às suas expectativas. Os trabalhadores contratados pelos proprietários de grandes extensões de terras, antes mesmo de começarem a trabalhar, já contraíam enormes dívidas, pois deviam pagar parte ou todos os gastos da viagem e seus instrumentos de trabalho (facão, machado, tigelas) que eram utilizados de modo rudimentar. Para sobreviverem, os trabalhadores compravam os alimentos a preços muito altos também do mesmo proprietário de terra para quem já deviam o dinheiro da viagem e dos instrumentos de trabalho. Desta forma, seus salários eram gastos pagando as enormes dívidas contraídas já no primeiro mês. Todo este quadro tornava a vida dos migrantes bastante precárias, a qual FURTADO denomina de regime de servidão:

“Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Demais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho.” (op. cit., p. 134)

Na segunda fase da economia mundial da borracha, a partir de 1910, entrou no mercado internacional a borracha proveniente dos seringais plantados pelos ingleses em suas colônias, especialmente no Ceilão e na Malásia. Desta forma, o preço da borracha brasileira passou a declinar, a região Amazônica entrou em decadência econômica e, conseqüentemente, os migrantes nordestinos que estavam trabalhando com a borracha se tornaram miseráveis, sobrevivendo em condições precárias de subsistência.

Neste mesmo período, ou seja, no início do século XX, a migração dos nordestinos para o Centro-Sul do país foi se transformando num movimento demográfico expressivo, porém era um êxodo ainda tímido. Os migrantes se dirigiam especialmente para a agricultura paulista, geralmente para trabalhar em fazendas de café, substituindo lentamente a mão-de-obra imigrante. Dados do Departamento de Migração e Colonização de São Paulo, citados por LOPES, evidenciam esta substituição de mão de obra estrangeira pela nacional:

“Somente ao aproximar-se a década dos anos 20 sobe a contribuição do contingente nacional de 5 para 22 por cento. Na década dos anos 30 a imigração estrangeira decresce, primeiro, sob o impacto da crise do café e, depois de 1934, com a legislação restritiva do Governo Federal, ao estabelecer o sistema de quotas. Os migrantes nacionais passam a constituir a maioria das entradas no Estado. No período pós-guerra, quando volta a imigração estrangeira em volume significativo, diminui para cerca de 3/4 a parte total correspondente às migrações nacionais, permanecendo, entretanto, em níveis absolutos altos (mais de meio milhão por quinquênio). De especial relevância é notar as migrações nordestinas para fora da região, de fenômeno periódico passa a ser contínuo.” (op. cit., p. 57-58)

Na Tabela 8 (T8: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970 – Censo Demográfico) podemos constatar o alto valor de imigrantes e o baixo valor de migrantes que entraram no estado de São Paulo no início do século XX; e também a inversão em tais valores, ou seja, a redução de imigrantes e o aumento de migrantes (que eram na maioria nordestinos) entrando no estado de São Paulo a partir da década de 1930, como é ressaltado por LOPES (1972). Fica também evidente que a primeira metade da década de 1950 foi o período em que a entrada de migrantes nacionais no estado de São Paulo foi maior (em números absolutos), isto é: 762.707 indivíduos, o que equivale à 78.34% do total de migrantes e imigrantes que entraram no estado de São Paulo naquele período.⁹

⁹ É importante ressaltar que analisando tais dados somos capazes de constatar somente o número de pessoas que foram registradas ao entrarem em São Paulo, como resalta ROSSINI: “A tabela apresentada não espelha o movimento migratório total em direção ao Estado, pois as Estatísticas de Movimento Migratório, feitas pela Secretaria da Promoção Social, relacionam apenas as pessoas que passaram pelo setor de triagem. Reflete somente o número de pessoas que tem conhecimento daquele serviço de atendimento social e que, ao migrarem para São Paulo, procuram sua ajuda: pedido de passagens, abrigo, assistência à saúde ou emprego. Seu número real é muito maior e foge a esse controle. Os migrantes que, por exemplo, viajaram de ônibus ou que vieram diretamente para casa de parentes e conhecidos não constam daquela estatística.” (1977, p. 789)

Tabela 8: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970¹⁰

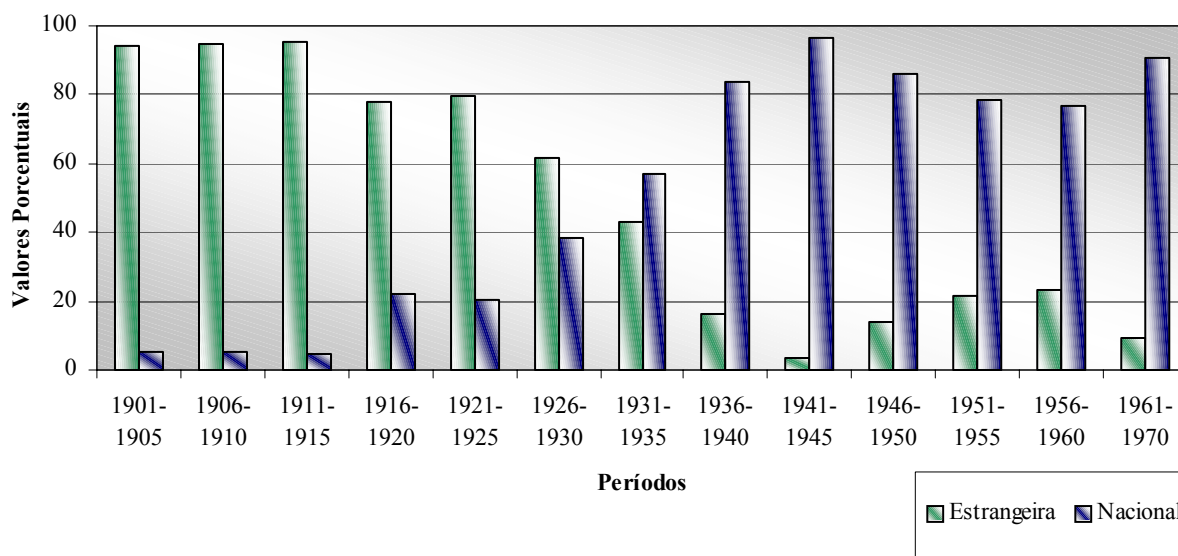
Períodos	Estrangeiros		Nacionais		Total
	N	%	N	%	
1820-1900	973.212	99,90	965	0,10	974.177
1901-1905	193.732	94,39	11.565	5,31	205.297
1906-1910	190.186	94,86	10.301	5,14	200.487
1911-1915	339.026	95,22	17.019	4,78	356.045
1916-1920	100.098	77,87	28.441	22,13	128.539
1921-1925	222.711	79,67	56.837	20,33	279.548
1926-1930	253.265	61,91	155.821	38,09	409.086
1931-1935	119.204	43,28	156.242	56,72	275.446
1936-1940	56.468	16,12	293.852	83,88	350.320
1941-1945	4.763	3,20	144.063	96,80	148.826
1946-1950	61.030	13,70	384.359	86,30	445.389
1951-1955	210.879	21,66	762.707	78,34	973.586
1956-1960	159.360	23,54	517.624	76,46	676.984
1961-1970	78.705	9,38	758.782	90,62	837.487

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. In: ROSSINI, Ester Rosa. Estado de São Paulo – A intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano. In: Ciência e Cultura, nº 7, julho de 1977, p. 783.

Analisando o Gráfico 1 (G1: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970), construído com base nos valores da Tabela 8, podemos perceber com maior evidencia a inversão que houve em relação ao movimento populacional, isto é, a redução do porcentual de estrangeiros entrando no estado de São Paulo e o aumento do porcentual de migrantes nacionais a partir do período de 1931-1935. Além disso, podemos perceber também que este fato se tornou constante, pois o número de imigrantes que entraram no estado de São Paulo depois da década de 1930 não mais superou o número de migrantes, mesmo no período pós-guerra.

¹⁰ Os dados do último período são referentes à uma década (1961-1970), diferentemente de todos os outros períodos evidenciados na tabela.

Gráfico 1: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo no período de 1820-1970



Fonte: Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. In: ROSSINI, Éster Rosa. Estado de São Paulo – A intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano. In: Ciência e Cultura, n^o 7, julho de 1977, p. 783.

GRAHAN E HOLLANDA também ressaltam a redução da imigração estrangeira e o aumento da migração nacional para São Paulo através de um sucinto resumo do desenvolvimento econômico desta região e do Nordeste, evidenciando o declínio da economia nordestina e o crescimento da economia do Centro-Sul do país:

“...observamos que, no final do século, surgiu uma mudança significativa no padrão de crescimento inter-regional. No começo do século dezanove, a economia do açúcar no Nordeste ainda tinha uma participação importante no lento processo de crescimento da economia brasileira, quando o Sul era uma área de economia instável e pouco habitada. Entretanto, com o declínio da escravidão e com a importância crescente da mão-de-obra livre, a fonte mais importante de mão-de-obra barata para o Nordeste começou a desaparecer. Primeiro, devido à transferência de escravos para as fazendas do Sul e, mais tarde, pela própria abolição da escravatura. O Sul, nesse meio tempo, conheceu um rápido desenvolvimento da economia da exportação de café, enquanto o Nordeste sofria um declínio econômico, pois outras nações mostraram-se muito mais eficientes na produção de açúcar para o mercado mundial. Pelo fim do século, estas mudanças inter-regionais já estavam

definidas, com o Nordeste sofrendo uma prolongada fase de estagnação econômica e o Sul recebendo um grande fluxo de mão-de-obra livre européia e tornando-se o maior centro de crescimento do país. Com o declínio da imigração internacional a partir do final da década de 1920, o Nordeste e o Leste viriam a se transformar na principal fonte fornecedora de mão-de-obra migrante, inicialmente para o Centro-Sul...” (1984, p.45)

Contudo, apesar da migração nacional para o estado de São Paulo estar em grande crescimento a partir da década de 30 - especialmente a migração nordestina que veremos no decorrer deste estudo - a preocupação do governo federal era ainda com as imigrações estrangeiras para o país, como fica evidente nas Mensagens Presidenciais de Getúlio Vargas do período de seu primeiro governo. Mais especificamente, na Mensagem Presidencial de 1933 é evidenciada a preocupação com o número de imigrantes entrando no país e, por isso, o presidente dizia ser justificável as restrições à imigração. Na Mensagem Presidencial de 1935 são citados os decretos que regulamentavam a entrada de imigrantes no Brasil, como o decreto de 12 e 19 de agosto de 1931, determinando que o terço dos trabalhadores totais não fosse ultrapassado pelos imigrantes no setor industrial e comercial, e decretando a nacionalização da marinha, respectivamente; e o decreto de 9 de maio de 1934, que regulamenta a entrada no país de somente imigrantes que estivessem classificados de acordo com as especificidades estabelecidas. Na Mensagem de 1936 é citado o projeto de lei que instituía o Conselho Nacional de Imigração e a Constituição de 16 de julho de 1934, na qual foi estabelecida a política imigratória de quotas. Por fim, na Mensagem de 1937 é citada a Constituinte de 1934, desde a qual, segundo o presidente, houve longos debates sobre a questão imigratória. É importante ressaltar que os migrantes nacionais não são citados como uma questão preocupante nestas Mensagens como eram citados os imigrantes estrangeiros, porém seus números estavam em grande crescimento.

“Depois de 1930, aparecem novos padrões de migração, a imigração internacional diminui e quase se anula, por causa, primeiro, do impacto causado pela grande depressão e, segundo, devido ao fim do programa de subsídio para imigrantes e estabelecimento de um sistema restrito de cotas pra futuras imigrações, pela primeira vez na história brasileira, grandes migrações internas ocorreram do Nordeste e Leste para São Paulo e para outros estados do Sul, substituindo, primeiramente, os imigrantes e seus descendentes...” (id. ibid., p. 46)

Já na década de 1950, mais especificamente no segundo governo Vargas, não é evidenciada apreensão em relação às imigrações estrangeiras nas Mensagens Presidenciais do mesmo modo que ocorria na primeira metade do século XX. Há, de certa forma, uma preocupação com esta imigração, porém, ao contrário das Mensagens Presidenciais da década de 1930, na Mensagem Presidencial de 1953 são ressaltados os valores que constatavam a redução da imigração estrangeira com o objetivo de discutir o estímulo do governo federal para a não diminuição destas imigrações para o país, especialmente das imigrações européias. Nesta Mensagem Vargas ainda ressalta que a imigração estrangeira era fundamental para o Brasil:

“Conquanto a imigração continue a ser um dos elementos fundamentais ao desenvolvimento técnico e econômico de países jovens como o Brasil, não conseguimos auferir dos movimentos migratórios da Europa, neste após-guerra, o máximo de seus benefícios. Lembre-se, por exemplo, que, ainda em 1952, o Brasil não chegou a receber, pela imigração dirigida, 10.000 alienígenas, o que representa uma cota diminuta para um país de riquezas inexploradas, extensão quase continental e com população rarefeita e carente de experiência técnica. O Governo, porém, está disposto a encerrar o longo e anacrônico período de restrições à entrada de estrangeiros em nossas fronteiras. E, como resultado das iniciativas já tomadas, é confortador salientar que a delegação brasileira junto ao Comitê Internacional para as Migrações da Europa conseguiu elevar, para 1953, a cota destinada ao Brasil para 23.000 imigrantes. A imigração espontânea que, em 1950, foi de 35 mil, em 1952 ultrapassou 55 mil. Todavia, não é demais insistir em que tal cifra é ainda insuficiente e inexpressiva, frente às elevadas cotas destinadas a outros países sul-americanos.” (p.223)

Neste período a preocupação em relação aos movimentos populacionais para São Paulo se dirigiam para a migração nacional que, como já foi ressaltado, estava em crescimento desde a década de 1930 e teve uma grande explosão no período do segundo governo Vargas. A Tabela 9¹¹ (T9: Migrantes no estado de São Paulo em 1950 e 1960 – Censo Demográfico) evidencia este crescimento durante a década de 1950 através do número de brasileiros não paulistas vivendo no estado de São Paulo no período dos censos de 1950 e 1960, mostrando também que este crescimento ocorreu em relação aos migrantes vindos de todas as regiões do país – Norte, Nordeste, Sudeste (desconsiderando o estado de São Paulo), Sul e Centro Oeste, tidas como regiões de origem, porém com destaque à região Nordeste.

Mais especificamente, analisando os dados da Tabela 9, podemos perceber que a região de origem que mais possuía migrantes no estado de São Paulo em 1950 era a região Sudeste (54,75%), seguida pela região Nordeste (35,88%). Em números absolutos estes valores correspondem à 591.553 e 387.612, respectivamente. Porém, deve-se considerar neste caso que São Paulo faz parte da região Sudeste e então há grande proximidade com os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, o que muito facilita a migração de indivíduos originários destes três estados.

Contudo, já em 1960, apesar da proximidade de São Paulo a Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, a região de origem que mais possuía migrantes no estado de São Paulo era o Nordeste (46,19%), seguida pela região Sudeste (43,25%). Em números absolutos estes valores correspondem a 862.890 e 808.035, respectivamente. Podemos então constatar um grande

¹¹ O total de habitantes no estado de São Paulo em 1950 e 1960 era de 8.440.768 e 12.030.025, respectivamente. Os valores de 1950 somados e comparados ao total do IBGE resultam em uma diferença de 32, pois no total do IBGE em relação aos brasileiros presentes no estado de São Paulo em 1950 estão sendo considerados os migrantes da região da Serra dos Aimorés. Porém, esta região não está discriminada separadamente como os outros estados em 1950, sendo assim seus valores somente constam no total. As porcentagens foram então calculadas com base no total do IBGE.

aumento do número de nordestinos em São Paulo entre 1950 e 1960 decorrente das migrações da década de 1950, o qual corresponde a um aumento de 122,62%. Assim podemos afirmar que, dentre os migrantes nacionais que estavam no estado de São Paulo em 1960, o Nordeste era o lugar de origem de quase a metade destes migrantes.

Em relação aos imigrantes estrangeiros vivendo no estado de São Paulo somados aos migrantes nacionais sem especificação de origem que também estavam vivendo neste estado, os valores são muito pequenos se comparados aos migrantes nacionais, ou seja, 1,52% e 1,99% dos não paulistas vivendo em São Paulo em 1950 e 1960, respectivamente, eram estrangeiros e de regiões do país não especificadas.

Tabela 9: Migrantes no estado de São Paulo em 1950 e 1960

Estados	1950		1960		aumento	
	N	%	N	%	N	%
Guaporé/Rondonia	8	0,001%	102	0,01%	94	1175,00%
Acre	261	0,02%	592	0,03%	331	126,82%
Amazonas	1.454	0,13%	3.192	0,17%	1.738	119,53%
Rio Branco/Roraima	-	0,00%	37	0,002%	37	-
Pará	2.609	0,24%	5.406	0,29%	2.797	107,21%
Amapá	2	0,0002%	98	0,01%	96	4800,00%
Norte	4.334	0,40%	9.427	0,50%	5.093	117,51%
Maranhão	1.409	0,13%	4.339	0,23%	2.930	207,95%
Piauí	5.195	0,48%	15.966	0,85%	10.771	207,33%
Ceará	29.054	2,69%	70.615	3,78%	41.561	143,05%
Rio G. Norte	6.987	0,65%	21.282	1,14%	14.295	204,59%
Paraíba	10.712	0,99%	41.525	2,22%	30.813	287,65%
Pernambuco	62.745	5,81%	182.762	9,78%	120.017	191,28%
Fernando N.	4	0,0004%	79	0,004%	75	1875,00%
Alagoas	56.788	5,26%	121.041	6,48%	64.253	113,15%
Sergipe	25.033	2,32%	58.797	3,15%	33.764	134,88%
Bahia	189.685	17,56%	346.484	18,55%	156.799	82,66%
Nordeste	387.612	35,88%	862.890	46,19%	475.278	122,62%
Minas Gerais	512.736	47,46%	710.871	38,05%	198.135	38,64%
Serra Aimores*	-	0,00%	289	0,02%	289	-
Espírito Santo	4.569	0,42%	7.394	0,40%	2.825	61,83%
Rio de Janeiro	56.076	5,19%	52.413	2,81%	-3.663	-6,53%
Dist. Fed./Guanabara	18.172	1,68%	37.068	1,98%	18.896	103,98%
Sudeste	591.553	54,75%	808.035	43,25%	216.482	36,60%
Paraná	32.709	3,03%	68.215	3,65%	35.506	108,55%
Santa Catarina	15.410	1,43%	25.278	1,35%	9.868	64,04%
Rio G. Sul	13.743	1,27%	20.589	1,10%	6.846	49,81%
Sul	61.862	5,73%	114.082	6,11%	52.220	84,41%
Mato Grosso	13.016	1,20%	26.703	1,43%	13.687	105,16%
Goias	5.632	0,52%	10.034	0,54%	4.402	78,16%
Distrito Federal	-	0,00%	20	0,001%	20	-
Centro Oeste	18.648	1,73%	36.757	1,97%	18.109	97,11%
S. esp. lugar e exter.**	16.387	1,52%	37.092	1,99%	20.705	126,35%
Brasil - S. Paulo	1.080.428	100%	1.868.283	100%	787.855	72,92%

Fonte: Censo Demográfico de 1950 e 1960.

* Território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo

** Sem especificação e lugar e exterior

Através da análise destes dados já fica evidente o significativo número de migrantes nordestinos vindos para São Paulo no período de 1950-1960 em comparação aos migrantes de outras regiões. Todavia, de uma maneira mais específica, podemos dizer que a explosão desta migração aconteceu na primeira metade da década de 1950, como podemos constatar na análise da Tabela 10 (T10: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950 – Departamento de Imigração e Colonização), construída com base no número de migrantes que vieram para São Paulo e passaram pela Hospedaria de Imigrantes¹².

Os dados da tabela evidenciam que nos anos de 1951, 1952 e 1953, período que compreende o segundo governo Vargas e no qual ocorreu uma grande seca, os números de migrantes nordestinos que passaram pela Hospedaria de Imigrantes em São Paulo foram os maiores em relação aos outros anos da década de 1950, ou seja, 159.928 em 1951, 204.214 em 1952, e 87.798 em 1953.

¹² A Hospedaria do Imigrante, localizada no Brás, foi inaugurada em 1887 e passou a receber migrantes nacionais a partir de 1930. Desta forma muitos migrantes que tinham suas passagens pagas pelo governo obrigatoriamente passavam pela Hospedaria. Lá tinham seus documentos verificados e ficavam por um ou dois dias. Neste período passavam por consulta médica e dentária, pois para seguir aos seus destinos – que geralmente eram fazendas onde trabalhariam na lavoura – tinham que estar em boas condições de saúde. Todavia, a partir da década de 1950, quando as correntes migratórias passaram a se direcionar mais para áreas urbanas e para a capital, os migrantes não mais contavam com o financiamento das passagens e a transferência da população deixara de prescindir dos órgãos de arregimentação mantidos pelo Estado, desta forma nem todos se dirigiam mais à Hospedaria quando chegavam. Por isso devemos considerar que os números do Departamento de Imigração e Colonização aqui apresentados não correspondem ao valor total da migração, pois muitos migrantes entravam em São Paulo sem ter passado por registro algum. Devemos então ressaltar que o valor do total de migrantes que entraram em São Paulo deve ser considerado ainda maior em relação aos dados aqui apresentados.

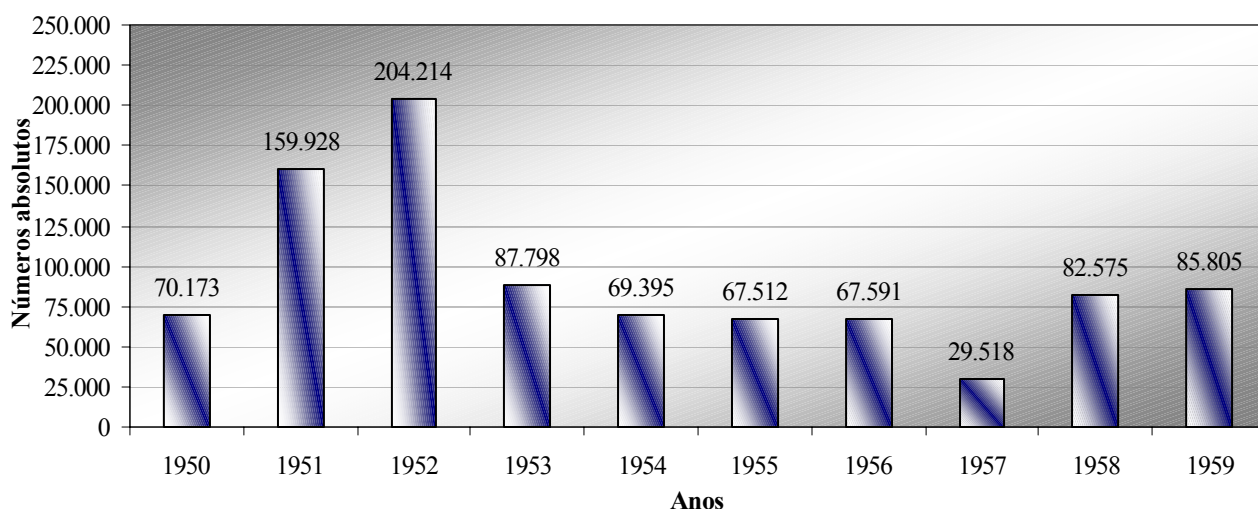
Tabela 10: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950

Anos	Estados de origem dos migrantes								Total
	BA	PE	AL	CE	SE	PB	PI	RN	
1950	36.290	11.658	11.848	3.636	4.311	639	1.008	783	70.173
1951	76.204	25.842	20.474	21.130	8.949	3.642	2.608	1.079	159.928
1952	113.758	31.731	28.125	15.025	9.182	3.148	2.625	620	204.214
1953	38.409	17.744	13.550	9.814	3.333	2.457	1.496	995	87.798
1954	26.289	14.855	15.442	5.789	3.928	1.556	979	557	69.395
1955	20.724	16.450	16.631	3.865	6.998	1.334	963	547	67.512
1956	19.789	17.287	17.114	3.231	7.039	1.811	1.012	308	67.591
1957	10.071	7.039	6.170	1.706	2.411	1.326	516	279	29.518
1958	14.889	24.911	12.403	18.007	4.803	5.855	763	944	82.575
1959	27.315	23.246	13.474	10.633	5.233	4.240	918	746	85.805
Total	383.738	190.763	155.231	92.836	56.187	26.008	12.888	6.858	924.509

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria da Agricultura de São Paulo. In: Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes. São Paulo, 2001.

Analisando o Gráfico 2 (G2: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950), referente aos dados da Tabela 10, podemos perceber esta grande migração com mais clareza, pois a comparação com os outros anos fica mais evidente. No Gráfico, o ano de 1952 é destacado como o período em que mais migrantes nordestinos passaram pela Hospedaria de Imigrantes, vindo em seguida o ano de 1951 e 1953.

Gráfico 2: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950



Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria da Agricultura de São Paulo. In: Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes. São Paulo, 2001.

Mais especificamente sobre cada região, podemos perceber na Tabela 10 que os migrantes baianos foram os nordestinos que mais passaram pela Hospedaria de Imigrantes, só não sendo a maioria no ano de 1958. Nos anos em que a migração foi maior, ou seja, em 1951, 1952 e 1953, o número de baianos registrados na Hospedaria foi de 76.204, 113.758 e 38.409; respectivamente. É importante ressaltar que do total de migrantes nordestinos, o número de baianos no período em questão é quase a metade de todos eles. A Tabela 11 (Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950 em valores percentuais – Departamento de Imigração e Colonização) deixa este fato mais explícito, evidenciando que em 1951, 1952 e 1953, do total de migrantes nordestinos que passaram pela Hospedaria, 47,65%,

55,71% e 43,75% eram baianos, respectivamente. Porém, o número de migrantes vindos de Pernambuco, Alagoas e Ceará é também bastante significativo¹³.

Tabela 11: Migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo na década de 1950 em valores percentuais

Anos	Estados de origem dos migrantes							
	BA	PE	AL	CE	SE	PB	PI	RN
1950	51,72%	16,61%	16,88%	5,18%	6,14%	0,91%	1,44%	1,12%
1951	47,65%	16,16%	12,80%	13,21%	5,60%	2,28%	1,63%	0,67%
1952	55,71%	15,54%	13,77%	7,36%	4,50%	1,54%	1,29%	0,30%
1953	43,75%	20,21%	15,43%	11,18%	3,80%	2,80%	1,70%	1,13%
1954	37,88%	21,41%	22,25%	8,34%	5,66%	2,24%	1,41%	0,80%
1955	30,70%	24,37%	24,63%	5,72%	10,37%	1,98%	1,43%	0,81%
1956	29,28%	25,58%	25,32%	4,78%	10,41%	2,68%	1,50%	0,46%
1957	34,12%	23,85%	20,90%	5,78%	8,17%	4,49%	1,75%	0,95%
1958	18,03%	30,17%	15,02%	21,81%	5,82%	7,09%	0,92%	1,14%
1959	31,83%	27,09%	15,70%	12,39%	6,10%	4,94%	1,07%	0,87%
Total	41,51%	20,63%	16,79%	10,04%	6,08%	2,81%	1,39%	0,74%

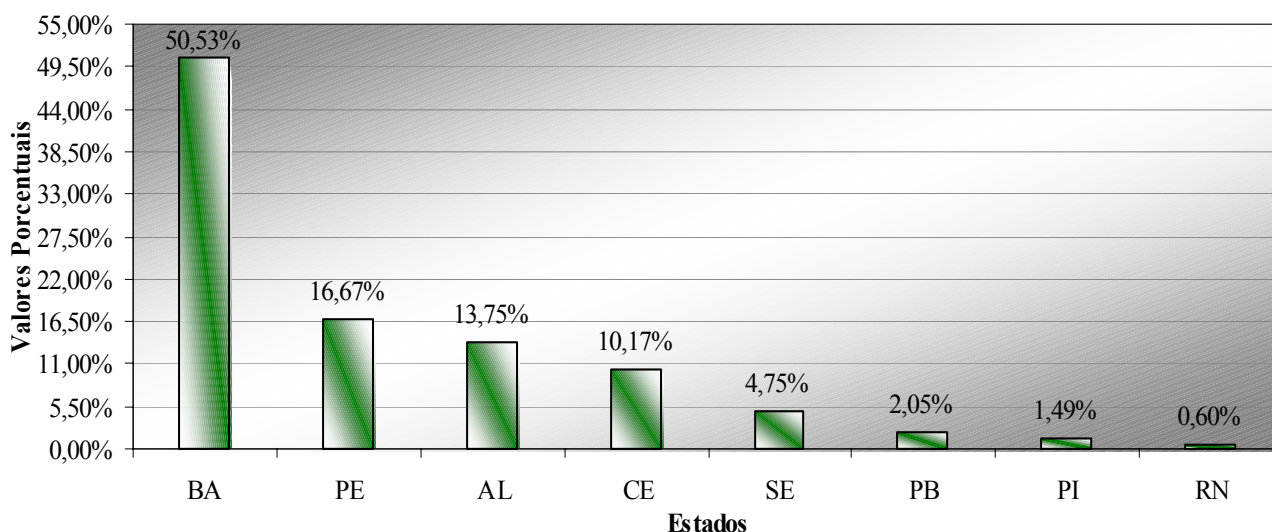
Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria da Agricultura de São Paulo. In: Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes. São Paulo, 2001.

No Gráfico 3 (G3: Média percentual do número de migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em 1951, 1952 e 1953), também referente aos dados da Tabela 10, podemos perceber com maior evidencia o grande número de baianos que passaram pela Hospedaria através de uma média dos anos de 1951, 1952 e 1953; a qual representa 50,53% dos migrantes nordestinos. Os migrantes pernambucanos, alagoanos e cearenses, como já foram

¹³ Os dados aqui apresentados e discutidos não constam os valores referentes ao estado do Maranhão. Entretanto isto não prejudica a análise, já que o número de migrantes maranhenses que vinha para São Paulo no período em questão era baixo, como pudemos constatar na Tabela 9.

ressaltados, também estão em evidência no Gráfico devido aos seus números significativos, especialmente se comparados aos migrantes de Sergipe, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Gráfico 3: Média porcentual do número de migrantes nordestinos em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em 1951, 1952 e 1953



Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria da Agricultura de São Paulo. In: Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes. São Paulo, 2001.

É importante ressaltar que à esta grande migração de baianos podemos associar, de maneira sucinta, alguns fatores, como a maior proximidade da Bahia à São Paulo do que os outros estados nordestinos, à grande seca de 1951 e 1953 que assolou drasticamente a Bahia, ao tamanho do estado e, conseqüentemente, ao seu grande número de habitantes. O rótulo de baiano que grande maioria dos nordestinos, independentemente de seu estado de origem, passou a receber dos paulistas também pode estar intimamente relacionado à grande migração baiana para São Paulo.

Não podemos também deixar de enfatizar que os migrantes de Minas Gerais – estado que possui parte de sua porção Norte na região do Polígono das Secas –, assim como os baianos, também representavam um grande número de migrantes dentre os que passaram pela Hospedaria

no período em questão. Em 1951, 1952 e 1953 seus números correspondem a 46.866, 44.480 e 21.551, respectivamente. Entretanto, a migração nordestina, especialmente a baiana, foi sempre muito mais enfatizada no discurso dos paulistas, relegando assim à migração mineira um caráter silencioso.

Além da explosão da migração nordestina para São Paulo na primeira metade da década de 1950, estava acontecendo também neste período um certo redirecionamento desta migração, ou seja, o movimento populacional adquiria um caráter diferente das migrações anteriores em relação ao lugar buscado pelos migrantes, pois estes não tinham mais as lavouras de café como principal destino. O êxodo para São Paulo passou a ser cada vez mais direcionado à áreas urbanas e, conseqüentemente, trabalhos urbanos passaram a ser procurados pelos migrantes. Pode-se então dizer que a partir de 1950 o caráter das migrações passava por uma transformação, como ressalta ROSSINI:

“Depois de 1950, começou a diminuir o fluxo migratório para o campo. Fatores ligados à industrialização e urbanização atraem cada vez mais os migrantes em direção aos centros urbanos mais desenvolvidos; em primeiro lugar a Capital (São Paulo), que passou a absorver quase 50,0% da mão-de-obra oriunda de outros Estados.” (In: Ciência e Cultura. 1977, p.782)

Como cita a autora, “fatores ligados à industrialização e urbanização” começaram a atrair os migrantes, fatores estes que passaram a se concentrar em São Paulo, onde os investimentos e os alicerces da indústria estavam instalados na região há mais de meio século e, entre outros fatores, já na década de 50, possibilitaram um grande desenvolvimento industrial, atraindo assim trabalhadores em busca de emprego e de melhores condições de vida na região que passou a ser vista como o centro moderno do país.

A Tabela 12 (T12: Situação de domicílio dos nordestinos vivendo no estado de São Paulo em 1960 – Censo Demográfico) evidencia que mais da metade dos nordestinos viviam em áreas

urbanas do estado de São Paulo em 1960. De uma forma geral, 54,74% se encontravam no setor urbano de São Paulo, o que equivale à 472.280 nordestinos.

Mais especificamente, o estado com maior percentual de indivíduos na área urbana de São Paulo em 1960 era o Maranhão, ou seja, 84,65% dos maranhenses em São Paulo viviam nas cidades – porém, como podemos perceber na Tabela 12, o número absoluto de maranhenses em São Paulo era muito pequeno em relação aos migrantes provenientes de outros estados nordestinos. Já os cearenses, ao contrário, eram os nordestinos que menos viviam, porcentualmente, na área urbana, ou seja, 50,26% deles viviam nas cidades. Contudo, o número dos cearenses que vivia nesta área era maior do que o número dos cearenses que estava na área rural de São Paulo. Em relação aos baianos – os nordestinos mais presentes no estado de São Paulo em 1950 e 1960 – pode-se dizer que a maioria também se encontrava nas cidades, ou seja, 51,68% do total de baianos em São Paulo viviam em área urbana em 1960.

Podemos então perceber que o número dos nordestinos vivendo em áreas urbanas do Estado de São Paulo em 1960 é superior ao número dos que viviam em áreas rurais. Porém este valor ainda não atingia 60%, o que nos possibilita constatar que este momento era uma fase ainda em processo de transição das correntes migratórias nordestinas para São Paulo, ou seja, este período era o momento de transição entre as migrações que tinham como destino principal a área rural para as migrações que tinham como destino principal a área urbana, como é ressaltado por ROSSINI (*ibid.*, p. 782) quando discute as migrações nacionais de uma forma geral: “Depois de 1950, começou a diminuir o fluxo migratório para o campo.”

Tabela 12: Situação de domicílio dos nordestinos vivendo no estado de São Paulo em 1960

Estados	Total	Popul. urbana		Popul. rural	
		N	%	N	%
Maranhão	4.339	3.673	84,65%	666	15,35%
Piauí	15.966	11.116	69,62%	4.850	30,38%
Ceará	70.615	35.494	50,26%	35.121	49,74%
Rio G. Norte	21.282	15.599	73,30%	5.683	26,70%
Paraíba	41.525	24.611	59,27%	16.914	40,73%
Pernambuco	182.762	106.680	58,37%	76.082	41,63%
Alagoas	121.041	62.378	51,53%	58.663	48,47%
Sergipe	58.797	33.681	57,28%	25.116	42,72%
Bahia	346.484	179.048	51,68%	167.436	48,32%
Nordeste	862.811	472.280	54,74%	390.531	45,26%

Fonte: Censo Demográfico de 1960

Seria significativo para o presente estudo se possuíssemos os dados sobre a situação de domicílio dos migrantes da região das secas no estado de São Paulo em 1950 para podermos compará-los aos dados do Censo Demográfico de 1960. Porém o Censo Demográfico de 1950 não possui estas informações. Desta forma, seria relevante ao menos evidenciar a situação de domicílio dos brasileiros nestes períodos e suas transformações ao longo das décadas.

Estes dados estão presentes na Tabela 13 (T13: Situação de domicílio dos brasileiros de 1940 a 1991 – Dados históricos dos censos), onde podemos constatar que em 1960, quando 54,74% dos nordestinos vivendo no estado de São Paulo se encontravam em área urbana do estado, somente 44,67% dos brasileiros viviam em área urbana. Apenas no Censo de 1970 é que se verificou que mais da metade dos brasileiros não mais vivia na área rural.

Tabela 13: Situação de domicílio dos brasileiros de 1940 a 1991

Períodos	Total	Urbano		Rural	
		N	%	N	%
1940	41.236.315	12.880.182	31,24%	28.356.133	68,76%
1950	51.944.397	18.782.891	36,16%	33.161.506	63,84%
1960	70.070.457	31.303.034	44,67%	38.767.423	55,33%
1970	93.139.037	52.084.984	55,92%	41.054.053	44,08%
1980	119.002.706	80.436.409	67,59%	38.566.297	32,41%
1991	146.825.475	110.990.990	75,59%	35.834.485	24,41%

Dados históricos dos Censos - IBGE

Esta busca dos migrantes pela cidade, especialmente pela capital São Paulo - que, segundo ROSSINI (ibid., p. 782), passou a absorver quase 50,0% da mão-de-obra migrante que se dirigia para o estado de São Paulo depois de 1950 - pode ser explicada por SINGER (1973), quando ressalta duas questões fundamentais para se estudar processos migratórios: os fatores de atração e os fatores de expulsão. Segundo o autor:

“...são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho... De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando ‘oportunidades econômicas’, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.” (ibid., p. 40-41)

Mais especificamente em relação às migrações nordestinas para São Paulo no segundo governo Vargas, podemos dizer que as oportunidades econômicas percebidas pelos migrantes eram um importante fator de atração decorrente do processo de industrialização amparado pelo

Governo Federal que o estado de São Paulo estava sofrendo, especialmente a capital paulista, para a qual grande parte dos migrantes se dirigia.

Como já foi discutido no Capítulo 3, esta industrialização foi sustentada por políticas protecionistas e de substituição de importações implantadas pelo governo, o que não só implicou, principalmente, no desenvolvimento econômico e industrial de São Paulo, como também, de certa forma, no aprofundamento das desigualdades regionais do país – implicações estas que impulsionam as migrações internas. Como enfatiza SINGER (ibid., p. 37), “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas”. Em outras palavras, podemos dizer que tais desigualdades reforçam os fatores de atração os quais, neste caso, era o desenvolvimento industrial de São Paulo e suas conseqüentes oportunidades econômicas; e reforçam também os fatores de expulsão, ou seja, as desfavoráveis condições econômicas e sociais do Nordeste já agravadas pela seca de 1951-1953, como foi discutido no Capítulo 3.

Sucintamente, pode-se então dizer que o processo de desenvolvimento econômico, a industrialização e, conseqüentemente, as oportunidades econômicas são as principais características de São Paulo na década de 1950 que atuaram como fator de atração aos migrantes, especialmente aos migrantes nordestinos, que além de sofrerem o peso dos fatores de expulsão da região das secas, migravam também atraídos por tais características do centro capitalista nacional em que São Paulo se transformava. Como ressalta DURHAN:

“...todo o deslocamento interno da população se orienta para as regiões mais profundamente atingidas pela introdução e expansão do capitalismo industrial, das quais São Paulo pode ser considerado o centro.” (1973, p.39)

Tais condições de São Paulo neste período foram bastante discutidas na Câmara dos Deputados por políticos nordestinos, dos quais muitos diziam que suas regiões eram desprezadas pelo Governo Federal. Desta forma, o debate sobre as desigualdades regionais esteve muito em pauta, como ilustra o deputado Adail Barreto (UDN - CE) na sessão da Câmara de 30 de julho de 1952:

“Sr. Presidente: pode talvez parecer a alguns observadores das coisas brasileiras que os representantes nordestinos no Parlamento Nacional exageram quando, vez por outra, reclamam contra a diversidade de tratamento adotada por certos órgãos e setores da administração central em relação às diversas regiões do país. De nossa parte, por mais de uma vez, efetivamente, temos combatido esse erro, que já vem de longe, de beneficiar a administração federal de preferência as zonas mais ricas, esquecendo ou relegando a plano inferior na distribuição das messes oficiais às regiões mais pobres e carecidas de recursos, quais sejam, o Nordeste, o Norte, e o Centro-Oeste brasileiros.” (p. 268)

No mesmo sentido de enfatizar as desigualdades regionais, o deputado Tenório Cavalcanti (UDN – RJ) – nascido na região das secas – na Sessão da Câmara de 7 de março de 1952, ressalta que o nordestino é esquecido pelo governo federal:

“O que está ocorrendo com o homem do Nordeste chega a ser um hipnotismo enervante, um misérrimo desprezo a um povo digno de sorte melhor. O Governo precisa lembrar-se de que o homem do Nordeste também é brasileiro.”(p. 499)

Neste período, o Nordeste, em contraposição ao ‘centro capitalista’, se encontrava em condições bastante diferentes. Como já foi discutido, a própria história econômica do Nordeste resultou em uma região de economia estagnada, agricultura atrasada e pouco diversificada, com

grandes proprietários de terra, concentração de renda, indústria com baixa produtividade e também pouco diversificada e, conseqüentemente, em uma região com débeis relações capitalistas de produção. Já a região Centro-Sul do país, mais especificamente São Paulo, se encontrava em grande desenvolvimento na metade do século XX. Desta forma, enquanto as condições de São Paulo atuavam como fatores de atração sobre os migrantes, as condições do Nordeste atuavam como fatores de expulsão. Porém, segundo SINGER, há dois tipos de fatores de expulsão:

“Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (‘enclosures’ na Inglaterra, o desenvolvimento da criação comercial de gado nos Pampas da Argentina, a expropriação das terras comunais indígenas durante o ‘portiriato’ no México etc); e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos).” (op. cit., p. 38)

No caso do Nordeste, os fatores de expulsão que atuavam sobre os migrantes eram os relacionados à estagnação, como cita o próprio autor em um de seus exemplos, pois a estrutura de posse de terra na região dificultava muito as condições de trabalho. Porém, em períodos de seca, além desta dificuldade, a insuficiência física de terra aproveitável, como descreve SINGER (1973), tornava o trabalho ainda mais escasso e a sobrevivência para muitos trabalhadores impossível, transformando a região em um lugar que muitos flagelados esperavam abandonar ao menos por algum tempo. Contudo, diferentemente dos efeitos sobre os trabalhadores, este cenário da região das secas favorecia muitos grandes proprietários de terra, que tinham à sua

disponibilidade grande número de flagelados sem trabalho e muitas vezes sem as mínimas condições de sobrevivência, como ressalta o autor ao diferenciar as áreas sujeitas aos fatores de mudança e de estagnação :

“A distinção entre áreas de emigração sujeitas a fatores de mudança e áreas sujeitas a fatores de estagnação permite visualizar melhor as conseqüências da emigração. As primeiras perdem população mas a produtividade aumenta, o que permite, em princípio, uma melhora nas condições de vida locais, dependendo do sistema de forças sociais e políticas que condicionam a repartição da renda. Já as segundas apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como ‘viveiros de mão-de-obra’ para os latifundiários e grandes exploradores agrícolas capitalistas.” (ibid., p. 39)

Desta forma, grandes proprietários e poderosos do Nordeste, além de utilizarem a situação dos flagelados como instrumento de pressão política para conseguirem verbas para a região, tinham também à sua disposição grande número de trabalhadores nordestinos. Estes, sem trabalho e com baixas condições de sobrevivência, muitas vezes acabavam se submetendo a injustas e exploratórias condições de trabalho, que era uma das poucas opções disponíveis para se tentar sobreviver.

Mais especificamente em relação ao caráter do trabalho rural, DURHAN (1973) ressalta que seus elementos centrais são a posse de terra e o trabalho simples, ou seja, ou se é proprietário ou trabalha-se em suas terras. Segundo a autora, esta situação da vida rural resulta na constituição da hierarquia social baseada na propriedade, a qual ela descreve como hierarquia da propriedade:

“Assim, como a posse da terra e o trabalho simples constituem os elementos centrais da produção rural, constituem-se na representação do universo rural três categorias sociais fundamentais: os que não tem terra e trabalham em propriedade de outrem; os que cultivam terra própria e os que tem terra suficiente para não precisarem trabalhar... A posse da terra se coloca como

única forma de aumentar a renda e ascender socialmente. Desse modo, as aspirações do homem rural definem-se em termos da propriedade e a crise da sociedade rural se apresenta para ele como impossibilidade de se tornar (ou dificuldade em se manter) proprietário. A posse da terra suficiente e, portanto, a liberação da necessidade de pagar foro (quer sob a forma de dias de serviço, parte da produção, ou quantidade de dinheiro) se afigura ao trabalhador rural como a única forma imediata de ‘melhorar de vida’, isto é, de obter uma renda mais elevada. É importante considerar que a aquisição de terra não só é necessária para a ascensão dos assalariados ou parceiros, como também é indispensável à manutenção do *status* dos sitiantes em geral de prole numerosa. Para os filhos de sitiantes, a impossibilidade de aumentar a propriedade significa a fragmentação no minifúndio, a passagem para parceiros ou assalariados, ou a emigração.” (ibid., p.117)

Neste contexto de trabalho rural, podemos descrever as atividades possíveis ao homem do campo através da classificação de quatro tipos de trabalhadores: o arrendatário, o parceiro, o posseiro e o minifundista.

O arrendatário é o trabalhador que, para ocupar determinada porção de terra, paga em dinheiro ao proprietário o aluguel desta terra. Este aluguel é conhecido como foro, denominando o arrendatário de foreiro. Além do aluguel, o trabalhador também paga ao proprietário o cambão, que é a concessão de alguns dias de trabalho gratuito. *O parceiro* também aluga uma porção de terra para cultivar, contudo o pagamento deste aluguel é realizado através de uma parcela da produção do trabalhador, do qual também são descontados os meios de produção fornecidos pelo proprietário. Entretanto, se o valor do aluguel estipulado pelo proprietário não for atingido, este deve ou ser pago em dinheiro ou na próxima colheita. *O posseiro* é o trabalhador que estabelece moradia e trabalha em terras apossadas por ele e que não pertencem a ninguém, porém não eram muitos os nordestinos nesta situação. Por fim, *o minifundista* é um pequeno proprietário que não consegue obter excedente de produção para colocar no mercado, pois seus hectares de terra, que vão de 1 a 10 hectares, são terras exíguas devido ao excessivo tempo de cultivo sem adubação. Desta forma, o pequeno proprietário não é capaz de prover o sustento de sua família apenas com o

trabalho em sua propriedade, sendo então obrigado a trabalhar simultaneamente como assalariado nas terras de um grande proprietário. (BASTOS, 1984).

É importante ressaltar que além dessas possíveis atividades, em períodos de seca há também na região uma outra opção de trabalho bastante procurada pelos flagelados: as famosas obras públicas. Tais obras tinham como principal objetivo empregar inúmeros flagelados sem trabalho e, desta forma, possibilitar a sua sobrevivência e de sua família. Contudo, debates na Câmara dos Deputados ressaltavam de forma bastante ilustrativa este caráter do trabalho no Nordeste em períodos de seca como ações públicas não muito eficazes, pois a oferta de trabalho era restrita e os salários muito baixos. Desta forma, além de descrever a situação, é também interessante expô-la da maneira que era debatida pelos deputados, como o fez Nelson Carneiro (sem partido – BA) e Aliomar Baleeiro (UDN – BA) na Sessão da Câmara de 28 de março de 1951, quando citam o grande número de desempregados no Nordeste em decorrência da ausência de serviços federais na região, respectivamente:

“Enquanto V. Exa situa bem a necessidade de serem incrementados os serviços federais, notícias da Bahia informam que cerca de 25 mil pessoas ficarão ali sem emprego, somente nos serviços ferroviários. Foram mesmo exonerados 600 funcionários da Estrada de Rodagem Feira de Santana à Capital. O problema da seca é agravado com o da fome e o da miséria dos trabalhadores nacionais.” (p. 391)

“Desejava trazer ao conhecimento da Casa, já que V. Exa está tratando do assunto, que tenho recebido numerosos telegramas de meu Estado a respeito das secas. E lá, além do flagelo da natureza, há medidas do governo suprimindo a aplicação de verbas federais nas obras ferroviárias e rodoviárias. Isso trouxe como conseqüência, desde já, o desemprego de 12.000 pessoas que sustentam, provavelmente umas 40.000.” (p.421)

No mesmo ano, o deputado Adail Barreto (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 1 de junho, discuti o valor dos salários pagos aos trabalhadores das obras do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), e os compara aos preços de produtos de primeira necessidade, como feijão, arroz, farinha, carne e açúcar, ressaltando que com tais salários o trabalhador não tinha condições de comprar ao menos sua alimentação básica.

“Neste ensejo, gostaria sobretudo de declamar contra a miséria das diárias que estão sendo pagas aos trabalhadores das obras em execução. Calculem os Srs. Deputados que para solteiros é fixada a diária de Cr\$ 12,00 e aos casados, em geral pais de numerosa prole, como é muito comum no Nordeste, paga-se a diárias ínfimas de Cr\$ 14,00. É bem de ver-se que diária tão mesquinha não dá, de forma alguma, para o custeio das despesas de manutenção dos trabalhadores e suas famílias. Os preços dos gêneros de primeira necessidade no Ceará são talvez dos mais caros das zonas flageladas. Vou citar alguns, para conhecimento da Câmara: feijão – Cr\$ 3,50; arroz – Cr\$ 5,00; farinha – Cr\$ 3,80; a carne do Rio Grande do Sul, conhecida no Ceará como jabá – Cr\$ 17,00; açúcar – Cr\$ 5,00 ...a diária miserável que o Departamento de Obras Contra as Secas está pagando não dá, em absoluto, para a manutenção dos operários que, famintos e esperançosos, procuram aqueles serviços.” (p. 257)

No mesmo sentido de enfatizar os baixos salários dos trabalhadores nordestinos e de compará-los ao valor de alguns alimentos, o deputado Teodorico Bezerra (PSD – RN) e o deputado Alencar Araripe (UDN – CE), na Sessão de 4 de junho de 1951 e 28 de março de 1952, respectivamente, também ressaltam, em tom de reivindicação, a desigualdade entre o Nordeste e o Centro-Sul do país:

“Enquanto os magnatas gozam boa vida nas grandes capitais do Sul, os nossos trabalhadores lutam para ganhar a importância de 10 a 12 cruzeiros por dia, quando encontram serviço. E, no entanto, uma rapadura custa Cr\$ 2,50; um litro de farinha Cr\$ 3,00; um litro de feijão Cr\$ 7,00.” (p. 334)

“Sr. Presidente, o governo não perde oportunidade para demonstrar que a desigualdade de recursos importa em desigualdade de tratamento no seio da comunidade nacional. Não faltam demonstrações de que pouco lhe interessa a sorte das populações subdesenvolvidas. Vejam-se as iniciativas em torno do socorro às vítimas da seca, que veio de 1951. Paga-se salário de fome ao trabalhador – Cr\$ 16,00 por dia, sujeito a fornecimento, que por sua vez chega a ter em atraso durante 6 meses o recebimento de contas. Tenham em vista os preços dos cereais – litro de feijão, Cr\$ 8,00; de farinha, Cr\$ 5,00. O dinheiro chega a vencer juros de 40%! Tudo isso ocorre porque o Governo nem sequer paga em dia os serviços que manda executar com recursos que fazem parte da caixa de assistência à região. Com salários tão minguados, que os juros resultantes da demora nos pagamentos ainda mais reduzem, e os preços exorbitantes dos fornecimentos, é claro que ao invés de se fixar o homem do campo na terra, se afugenta o mesmo.” (p. 479)

Em fins de 1952, após já dois anos de seca, o deputado Aluísio Alves (UDN – RN), na Sessão da Câmara de 11 de novembro, discute uma questão ainda mais prejudicial aos trabalhadores nordestinos que os baixos salários. O deputado descreve, além do desemprego, os vales pagos como salários pelo governo federal aos trabalhadores das obras públicas, ou seja, papéis que declaravam os dias trabalhados e que tinham como objetivo serem trocados pelo governo por seus respectivos valores em dinheiro. Contudo, era muito demorada a realização desta troca, demora que chegava a atingir um ano, segundo o deputado. Desta forma, os trabalhadores trocavam seus vales por dinheiro no comércio - com ágio de 20% a 30% - e/ou por gêneros alimentícios, que, com o passar do tempo, já não eram mais suficientes para abastecer os trabalhadores. Sendo assim, os barracões que forneciam tais gêneros alimentícios passavam a depender exclusivamente do governo para recebê-los e, no momento de repassar aos trabalhadores, vendiam a preços mais altos que no comércio local, onde os produtos eram de melhor qualidade. Neste contexto, o trabalhador acabava comprando com seu vale o alimento disponível no barracão, que poderia ser somente de um tipo, o que lhe obrigava a caminhar até mesmo à outra cidade para trocar o saco de alimento no comércio por outros gêneros. Porém,

nesta troca seu salário era ainda mais desvalorizado, chegando a valer metade do que realmente valia inicialmente. Na descrição do deputado podemos perceber os detalhes desta trágica situação:

“Em virtude da seca, milhares dos seus homens se acham desempregados, sem trabalho na agricultura e na criação. Até mesmo aqueles serviços que o Governo mandou realizar, para atender a essa situação, estão sendo executados, porém os operários que neles trabalham não recebem o seu salário em dinheiro. O que ocorre, então? O operário, em vez de salário, recebe uma vale, ou seja, um papel com a declaração de que trabalhou tantos dias e tem tanto a receber. O salário em média é de 14 a 18 cruzeiros. Recebido o salário em vale, inicialmente trocavam-no no comércio local das proximidades da obra pública, com ágio de 20 a 30%... Entretanto, demora tanto o Governo a pagar que o próprio comércio local imobilizou seus pequenos capitais e já não pode atender às solicitações, aos apelos dos operários. Começou, então a trocar esses vales por gêneros de primeira necessidade... Tive até a oportunidade de verificar o seguinte: um operário que recebia numa semana um vale de Cr\$ 180,00 ia a um barracão e lá, em troca desse vale, obtinha um saco de milho no valor de Cr\$ 180,00. Daquela quantia, ainda descontava a parte relativa ao lucro do barracão, na medida de 20 a 30%. Enquanto isso, na mesma hora, o milho de melhor qualidade estava sendo vendido, no comércio local, a Cr\$ 120,00. E o operário, que não podia comer o milho, tinha de levar aquele saco até a cidade próxima e trocá-lo por outros gêneros; mas só conseguia, no comércio local, por aquele saco de milho, CR\$ 90,00 ou Cr\$ 100,00, pois o comerciante estava vendendo produto de melhor qualidade a Cr\$ 120,00 e tinha que fazer o seu lucro nessa base, isto é, receber o saco de milho do operário a Cr\$ 90,00 ou Cr\$ 100,00. Em consequência, o salário que era de Cr\$ 16,00 diários, ficava reduzido, logo aí, a Cr\$ 8,00, porque a metade, precisamente a metade, era perdida pelo operário na permuta do milho recebido do barracão com outros gêneros adquiridos no comércio.” (p. 65-66-67)

Sucintamente, pode-se dizer que a descrição destes debates na Câmara dos Deputados evidenciam os baixos salários pagos aos trabalhadores nordestinos - em média de 10 à 16 cruzeiros por dia -, os pagamentos realizados em vales, os atrasos dos salários e os altos preços de produtos de primeira necessidade. Além disso, evidenciam também o contraste que os deputados nordestinos faziam em relação à região das secas e o Centro-Sul do país. Desta forma, todo este quadro, ou fatores de expulsão, afugentava – como disse o deputado Alencar Araripe – os

sertanejos de suas terras em busca de melhores condições de vida e oportunidades, as quais já eram procuradas nos grandes centros atrativos do Nordeste e que também passaram a ser maciçamente buscadas em áreas urbanas do Centro-Sul do país e, em especial, em São Paulo.

Em relação à migração intra-regional, pode-se dizer que, especialmente em períodos de seca, as cidades e regiões mais desenvolvidas do Nordeste recebiam um grande contingente de flagelados em busca de melhores condições de vida. Os sertanejos deixavam o chão árido e o trabalho quase inexistente do campo para tentar a sobrevivência em grandes centros urbanos. Especificamente na seca de 1951 – 1953 não foi diferente. As três grandes cidades da região - Recife, Salvador e Fortaleza - eram grandes centros atrativos que recebiam muitos migrantes vindos de cidades menores ou de centros rurais, acentuando, desta forma, o processo de urbanização nordestina e resultando no fenômeno de inchação dos grandes centros (pois não havia instalação e elevação dos níveis de equipamentos urbanos ou desenvolvimento industrial na mesma proporção do incremento demográfico). O deputado Arruda Câmara (PDC – PE), na Sessão da Câmara de 23 de fevereiro de 1953 ressalta esta questão:

“Sr. Presidente, sabe V. Exa, e sabe a Câmara, que não é de meus hábitos exagerar os quadros dolorosos da vida do nosso povo. Mas, como dizia, se Deus não nos socorrer com chuvas dentro de poucos dias, ou se o Governo não tomar as providências urgentíssimas que se impõem, vamos ver levados de 500, 600 e 1.000 famintos invadindo as cidades e as próprias capitais dos Estados.”(p. 79)

As cidades nordestinas que recebiam os migrantes no período de seca, além de sofrerem com a incapacidade de recursos para comportarem os retirantes, sofriam também com as ameaças de saque, o que fazia muitos comerciantes fechar as portas de seus estabelecimentos preocupados

com a chegada de inúmeros flagelados famintos. VILLA enfatiza esta situação em alguns estados do Nordeste ao discutir a persistência da seca no ano de 1952:

“No Ceará a situação no sertão era calamitosa. As cidades médias já estavam com suas provisões esgotadas. Milhares de retirantes tinham recém chegado a Fortaleza – engrossando ainda mais o número de famintos – e o comércio fechava as portas a cada ameaça de saque. Na Bahia repetiam-se as ameaças e os saques... Na Paraíba, segundo o governador José Américo, cidades tinham sido invadidas por flagelados, prefeituras eram cercadas pelos retirantes e feiras estavam sendo saqueadas.” (op. cit., p. 168-169)

Contudo, como na maioria das vezes, o movimento populacional nordestino não se restringiu à própria região das secas. O êxodo para São Paulo do país foi muito intenso, deslocando, na maior migração da História do Brasil, como ressalta VILLA (2000), muitos nordestinos para a região onde o desenvolvimento industrial e seus postos de trabalho atraíam os migrantes, como enfatiza DURHAN:

“Em 1950, distinguiam-se, portanto, nitidamente duas zonas de emigração. A primeira (que nos interessa neste trabalho), formada por uma vasta área que engloba Minas Gerais, Bahia e os estados do Nordeste, caracterizada por uma grande população rural, relativamente muito densa em termos dos recursos técnicos de que dispõe e presa ainda a relações de trabalho tradicionais. A emigração desta área corresponde certamente ao abandono de sistemas econômicos pouco produtivos por uma população que procura integrar-se no sistema capitalista-industrial em desenvolvimento no sul do país.” (op. cit., p. 32)

Em 1951, primeiro ano de seca, o deputado Tenório Cavalcanti (UDN – Rio de Janeiro) – nascido na região Nordeste, na Sessão da Câmara de 16 de maio, discute esta questão da atração que o Centro-Sul do país, em especial São Paulo, exercia sobre os flagelados. Segundo o

deputado, ir para São Paulo era um sonho dos nordestinos, pois acreditavam que neste lugar teriam a oportunidade de ganhar dinheiro:

“É preciso que se dê a esse homem oportunidade, estímulo, prêmio, meio para fixar-se, acabando, assim, com o sonho do nordestino, de viver a pensar nas ilusões do sul, com se vê comumente os pais a aconselhar: ‘meu filho, cresce depressa para ir ganhar dinheiro em São Paulo’. Isso porque São Paulo não sai da mente do sertanejo, que só serve para trabalhar, morrer de fome, e sede, e nas eleições votar no partido do governo, quando sabe ler.”(p. 151)

No mesmo sentido de ressaltar a visão que os nordestinos tinham do Centro-Sul, o deputado Jaime Teixeira (PDS – Bahia), na Sessão de 12 de fevereiro de 1952, comenta uma carta de um ex-prefeito de um dos municípios da Bahia sobre as condições dos flagelados e, dentre outras questões, discute também a visão de ‘miragem de bons salários’ que os nordestinos tinham em relação à região em grande desenvolvimento do país, o que atraía os migrantes sem trabalho e sem condições em suas terras:

“Sem um plano de serviços permanentes, quer no setor da agricultura, quer no da viação, sofreremos por isso mesmo; muito acentuadamente, a falta de meio com que amparar o braço desocupado, em consequência das circunstâncias atinentes aos fenômenos climáticos. Ora, o Sul oferece a miragem de bons salários, que ficar fazendo aqui este homem quando apenas lhe ronda a casa a fome e a miséria? Como detê-los, nós que com isso sofreremos tanto, se não dispomos de recursos previstos em tempo, e em condições sensatas e racionais?” (p. 87)

Diante das discussões sobre os bons salários e o sonho do nordestino de buscar melhores condições de vida e melhores oportunidades de trabalho, é importante ressaltar que as diferenças em relação aos trabalhos no Nordeste e em São Paulo não se restringiam à questões salariais.

Alguns trabalhos urbanos buscados pelos nordestinos - que, como já foi enfatizado, estavam passando na década de 1950 a redirecionar suas migrações para regiões urbanas - contavam com direitos trabalhistas regulamentados em leis que os trabalhadores rurais nordestinos não possuíam, como salário mínimo, seguro contra acidentes, aposentadorias e pensões. Como descreve ARAÚJO (1992 p. 97), “O trabalhador-cidadão ainda continuava uma categoria restrita aos trabalhadores industriais.”

Este trabalhador-cidadão, descrito pela autora, surgiu no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando foi implantada no país a legislação trabalhista. Pode-se dizer que foi um período de grande avanço na área dos direitos sociais do trabalhador. Contudo, o trabalhador rural permaneceu desprovido destes direitos, os quais somente protegiam alguns dos trabalhadores urbanos, deixando à margem das leis trabalhistas também os trabalhadores autônomos e domésticos. Desta forma, uma das propostas de campanha de Vargas para seu segundo governo era estender ao trabalhador do campo as leis trabalhistas, como também explicita em sua primeira Mensagem Presidencial de seu segundo mandato (descrita abaixo). Porém, nos anos que se seguem de seu governo, os direitos do trabalhador rural não foram mais discutidos nas Mensagens Presidenciais e nem efetivamente implementados¹⁴:

“Atenção especial será dada aos complexos problemas do trabalho agrícola, a fim de levar ao homem do campo todo o benefício da legislação trabalhista social e liberá-lo das condições presentes de inferioridade. Para isso, o Executivo aguarda com ansiedade a lei agrária, ainda em estudos no Congresso Nacional, a fim de que se possa ajustar a atividade dos trabalhadores rurais ao sistema de proteção já aplicado aos empregados na indústria e no comércio. Não pode o operário rural, que tanto contribui para o fomento da riqueza pública e particular, permanecer à margem dos postulados do nosso direito social, inspirados nos sentimentos de humanismo cristão que marcaram de tanta generosidade e grandeza os anais da vida nacional.”(p.224)

¹⁴ No segundo governo Vargas foi criado o Serviço Social Rural, que segundo ARAÚJO (1999) foi o “embrião tímido de uma assistência ao trabalhador do campo.” (p. 109)

Dentro desta discussão, é importante ressaltar, através de uma passagem de ARAÚJO, a conotação paternalista e autoritária do governo federal ao defender o trabalhismo:

“Todo o discurso de Vargas em defesa do trabalhismo era, de fato, uma forma indireta, porém clara, de reduzir a massa dos trabalhadores a uma posição politicamente secundária, desvinculada de uma inserção partidária mais sólida e atrelada a sindicatos cuja atuação se dava na exata medida do consentimento do Estado.” (ibid., p.103)

Esta questão político-estratégica, característica do governo do ‘pai dos pobres’, é de grande importância no debate sobre o trabalhismo no Brasil desde suas conquistas até suas limitações impostas pelo Estado. Contudo, dentro dos limites deste trabalho, nos restringiremos ao comentário de ARAÚJO (1992), o qual já provém o presente estudo ao menos com uma pequena referência sobre o trabalhismo no segundo Governo Vargas. O que realmente nos interessa aqui é ressaltar as diferenças das condições de trabalho no Nordeste - que era em grande parte o trabalho rural e em obras públicas nos períodos de seca - e as condições de trabalho em São Paulo - especialmente o trabalho urbano - que além de atraírem os migrantes pelos valores salariais, podiam também possuir a proteção das leis trabalhistas, que, segundo SINGER (1973), também faz parte das aspirações dos migrantes.

Temos então até o presente momento desta pesquisa características do Centro-Sul do país, mais especificamente de São Paulo, no período do segundo governo Vargas, que atuaram como fatores de atração aos migrantes nordestinos ao mesmo tempo em que certas características da região das secas atuaram como fatores de expulsão aos migrantes. Como já foi ressaltado, tais especificidades do lugar de origem e de destino construíram um contexto que favoreceu o grande movimento populacional de nordestinos para São Paulo, o qual pudemos constatar nos dados aqui analisados.

Desta forma, já tendo por base tais valores e os principais fatores de expulsão e atração dos migrantes, no próximo Capítulo discutiremos a vinda dos nordestinos para São Paulo e suas repercussões, especialmente no cenário político, a fim de melhor contextualizarmos esta grande e importante migração de meados do século XX.

5. A VINDA DOS MIGRANTES NORDESTINOS PARA SÃO PAULO

Buscando melhores condições de vida em São Paulo e fugindo das precárias condições da região Nordeste, ou seja, impulsionados pelos fatores de atração e expulsão, os migrantes nordestinos enfrentavam uma longa e difícil viagem, sem nenhum apoio oficial, em navios, trens ou caminhões, como é descrito na revista O Cruzeiro, de 21 abril de 1951, em uma reportagem de Álvares da Silva, sob o título de “A tragédia dos deslocados nacionais - Sertanejos no asfalto”:

“Pelo asfalto das grandes cidades do sul se arrastam os sobreviventes da contínua retirada da fome... Eles vieram, apertados como animais nos vagões de carga, nas segundas classes dos trens. Ou empilhados, como aves em engradados, nos caminhões que o povo já batizou de paus-de-arara. Ou jogados, como fardos, nos porões de terceira dos navios costeiros. Muitos ficam pelos caminhos. As estradas que descem do norte estão salpicadas de cruces toscas e solitárias que logo o matagal encobre.” (p. 15)

Em uma outra reportagem da revista O Cruzeiro, também de Álvares da Silva, sob o título “Arigos em paus-de-arara – A fuga da seca e da miséria”, de 12 de abril de 1952, é descrito mais especificamente uma das principais rotas feitas pelos migrantes rumo a São Paulo. Segundo o repórter, os migrantes iam de trem, caminhão ou até mesmo a pé para Monte Azul (divisa da Bahia com Minas Gerais), onde compravam passagem de segunda classe para a Estação Roosevelt, em São Paulo, por 94 Cruzeiros. Entretanto, ESTRELA (2003, p. 113) ressalta que apesar das possibilidades de outras formas de viagem até Monte Azul, os paus-de-arara eram muito utilizados pelos migrantes. “Depois da década de 1920, a viagem de trem quase sempre esteve associada à viagem de caminhão, os chamados paus-de-arara.”

Da estação de Monte Azul partia diariamente para São Paulo um expresso com dois carros e um vagão, e de segunda e sexta-feira havia também um expresso noturno, os quais, durante o

percurso, se locomoviam muito devagar e viajavam bastante lotados, levando por volta de 250 passageiros por dia. Desta forma, os migrantes que tinham mais dinheiro e pressa de viajar pagavam 260 Cruzeiros e faziam o percurso para São Paulo em primeira classe.

Um dos entrevistados de ESTRELA (2003), José Moreira, partiu de Caetité em 1954 e viajou em pau-de-arara até Monte Azul. Chegando lá pegou um trem para Montes Claros, onde passou a noite, e depois viajou para Belo Horizonte e de Belo Horizonte para São Paulo em péssimas condições, como ele mesmo descreve:

“Posamos ali uma noite, tomamos banho, jantamos; fomos dormir. Uma porção de pernilongos, que parecia um enxame de abelha, de noite... No outro dia de manhã, apanhamos um outro trem até Belo Horizonte. Passamos para um terceiro trem até São Paulo.” (ibid., p. 108)

“E aquela viagem, né? Horrível, o trem muito lotado, sem condições de nada. Banco duro, de madeira, não tinha lugar pra todo mundo. Uns sentava na trouxa do outro, nem mala tinha, era o saco. Saco era trouxa mesmo. Criança chorando.” (ibid., p. 109)

Uma outra entrevistada de ESTRELA (2003), Rosa Terêncio, sempre viajou de Monte Azul para São Paulo em primeira classe. Porém, certa vez conta que entrou no vagão de segunda classe e ficou horrorizada com o que viu:

“Uma tristeza, as cadeiras... de madeira, tábuas e aquilo cheio, cheio e eles com excesso de bagagem, as comidas tudo em volta. Iam comendo aquelas farofas e aquela ossada no pé, e menino sujando, e não tinha restaurante pra eles nem nada. Simplesmente pediam água, aquele pessoal que trabalhava fornecia água, vaso grande de água... mas uma tristeza... aquela imundície. Gente doente, mas uma tristeza. O trem cheio. Cheíssimo.” (ibid., p. 109)

Apesar do desgaste físico que tais descrições evidenciam em relação às viagens, ESTRELA (2003) ressalta que o percurso também gerava desgaste emocional, resultando até mesmo em perturbação mental. Segundo um ferroviário que entrevistou, era comum os passageiros se jogarem do trem. Jaime Soares Mota, o ferroviário, descreve uma dessas cenas que ele mesmo presenciou:

“Uma mulê estava assim numa cadeira sentada assim junto comigo. Num instantim, ela se levantou, assim como coisa que tava dormindo, e foi se meter pela janela, né? Aí, o home levantou e ainda pegou ela pela perna, ainda puxou, ainda cortou assim no vidro na classe. Se joga assim de repentim.” (ibid., p. 111)

Além do desgaste físico e emocional, os migrantes ainda enfrentavam durante a viagem a fome e, conseqüentemente, enfermidades e até mesmo a morte, pois, como já foi brevemente descrito por Rosa Terêncio, durante todo o percurso para São Paulo os nordestinos tinham acesso a uma parca alimentação, ou seja, farinha e rapadura, que era o que basicamente levavam consigo. Entretanto, na reportagem de Álvares de Silva “A tragédia dos deslocados nacionais - Sertanejos no asfalto”, é descrito um acontecimento ocorrido durante uma dessas viagens que o repórter considera como algo ainda mais trágico do que a fome, além de evidenciar as precárias condições em que os migrantes viajavam:

“Um deslocado viajava em carro apinhadíssimo de passageiros. Estava de pé, com um filhinho nos braços, enquanto a mulher, sentada cuidava dos outros. Fora empurrado até a janela e ocupava um pequeno espaço. Moído e cansado, quando cochilava, recebeu involuntário e imprevisto empurrão, e deixou escapolir o garotinho pela janela do trem em movimento. O homem ficou louco, com razão, e saltou pela janela também. Foi dado o alarma. O trem parou. A criança morreu da queda. O homem se ferira também, pois caíra sobre pedras. E veio ele chorando, ao longo dos trilhos, com o cadaverzinho nos braços.” (p. 22)

O repórter ainda ressalta que, além das precárias condições das viagens, durante a espera na estação a situação dos migrantes também era péssima. Isto porque em Monte Azul a venda diária de passagens para São Paulo ocorria dentro de uma certa cota devido ao pequeno número de carros de segunda classe. Desta forma os migrantes eram muitas vezes obrigados a ficar em Monte Azul por até uma semana, resultando em enormes filas nas bilheterias, acampamentos improvisados e, com o fim da farinha e da rapadura, em fome e tudo o mais que ela pode acarretar.

A longa espera em Monte Azul também prejudicava os migrantes financeiramente, pois acabavam sendo obrigados a gastar o exato dinheiro que tinham para chegar até São Paulo. Desta forma muitos ficavam sem condições de chegar em seu destino ou voltar para sua cidade, como é descrito na reportagem “Arigos em paus-de-arara – A fuga da seca e da miséria”:

“Muitos jovens da região da Bahia fazem o seguinte cálculo para atingir São Paulo: 100 cruzeiros para a viagem inicial de caminhão, 94 cruzeiros para a passagem Monte Azul – São Paulo, e mais alguns cruzeiros para o passagio. Assim calculam chegar ao Eldorado com uma despesa mínima de 250 cruzeiros. Mas erram no cálculo, porque se esquecem da espera em Monte Azul. Se ali passam uma semana, gastam na pensão o dinheiro da passagem e do passagio. Procuram trabalho e geralmente não encontram. E ficam naquela situação angustiada: não podem voltar para o Norte, nem vir para o Sul.” (p. 90).

Sobre Monte Azul, mais especificamente sobre seu distrito, como é descrito ainda na mesma reportagem, o repórter conta que esta era uma pequena cidadezinha com 2.270 habitantes e muitas pensões e rancharias. Contudo, devido ao grande êxodo para São Paulo, muitas vezes o número de migrantes esperando a oportunidade de embarcar ultrapassava o número da população local. Desta forma, alguns migrantes, para fugirem da espera, fretavam caminhão para ir até a estação de Montes Claros (Minas Gerais), onde a concentração de pessoas era menor.

“O distrito da cidade de Monte Azul conta 2.270 habitantes. A cidadezinha tem mais pensões e rancharias (18) do que ruas (17). Por vezes a concentração de retirantes em torno da estação superava a população permanente no lugar. No ápice da crise de fuga, Monte Azul já presenciou a concentração de 2.000 e 4.000 retirantes.” (p.90).

Em Belo Horizonte a situação dos migrantes que passavam por lá com o objetivo de chegar ao Centro-Sul também era muito difícil. Num exemplo bastante ilustrativo de Álvares de Silva, na reportagem “A tragédia dos deslocados nacionais – Sertanejos no asfalto” são descritas as dificuldades enfrentadas por eles na estação da Central do Brasil (em Belo Horizonte):

“Uma noite dessas, deparou-se-nos um quadro inesquecível no pátio da estação da Central do Brasil em Belo Horizonte. Regressávamos de uma viagem de subúrbio. Era meia-noite. Na plataforma havia uma galeria de fantasmas. Eram os deslocados – homens, mulheres e crianças – enrolados em lençóis, em panos brancos, tentando conciliar o sono, no ladrilho, no cimento, nos bancos, tendo malas e sacos por travesseiro... Um funcionário ferroviário chegou e disse: - ‘Isso que está aí é apenas uma parte. Isto é, a parte que não teve sorte. No albergue não cabe todo mundo. De maneira que mais da metade tem de dormir aqui... Acho que esse ladrilho, essas beiras de muro, esses bancos da estação já estão gastos e polidos é de tanto ‘retirante’ que dormiu por aí, à espera do trem que vai para São Paulo... Agora, além de padecerem na viagem, e tem gente que está viajando há mais de vinte dias, chegam aqui e às vezes não encontram lugar para dormir... E sabe o que aconteceu aqui uma vez? Os trens andavam atrasados e a concentração foi ficando muito grande. Então o Prefeito de Belo Horizonte mandou vir aqui uma ‘vaca leiteira’ e distribuiu leite para todo mundo. Pois olhe, quase todos os retirantes adoeceram...’” (p. 22)

Contudo, apesar das péssimas condições de espera e das viagens de trem, o repórter ainda destaca que a possibilidade de tais viagens evidenciava o progresso do Brasil:

“Ainda bem que um trabalhador, expulso por uma conspiração da natureza ou atraído pela melhor remuneração, já pode viajar de Pernambuco a São

Paulo, quase que somente em cima de trilhos. Sinal de que o Brasil progrediu. Mas, vinte anos atrás, conhecemos uma turma de piauienses duros, que bateram a pé de São Raimundo Nonato (sul do Piauí) à Serra do Mar, em São Paulo. Inacreditável? Mas pode crer: A PÉ!” (p. 20)

É importante ressaltar que além dos trens, como já descrito, no início da década de 1950 um outro meio de transporte estava sendo também muito utilizado pelos migrantes afim de chegarem em São Paulo: os caminhões. Estes, conhecidos como paus-de-arara, transportavam grande número de passageiros pela rodovia Rio-Bahia, a qual, segundo BORGES (1955, p. 16) propiciou “uma nova e importante via de escape aos migrantes.” O autor também ressalta que ano a ano o número de migrantes vindo para São Paulo pela Rio-Bahia aumentava cada vez mais: “Assim, em 1950 somente 12% dos migrantes entravam em São Paulo por rodovia; em 1951 cerca de 20%; e em 1952 nada menos de 38%.” (p. 16)

O valor de 1951 citado por BORGES (1955) pode ser confirmado em uma reportagem da revista *O Cruzeiro*, de Jorge Ferreira, de 19 de abril de 1952, intitulada “Retirantes em São Paulo – Gado Humano”, onde o repórter ressalta que “A estrada de rodagem Rio-Bahia passou a ter importância capital na migração.” (p. 68). Na reportagem, a porcentagem em relação a 1951 acima citada é descrita em dados absolutos, discriminando também o número de nordestinos que vieram para São Paulo por via marítima e estrada de ferro:

Tabela 14: Vias pelas quais os migrantes nordestinos entravam em São Paulo em 1951

Vias/Ano	1951	
	N	%
Ferroviária	163.310	78,32%
Rodoviária	42.250	20,26%
Marítima	2.955	1,42%
Total	208.515	100,00%

Fonte: O Cruzeiro – Retirantes em São Paulo, 19-04-1952, p. 68

Segundo os repórteres Mário de Moraes e Ubiratã de Lemos, na reportagem da revista O Cruzeiro, “Uma tragédia brasileira – Os paus-de-arara” de 22 de outubro de 1955, a rodovia Rio-Bahia, com 1.589 Km da capital federal (Rio de Janeiro no período em questão) até Feira de Santana (Bahia), transformou-se num cemitério:

“A Rio-Bahia transformou-se num cemitério. Suas curvas são assinaladas por cruces. E cada cruz é uma história: caminhões que perderam o freio e se chocaram com barrancas, outros que saltaram da estrada nos abismos laterais, outros que pegaram fogo, explodiram.” (p. 76)

Pela Rio-Bahia¹⁵, rodovia ainda não pavimentada até 1968, trafegavam dezenas de caminhões diariamente que, seguindo para o Rio de Janeiro e para São Paulo, transportavam muitos migrantes nordestinos de todas as idades, em condições de superlotação e precariamente adaptados para o transporte de passageiros. É interessante ressaltar que tais características

¹⁵Segundo ESTRELA (2003), a abertura da Rodovia Rio-Bahia foi concluída em 1949 e sua pavimentação foi completada por volta de 1968, quando se deu efetivamente a mudança do itinerário dos migrantes que se deslocavam para São Paulo. “As estações de Monte Azul e de Montes Claros vão aos poucos deixando de fervilhar com a presença dos baianos.” (p. 119)

favoreceram para que estes caminhões passassem a ser chamados de paus-de-arara, como ressalta

VILAÇA:

“Têm-se três explicações de se chamar o caminhão de retirantes ‘paus-de-arara’, anteriormente referidas por jornalista pernambucano, Zilde Maranhão, quando, pela primeira vez, um repórter camuflado de igual passageiro fez a viagem Pernambuco-Rio, contando-a mais tarde em jornal: seria porque *arara* é termo também usado nos sertões para designar atoleimados e os retirantes assim eram tidos; seria porque a armação de madeira e a lona colocada nos caminhões lembram a engenhagem feita para papagaios e *araras*, comuns nas casas do interior, daí o apelido para o caminhão e, mais tarde, para os nordestinos, indistintamente; seria porque, ainda levando em consideração o gradil, assemelhar-se-iam os retirantes, a *araras*, agarradas aos paus.” (1987, p. 81)

Mais especificamente, podemos descrever os paus-de-arara como caminhões geralmente velhos e em más condições, no qual 8 tábuas em média eram colocadas para servir de assentos e, em alguns, lonas eram utilizadas como cobertura a fim de “proteger” os passageiros. Isto era tudo que era feito para precariamente adaptar tais caminhões ao transporte de seres humanos, que, tumultuados entre malas e gente, viajavam em média de 8 à 14 dias em pequenos e desconfortáveis espaços - os quais, quanto mais reduzidos, maior seria o lucro do dono do caminhão.

Em relação às viagens, segundo ESTRELA (2003, p. 115), “À semelhança da viagem de trem, o deslocamento em caminhão ou pau-de-arara era muito penoso... A imobilidade e as sacudidas provocavam nos viajantes inchaço nas pernas e problema nos rins.” Além disso, a autora também ressalta que durante o percurso os retirantes sofriam com a desinteira e com a fome, que muitas vezes levavam à morte, pois, como nas viagens de trens, a alimentação que os migrantes carregavam consigo era muito precária. Contudo, durante as viagens de caminhão era

possível fazer paradas e preparar alguns alimentos levados com os retirantes ou comprados no caminho.

As condições de higiene durante a viagem eram outra característica do percurso nos paus-de-arara também bastante precária, como descreve VILAÇA:

“As condições de higiene nessas travessias são as mais contundentes. Chegam aos sessenta os que viajam, inclusive os meninos aceleradores da fedentina, às vezes insuportáveis, provocadora de protesto nos lugares em que escala o caminhão mal cheiroso. Na viagem os adultos atendem às necessidades fisiológicas em sanitários dos postos de abastecimento ou ‘indo no mato’, nas paradas, geralmente, de três em três horas. Quando ‘vão ao mato’, convenciona-se, os homens tomam a margem esquerda da estrada, as mulheres a da direita. Prefere-se ‘ir ao mato’ que às privadas por serem essas sempre imundas e espalhadoras de doenças.” (ibid., p.81)

Os farrapos que os migrantes vestiam quando chegavam no local de destino também estão relacionados à precariedade das viagens, pois tais vestimentas, que já eram bastante precárias – “trajavam, em geral, roupas de chita, brim e algodão, feitas artesanalmente” (ESTRELA, 2003, p. 133) – não resistiam às péssimas condições em que os migrantes viajavam.

“Os homens e as mulheres que saíam de seus locais de origem vestidos de modo simples, mas limpos e asseados, durante o percurso se transformavam em sujos e esmolambados andarilhos. Por isso, muitos paravam em localidades mais prósperas para pedir roupas e calçados, visando continuar a longa jornada.” (id. ibid., p. 133)

Ainda sobre esta questão, ESTRELA (2003) cita um ilustrativo trecho de uma matéria do jornal A Folha da Manhã, de 5 de maio de 1953, que descreve a situação em que os migrantes nordestinos chegavam em São Paulo, mais especificamente na Hospedaria dos Imigrantes:

“Centenas de inocentes seminus, espalhados pelos pátios ou nas salas frias, tirintando sem agasalho porque no Nordeste não faz frio. Meninas com ralos vestidos de algodão, encolhidas no colo das mães, chorando de frio, buscando calor nos corpos magros e também sem agasalho das genitoras. Meninos com calcinhas de brim, descalços, enfrentando a brusca mudança de temperatura, sem ter uma roupinha de flanela, uma blusinha de lã para vestir.” (“Seminuas, tremem de frio as crianças nordestinas no abrigo de imigrantes.” Folha da manhã, 5-5-1953. In: ESTRELA, *ibid.*, p. 134)

Contudo, ESTRELA ressalta que as viagens nos paus-de-arara apresentavam algumas vantagens em relação ao transporte ferroviário:

“Era mais rápido e o passageiro tinha certa liberdade de escolha quanto à frequência das paradas e o tempo despendido em cada uma delas. Talvez por isso a viagem de caminhão fosse mais alegre. Havia algazarra, e as brincadeiras e o falatório eram uma constante.” (*ibid.*, p. 115)

Além das más condições das viagens que os migrantes enfrentavam, muitas vezes eles não eram levados pelos motoristas ao destino previsto, sendo deixados completamente desamparados em cidades que não conheciam, sem dinheiro e sem condições de prosseguir viagem ou voltar. Tais freqüentes acontecimentos ocorriam ou por vontade própria do motorista, que lucraria mais reduzindo o percurso, ou por problemas do caminhão, que além de poder interromper a viagem também representava grande riscos de acidentes. Todavia, é importante ressaltar que tais acidentes também podiam acontecer por vários outros motivos, como negligência e inexperiência dos motoristas, superlotação e precariedade da estrada.

“Há notícias de que muitos motoristas de paus-de-arara dirigiam muito mal e não tinham noções de como funcionava o motor. Às vezes, os caminhões faziam um trajeto bastante tortuoso até chegarem ao local de destino. Uma das razões era que o pau-de-arara precisava estar completo para superar os

custos da viagem. Outra razão era que, sendo proibido o transporte de passageiro em caminhões, o motorista usava de todos os meios para fugir dos postos de fiscalização dos guardas, aquartelados nas rodovias federais ou nos pontos de desembarque no local de destino, até mesmo ‘molhando a mão’ dos ‘rodoviários’ e fiscais.” (id. *ibid.*, p.117)

É importante ressaltar que multas pelo transporte de pessoas nas carrocerias dos paus-de-arara e pelas más condições dos caminhões podiam ocorrer durante o percurso e até mesmo já em Feira de Santana, ponto inicial da Rio-Bahia, tendo o valor de 500 Cruzeiros. Porém, isto não resultava em grandes prejuízos ao dono do caminhão, pois o lucro com o transporte de no mínimo 60 passageiros compensava os possíveis “imprevistos” da viagem.

Na reportagem de Álvares da Silva “Arigos em paus-de-arara - A fuga da seca e da miséria”, esta questão das multas aos paus-de-arara é discutida de forma interessante, pois o repórter resalta que apesar das possíveis multas, os gastos para transformar o caminhão em pau-de-arara eram baixos, em média de 6.000 Cruzeiros apenas, resultando num lucro que variava entre 20.000 a 30.000 Cruzeiros para o dono do caminhão, já que o valor da passagem era, em média, de 500 Cruzeiros.

Segundo o repórter João Martins, na reportagem “A Retirada da Fome” da revista O Cruzeiro de 14 de Abril de 1951, “Os proprietários e os motoristas dos caminhões de carga descobriram uma autêntica mina de ouro no transporte dos sertanejos para o Rio e São Paulo, e em conseqüência estão realizando uma verdadeira campanha de imigração.” (p. 22) O repórter também enfatiza que já existiam empresas de transporte de migrantes em paus-de-arara organizadas. Assim, muitos donos e motoristas de caminhão conseguiam fazer várias propagandas da região Centro-Sul – as quais eram realizadas até mesmo em alto falantes de cidades do interior nordestino – além de utilizarem agentes para conseguir mais migrantes, que segundo o Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, eram os culpados pela grande migração.

Desta forma o número de passageiros que conseguiam era grande, possibilitando que as multas pagas pelos motoristas durante a viagem não prejudicassem os negócios, como é descrito na mesma reportagem:

“Acontece que há um artigo no Código Nacional de Trânsito que proíbe o transporte coletivo a veículos de carroceria aberta, sem portas de subida e descida, sem bancos, etc, enfim, a caminhões de cargas. Para a infração correspondente, prevê a multa de quinhentos cruzeiros. Não prevê nenhuma medida em caso de reincidência. Ora, tal despesa não chega a prejudicar os grandes lucros do negócio e os motoristas a pagam a cada viagem. O pior de tudo é que a Polícia Rodoviária do 5º Distrito, sediada no entroncamento de Feira de Santana e que tem a missão de patrulhar 360 quilômetros na Rio-Bahia, 412 na Transnordestina e 45 na Feira Salvador não tem equipamento adequado. ” (p.22).

Diante deste debate, é importante ressaltar novamente a reportagem “Uma tragédia brasileira – Os paus-de-arara”, onde a viagem dos migrantes nordestinos aqui discutida é detalhadamente descrita pelos repórteres Ubiratan de Lemos e Mário de Moraes, pois participaram de uma dessas “aventuras” nos paus-de-arara pela Rio-Bahia, partindo de Salgueiro, sertão de Pernambuco, até Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.¹⁶

Já em relação ao início da viagem os repórteres descrevem a chamada dos passageiros: “Quem comprou passagem prô Rio e São Paulo pula logo no caminhão que nós vamo virá mundo.” (p. 71). 104 retirantes, entre homens, mulheres, idosos e crianças, estavam embarcando por 500 Cruzeiros pagos na hora ou cobrados depois com juros - porém, para o pagamento poder ser realizado depois, o passageiro deveria deixar seus documentos como garantia com o

¹⁶ Segundo Villa (2000), esta reportagem recebeu o prêmio Esso de Jornalismo e quase não saiu, pois ficou meses aguardando publicação. “Como uma matéria paga, vinda de São Paulo, não chegou a tempo de ser publicada, o editor resolveu tirar da gaveta a de Mário de Moraes. Surgiu mais um problema: a reportagem de Moraes tinha doze páginas, e, como haviam sido reservadas oito para a matéria de São Paulo, o editor decidiu jogar no lixo as quatro páginas excedentes.” (p. 171)

agenciador no momento do embarque, só podendo pegá-los novamente após o pagamento da dívida.

Ainda sobre o começo da grande jornada, os repórteres deixam claro que tudo indicava que teriam uma longa e difícil viagem no pau-de-arara, como já foi bastante evidenciado nas outras reportagens, pois os passageiros não tinham ao menos espaço suficiente para se sentar nas duras tábuas improvisadas ou para colocar seus pertences. Todos se ajeitavam da maneira possível nos 30 centímetros quadrados que possuíam para acomodar seus braços, pernas e algumas bagagens. Contudo, todos embarcavam esperançosos de conseguir trabalho e juntar dinheiro no Centro-Sul do país.

“A nossa partida foi precedida de corre-corre maluco. Galgamos a carroçaria ao lado dos velhos, mulheres e crianças, que lutavam para se ajeitar nas tábuas farpentas, pregadas às pressas, e que serviram de bancos durante toda a viagem. Quem não espremia roupas dentro de malotas ou sacos de farinha de trigo, discutia por migalhas de espaço. E ao fim não se conseguia mais do que 30 centímetros quadrados para arrumar o corpo, com pernas, braços e tudo. O ajudante do caminhão – um arara carona – insultava a quem reclamava a dureza das ripas. Os mais experientes amaciavam os bancos com trapos. A bagagem foi distribuída por cima da cobertura de lona furada, ou mesmo dentro da carroçaria. O nosso caminhão tomou o aspecto ridículo de uma chocadeira: 7 pessoas em cada banco, o de trás com os joelhos obrigatoriamente nas costas do da frente, imprensado pelos dois lados e sentindo a tortura da quina das tábuas no osso da canela. Gaiolas, encarcerando papagaios, pendiam da cobertura, e pequenas redes de criancinhas balançavam sobre as cabeças da boiada humana. Mães enfermiças pediam licença aos vizinhos: - Meu senhor, o senhor deixa eu botá o meu menino nas suas costas? Ele não pesa nada não. ” (p.71)

Sobre o decorrer da viagem, em meio à insalubridade da carroceria, a choros de crianças, cantorias para passar o tempo e breves refeições que consistiam de farinha com carne moída - que chamavam de paçoca -, os repórteres descrevem o sofrimento e reclamações dos migrantes. Estas eram basicamente dores nas pernas, pontadas nos rins e náuseas, além de tosses e espirros que

pioravam durante as noites frias ou dias chuvosos, quando a água acumulada na cobertura furada da carroceria molhava todos os passageiros, formando uma grande confusão, pois todos tentavam se proteger de alguma maneira.

Mais especificamente sobre as enfermidades, os repórteres citam uma mulher, que com um filho nos braços e talvez grávida, passava muito mal, porém poucos a ajudavam:

“O estômago não lhe aceitava os alimentos. Tinha de expulsá-los a cada instante. Fazia uma ginástica acima de suas forças. Galgava os ombros da vizinhança, até alcançar o extremo da carroçaria, onde se entregava ao suplício das náuseas. Brutalizados pela miséria vitalícia – por isso vacinados contra a dor alheia – os “araras” olhavam indiferentemente ao sacrifício de Alice. Apenas dois ou três homens se comoviam.” (p. 75)

Ressaltam ainda que a mesma senhora, num outro momento da viagem, reclamava muito de dor nas pernas, pois não tinha espaço suficiente para poder esticá-las. Então os repórteres contam que um garotinho lhe ofereceu uma possível e breve solução: “- Dona Alice, eu vou tirar a perna do meu buraco e a senhora pode botar a sua dentro. Dá para esticar um pouco as juntas. Depois a senhora me devolve o buraco, ouviu?” (p. 76)

Como este buraco oferecido pelo garoto à mulher, os repórteres descrevem algumas outras soluções que eram buscadas pelos retirantes a fim de amenizar o martírio da jornada. Uma delas era viajar com as pernas permanentemente do lado de fora da carroceria com o objetivo de reduzir o problema da falta de espaço. Entretanto, deviam ficar bastante atentos nas curvas, quando o caminhão passava muito perto das barreiras existentes na estrada, pois poderiam se machucar, perder suas pernas e cair, já que os motoristas de paus-de-arara corriam bastante – quanto mais rápidos fossem mais viagens fariam e mais lucros teriam.

Segundo os repórteres, um dos momentos mais dramáticos da viagem ocorreu quando o toldo que cobria a carroceria do caminhão quase desabou sobre os passageiros e o motorista se recusou a parar, dizendo que pararia na próxima cidade. Desta forma tiveram que sustentar o peso do toldo, das malas que estavam sobre ele e até mesmo de uma máquina de costura que algum passageiro levava consigo na viagem.

Os repórteres também não deixam de relatar os casos que os passageiros lhes contavam sobre o sofrimento psicológico de outros migrantes diante de tanta precariedade: tinham os que enlouqueciam durante a viagem devido à fome e às péssimas noites de sono; outros que, desesperados, produziam vítimas, mães que eram obrigadas a sepultar seus próprios filhos pela estrada, motoristas que tentavam violentar moças e até passageiros que desciam no meio da viagem por não suportar tanto sofrimento, como aconteceu na viagem dos repórteres:

“Não podemos tampouco esquecer o episódio de uma noite, na fronteira Minas-Bahia. Dez baianos insistiram para que o caminhão parasse. Quebrando seus hábitos o motorista pisou nos freios. ‘– Que é que há aí em cima? – A gente quer de volta o dinheiro das passagens. Ninguém agüenta mais esse aperto. Nós vamos ficar na estrada. – Não devolvo o dinheiro. A gasolina subiu muito e eu estou ‘limpo’.’ Mentiu, quanto à última parte, o motorista. Mas os dez baianos não recuaram. Ficaram tiritantes na noite fria, na estrada. Qualquer solução era negócio.” (p. 78)

Diante de tantos problemas e precariedade, é importante ressaltar que o motorista do caminhão foi multado durante o percurso e obrigado a pagar 500 Cruzeiros ao policial. Todavia, os repórteres viram o motorista entregando ao mesmo policial mais dinheiro além do valor da multa. “Ficamos diante desse absurdo bem brasileiro: o tráfico de “araras” é proibido, mas pagando a multa (e ‘molhando’ a mão dos guardas) o caminhão pode passar.” (p. 75) Desta forma os lucros não eram prejudicados e futuras viagens não seriam impedidas de acontecer.

Ainda em relação ao percurso, os repórteres contam que o motorista fazia algumas bruscas e breves paradas para que os passageiros pudessem esticar seus corpos comprimidos por horas nos estreitos espaços da carroceria do pau-de-arara, dormir um pouco, lavar algumas roupas ou comer e beber alguma coisa. Contudo, ressaltam que nestas paradas o tempo de sono era de no máximo duas horas, a água bebida pelos passageiros era na realidade um líquido leitoso que parecia magnésia e que a alimentação era basicamente paçoca, ou seja, farinha com carne moída, que era a mais comum refeição da maioria dos migrantes, pois poucos tinham dinheiro para poder almoçar nas pensões que existiam no caminho.

“Noventa por cento dos flagelados não puderam enfrentar o preço alto das pensões do caminho, onde se serve, todo santo dia, bode torrado, bode assado, bode guisado com farinha de mandioca e arroz. De cócoras – dentro do caminhão ou à beira da estrada – os “araras” comiam na boca do saco a “paçoca” indigesta, especialista em azia e dor de barriga. Havia alguns mastigando requeijão de leite de cabra, lembrança gostosa do torrão. As pensões (que usam esse nome por não terem inventado outro) são bodegas imundas, com tapetes voadores de moscas, pratos rachados, talheres enferrujados, toalhas ensopadas de gordura de bode.” (p. 76)

Entretanto, o cenário de miséria não era apenas visto entre os passageiros do pau-de-arara. Os repórteres contam que mendigos pediam esmolas cercando o caminhão, que moças novas, entregues à prostituição, ofereciam favores ao motorista por 20 Cruzeiros (preço de meio quilo de carne de sol), e que até mesmo uma idosa senhora de aparência sofrida se submetia a constrangedoras situações para ganhar alguma coisa.

“Foi nas cidades baianas de Serrinha, Araci, Paulo Afonso e outras daquela zona, que assistimos aos piores quadros de miséria. Os mendigos (dezenas de cegos, com crianças puxando a ponta do cacete que os guia) cercavam o caminhão, a sotaquear uma esmola pelo amor de Deus. Muitos “araras” deixavam pingar moedas. Uma velha, perto de Araci, chamou-nos a atenção.

Devia andar pela casa dos 70. Tinha as pernas finas e engelhadas, o rosto de papel-crepom, a voz de taboca rachada. – Pula, velha, que eu te dou uma banana. A vovozinha rodava na poeira. Parecia um carrossel, um circo individual, a exhibir toda a violência do desajustamento social das brenhas nordestinas.” (p. 76)

Por fim, os repórteres ressaltam que pela Rio-Bahia alguns caminhões paus-de-arara se encontravam durante o percurso, permitindo que os migrantes trocassem várias informações, como, por exemplo, sobre o local de destino, sobre emprego e também sobre suas viagens. Algumas dessas conversas são relatadas na reportagem, nas quais os retirantes falam de trabalho em São Paulo e de motoristas de paus-de-arara que enganavam seus passageiros em relação à chegada no local de destino, o que acontecia muitas vezes:

“- Há quanto tempo você deixou o sertão? - Faz um bocado. O motorista do meu caminhão arribou em Feira de Santana. Disse que tinha chegado ao Rio.”

“- Como é que tá a coisa em São Paulo? - Ruim! Tô voltando porque não encontrei trabalho. - A gente metendo a cara consegue serviço. Quem tiver ‘arte’ se arranja logo.” (p. 76)

Tendo esta última conversa como um dos exemplos que retratam as incertezas sobre o local de destino dos migrantes, é importante ressaltar novamente que mesmo diante das possíveis dificuldades que poderiam enfrentar em São Paulo, este era o destino de muitos dos migrantes, além de Rio de Janeiro e do Paraná. As péssimas condições de vida do Nordeste, ainda agravadas pela seca de 1951-1953, e as esperanças que construía sobre o desenvolvimento econômico-industrial do Centro-Sul colocaram inúmeros paus-de-arara na Rio-Bahia lotados de passageiros, como relatam os repórteres em relação ao ano de 1952:

“Outubro, novembro, dezembro de 52 (precisamente nesses meses), engrossou a fuga do sertão pela central Rio-Bahia. 189 caminhões de “araras” cruzaram, num dia de novembro, o posto sanitário de Feira. Um deles bateu um recorde: 128 pessoas socadas dentro de uma carroçaria imunda. O sertão esvaziava.” (p. 76)

Os números da migração eram realmente altos, especialmente se comparados aos anos anteriores, como pode ser constatado nos dados do Departamento de Imigração e Colonização analisados no Capítulo anterior.

Diante de tamanho êxodo, a elite da região de destino dos migrantes exigia rápidas medidas do governo, pois temia que tal fenômeno pudesse gerar problemas sociais e até mesmo transmissão de doenças, já que muitos acreditavam que os retirantes poderiam ser portadores de moléstias contagiosas. A mesma inquietação também era presente nos jornais da época que “cobravam do presidente Vargas imediatas providências para conter o êxodo, que, segundo eles, estava despovoando o Nordeste e gerando tensão social no Sul.” (VILLA, 2000, p. 171)

No setor político a preocupação com a grande migração também era evidente, como podemos perceber nas Mensagens Presidências, onde os valores do êxodo eram ressaltados com o objetivo de discutir o ‘grande problema’, como descreve o presidente na Mensagem de 1952:

“Antes de examinado minuciosamente o grande problema, cabe aqui registrar, à luz dos dados disponíveis, suas características mais evidentes... Em 1951 assistimos, em consequência da seca, o agravamento do fenômeno, registrando-se em São Paulo a entrada de 208.515 emigrantes nacionais, mais do dobro do ano anterior, e verificando-se aumento da porcentagem dos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e sobretudo Ceará.” (p.243-244)

Na Mensagem de 1953 o ‘problema’ das migrações internas é novamente mencionado, porém agora como sendo “o fato mais transcendente da demografia nacional e o mais dramático aspecto do problema social.” (p. 219) São também citados os valores da migração nordestina, assim como o número de migrantes nordestinos que haviam regressado à sua região de origem no segundo semestre de 1952 pela Rio-Bahia; evidenciando, desta forma, a preocupação com o retorno destes migrantes ao Nordeste.

Na Mensagem de 1954 a preocupação em relação aos altos valores da migração também fica evidente, pois é ressaltado o número de migrantes que passou pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo durante os anos de 1951, 1952 e 1953, além de também serem citados os valores relativos ao número de trabalhadores que passaram pela Rio-Bahia:

“Registra-se, que, pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, passaram, em 1951, 208.515 trabalhadores nacionais; em 1952, 253.169 e, em 1953, 113.723. Quanto à estrada Rio-Bahia, procedentes dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, passaram por ela, rumo ao Sul do país, 62.073 trabalhadores, no segundo semestre de 1952; e 33.061, no mesmo período do ano passado.” (p. 263)

É importante ressaltar que, diferentemente da preocupação que as migrações internas geravam, as imigrações estrangeiras eram sempre enfatizadas nas Mensagens do segundo governo Vargas como um fenômeno que deveria ter seus valores elevados, sendo então necessário seu encorajamento por parte do governo, pois, como ressalta o presidente na Mensagem de 1952, os imigrantes supriam a carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos:

“A intensificação das correntes migratórias internas, que revela a existência de braços à procura de emprego, não reduz o interesse nacional pela imigração. Antes pelo contrário, pois os imigrantes nacionais são em regra trabalhadores rústicos, sem habilitações técnicas, enquanto o imigrante já não é mais o braço concorrente para o colonato, e sim o agricultor e o artífice com um nível de instrução geral e de experiência técnica, que representam um grande desafogo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos.” (p. 245)

Por outro lado, como já foi ressaltado, as migrações internas, segundo o presidente na Mensagem de 1952, deveriam ser estancadas, pois transportavam delicados problemas para outras zonas do país:

“A fixação, no solo nordestino, de indústrias capazes de atrair o braço sertanejo, permitirá o estancamento do doloroso êxodo que atualmente depaupera aquela região sem fazer mais do que transportar para outras zonas do país delicados problemas de reajustamento econômico e social.” (p.14)

A preocupação em relação à grande migração nordestina também pode ser percebida nos Anais da Câmara dos Deputados, onde estão registrados muitos discursos de políticos nordestinos preocupados com a região Nordeste e com sua população e também de políticos do Centro-Sul do país - região para onde as correntes migratórias se dirigiam – que se demonstravam apreensivos em relação às regiões de destino dos migrantes. Porém, de uma forma geral, todos que se referiam a esta migração, independentemente da região à qual pertenciam, pediam por auxílio e providências do governo federal, pois o êxodo atingia grandes proporções e parecia estar se tornando uma avalanche humana.

No ano de 1951, quando a seca teve início, o deputado Leite Neto (PSD – SE), na Sessão da Câmara de 26 de março, já resalta a questão da migração e um de seus fatores de expulsão: a

seca; destacando que os nordestinos eram forçosamente obrigados a migrar para outras regiões do país:

“Hoje, entretanto, venho à tribuna dirigir veemente e caloroso apelo ao Chefe do Executivo e ao Poder Legislativo da minha terra, a fim de que atendam bem para a situação dos nossos infelizes compatriotas, vítimas dos efeitos inclementes das secas periódicas, que crestam o chão, matam as plantações, esgotam os pequenos açudes, sacrificam o gado pela sede e pela fome, e obrigam os sertanejos nordestinos a imigrar para regiões mais felizes do nosso país, onde não chegam os efeitos devastadores do flagelo. Posso assegurar que, no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe – meu pequenino Estado, a menor unidade da Federação brasileira – assistimos, neste momento, a um triste drama, o drama do nordestino que não encontra subsistência na própria terra, e, atacado pelos efeitos das secas, tem forçosamente de abandonar o rincão bendito, em busca de outras regiões mais venturosas da nossa terra.” (p. 135)

No mesmo ano, o deputado Teodorico Bezerra (PSD – RN), na Sessão da Câmara de 4 de junho, também enfatiza um outro fator de expulsão dos migrantes, ou seja, as más condições de vida de grande parte da população da região Nordeste:

“E vemos diariamente, o êxodo daquelas populações, tangidas pela fome, tangidas pela miséria, homens válidos, homens fortes, que pedem aos seus compatriotas unicamente a oportunidade de trabalhar pelo Brasil e ganhar o pão de cada dia, com honestidade, com o seu suor, com os seus esforços. Continuamos todavia, a assistir a esse êxodo, causado por aquele motivo tão bem expresso pelo rude sertanejo que diante da curiosidade do jornalista, respondia com muita naturalidade: ‘O Sr. Sabe o que é uma casa com cinco pessoas dentro sem terem o que comer?’” (p. 335)

Em 1952, quando alguns números da migração nordestina já estavam sendo divulgados, transformando o êxodo em uma questão muito discutida entre políticos e a imprensa, o deputado

Humberto Moura (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 16 de julho, citando Euclides da Cunha, ressalta que o êxodo nordestino, diferentemente da imigração italiana, ocorria sem nenhum tipo de assistência oficial:

“Está bem vivo na memória de todos, pela repercussão que tem tido na imprensa, o quadro doloroso do êxodo. É o triste espetáculo dos que sentindo a vida incerta e mal segura nos seus campos natais, vão deixando os lares sem conforto e sem ventura. Vão sempre rumo ao desconhecido, confiando apenas na proteção Divina. Fenômeno peculiar a todas as secas, nunca houve, desde o Império até os nossos dias, o mais leve arremedo de assistência oficial aos retirantes, conduzindo-os com segurança ao destino em que se lhes possa dar guarida e trabalho. Curioso é transcrever aqui esta apreciação de Euclides da Cunha – ‘Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo ou tudo desamparado, uma viagem mais difícil...’ Se Euclides vivesse mais 40 ou 50 anos confirmaria a exatidão de suas observações, porque, ontem como hoje elas tem o mesmo senso de oportunidade.” (p.168)

O deputado cearense ainda cita, na mesma Sessão, uma matéria do jornal Correio da Manhã a fim de evidenciar alguns valores da grande migração e também o problema da seca:

“SÃO PAULO REFÚGIO DE FLAGELADOS: ...Mensalmente entram em São Paulo cerca de 7.500 brasileiros provenientes de diversas regiões notadamente do nordeste arrasado pelas secas. Enquanto estas aumentam e se alastram, mais elevado número de retirantes impelem para as terras bandeirantes. Só em 1950, o total ascendeu a 87.030 deslocados. Mas as secas de 1951 foram muito mais extensas e danosas. A descida das vítimas, famílias e famílias em grande número, alcançou o montante de 210 mil.” (Correio da Manhã. In: Anais da Câmara dos Deputados, 16-07-1952, p. 169)

No mesmo sentido de ressaltar os valores da migração nordestina, o deputado Aluísio Alves (UDN – RN), na Sessão da Câmara de 11 de novembro de 1952, cita o número de

nordestinos que deixavam mensalmente a região, além de discutir fatores de expulsão desta migração - seca e situação econômica -, e enfatizar a falta de providências do Governo Federal para a região:

“As denúncias aqui trazidas não conseguiram fazer com que o Governo Federal, os homens públicos do Brasil, percebam toda a extensão da calamidade. Essa minha suposição se funda sobretudo no fato de haver constatado, mais de uma vez, em viagens consecutivas ao Nordeste, que as providências até agora tomadas não tiveram o mínimo efeito para dirimir as conseqüências da seca. Cerca de dezesseis mil nordestinos continuam a deixar, mensalmente, o Nordeste, tangidos, não apenas pelas secas, mas, principalmente, pela situação de exatidão econômica que cada dia se agrava.” (p.64)

Ainda sobre os valores da migração nordestina, o deputado José Augusto (UDN – RN), na Sessão da Câmara de 16 de março de 1954, enfatiza mais especificamente o êxodo rural, com destino ao Centro- Sul ou ao Norte do país, verificado em um município do Rio Grande do Norte entre os anos de 1951-1954. O deputado não deixa de ressaltar também que esta migração estava acontecendo em todo o seu estado:

“Senhor presidente, é com grande amargura que presencio de 4 anos a esta parte o fenômeno do êxodo das populações rurais do Nordeste, tangidas pela calamidade das longas estiagens, em demanda de outras regiões do país, em busca de salvação. No meu Estado o fenômeno está oferecendo proporções alarmantes tal é a quantidade (de preferência gente moça e válida) que se desloca ora para o Sul, ora para o Norte do país... Tenho em mãos, por exemplo, dados... referentes a um município do meu Estado, o de São Tomé, e que expressam a seguinte e dolorosa situação:

‘Êxodo rural verificado no Município de São Tomé:

Anos	Pessoas
1951	600
1952	750
1953	1.250
1954	300
Total	2.900

...Esse é o número de que se tem certeza, pelos caminhões que saem da sede do Município... Eis aí: um município cuja população total era em 1950 de 17.850 indivíduos viu abandonarem a terra e as suas lavouras em pouco mais de três anos cerca de 3 mil pessoas válidas. E o mesmo ocorre nos demais municípios rurais do Estado.” (p. 38-39)

Também sobre o Rio Grande do Norte, o deputado Augusto Meira (PSD – PA), na Sessão da Câmara de 17 de novembro de 1952, evidencia o grande número de migrantes que estavam deixando o estado com destino a São Paulo e ainda utiliza uma reportagem de um jornal deste estado, de 11 de novembro, para reforçar sua descrição, o qual também relata a péssima situação em que os migrantes chegavam nos paus-de-arara:

“Ainda agora, acabo de receber de pessoa de minha confiança, do Rio Grande do Norte, uma carta que diz que as populações estão descendo dos sertões aos bandos,... Essa pessoa me afirma também que, se não houver providências, as cidades agrestes serão atacadas por essa gente que está morrendo de fome. Tal comunicação foi confirmada pela notícia de um jornal de São Paulo, que diz, entre outras coisas, o seguinte:

‘Cenas de inacreditável miséria e sofrimento foram presenciadas. Trapos humanos, restos de gente, mulheres e crianças chorando, homens apavorados, todos esfomeados, desciam do caminhão sinistro, sem forças para sustentar os corpos frágeis...’

Estas cenas descritas por um jornal de São Paulo, de 11 deste mês, estão de acordo com o que acabaram de comunicar-me, pois, no Rio Grande do Norte, as populações estão descendo de maneira pavorosa e os comerciantes das cidades agrestes encontram-se ameaçados de ataque à mão armada.” (p. 279)

É importante ressaltar que muitos deputados, com o objetivo de melhor expor a situação do Nordeste e a grande migração, liam na Câmara telegramas que recebiam da região das secas pedindo por auxílio e descrevendo os problemas que a população estava enfrentando, como é o caso do deputado Manoel Novaes (PR – BA), que na Sessão da Câmara de 25 de março de 1952, ressalta os problemas causados pela seca e o êxodo nordestino através de um telegrama do prefeito do município de Angelical:

“Agora mesmo, Sr. Presidente, por esse fato tive a oportunidade de receber protestos de municípios são-franciscanos, entre os quais se destacam os seguintes: Angelical, Irecê e de Jacobina.

Angelical (prefeito José Bonifácio Mariani):

‘Deputado Manoel Novais, Apelo para vossa boa vontade, a fim socorrer calamidade está atravessando nossa zona devido grande estiagem, lavoura totalmente perdida, pobres passando fome, emigrando para São Paulo e Paraná. Só agora vieram chuvas não servindo mais para lavoura. Interior município já emigraram quase todas famílias flageladas fim não morrer fome...’ (p. 204)

O deputado alagoano, Medeiros Neto (PSD - AL), na Sessão de 7 de março de 1952, também faz o uso de telegramas recebidos de sua região a fim de enfatizar a grande migração e pedir por providências do governo federal para a região das secas, ressaltando também as desigualdades entre a região Nordeste e o Centro-Sul do país:

“... venho transmitir à Nação, através da mais alta tribuna, a do Congresso Nacional, o apelo formulado pelo Presidente da Associação Rural da cidade de Palmeira dos Índios, aos mais elevados poderes da República, no sentido de que uma colaboração pronta, urgente, inadiável, seja conferida aos sertanejos, de molde a ser imediatamente evitada essa retirada, esse êxodo, em procura do Paraná e de São Paulo por parte das populações rurais nordestinas...

‘Palmeira dos Índios, 20 de fevereiro de 1952.

...Oxalá que as medidas governamentais ainda possam chegar em tempo de atenuar o êxodo para o sul, que nestes últimos dias se converteu numa

verdadeira evacuação. Calcule o amigo que estamos perdendo uma média de 1.500 pessoas por semana, a contar pelo número de caminhões que se destinam para São Paulo e o norte do Paraná. As autoridades estaduais têm se empenhado em deter a onda, mas, em sã consciência ninguém pode interromper a viagem de uma pessoa que, dentro do território nacional, pretende se mudar em busca de melhoras de vida...’

‘Palmeira dos Índios, 22 de fevereiro de 1952.

...Com esta mesma data estou lhe telegrafando, encarecendo diligência no tocante a obras projetadas nos municípios sertanejos de Alagoas. Isso porque estou observando o êxodo dos habitantes, processado tão aceleradamente, lançando mão de caminhões e estradas de ferro, que nos deixam estarecidos. Os carros que trafegam para Colégio não comportam mais os passageiros. Foge-se do sertão de Alagoas como se fora de uma região afetada por peste devastadora e de natureza desconhecida.’

... Só existe, Sr. Presidente ... uma solução para o país na região do nordeste; é o governo, dentro das verbas orçamentárias, executar as obras permanentes que estão dentro da área poligonal das secas em que esses homens se debatem sem recursos, à mercê da fome, da falta de chuva, da seca enfim... Porque ainda no sul o homem tem pão e o nordestino, mesmo com chuva, é difícil conseguir pão.” (p. 493 - 494 - 495 - 496 - 497).

Os pedidos de providências ao Governo Federal em relação ao Nordeste e à migração não cessavam. Os deputados ressaltavam a necessidade de auxílio à população nordestina sem trabalho - que conseqüentemente migrava para outras regiões em busca de algum tipo de ocupação - planos de combate à seca, medidas econômicas direcionadas à questão das desigualdades regionais; enfim, providências que de alguma forma atenuassem os problemas enfrentados na região Nordeste.

Neste sentido o deputado Manoel Novaes (PR – BA), na Sessão da Câmara de 26 de março de 1952, resalta a necessidade de trabalho à população flagelada que, sem emprego em sua região, deixava sua terra em direção ao Centro-Sul do país:

“... Chega-se então à conclusão de que o Governo da República, para sair desse impasse, teria, imperativamente, de organizar um plano de trabalho, através do qual prestaria assistência aos flagelados. Deste modo aqueles homens que tem debandado de suas terras para o sul do país, aos trancos e

barrancos, tendo emprego em seu próprio solo, não o abandonariam; viveriam ali com o dinheiro ganho de seu suor.” (p.253)

Enfatizando também a questão econômica como um dos fatores relacionados à causa da migração nordestina, o deputado Alencar Araripe (UDN - CE), na Sessão da Câmara de 28 de março de 1952, ressalta ainda que a migração em decorrência não era algo comum, mas um “verdadeiro deslocamento de massas humanas”. O deputado discute também a questão dos aliciadores, que segundo ele, eram ingenuamente apontados por alguns como causa da grande migração, enquanto que no seu ponto de vista a causa se encontrava no setor econômico, mais especificamente no que diz respeito às desigualdades regionais:

“Mas, Sr. Presidente, o que ora estamos a presenciar, no país, não é essa migração interna comum: são verdadeiros deslocamentos de massas humanas, que da região das secas se transferem, por uma vez, para o Sul e para o Centro-Oeste do país. Achamo-nos em face de acontecimento de extrema gravidade, que prenuncia o descalabro da vida econômica de vários estados, com a perda de valiosos elementos imprescindíveis ao progresso de suas múltiplas atividades... Será, essa migração interior, como ingenuamente se divulga, Sr. Presidente, mero produto da habilidade dos aliciadores? Está visto que não, quer porque a fenômeno dessa ordem nunca se emprestou tal origem, como porque não seria tão ingênuo o homem daquelas paragens, a ponto de abandonar a terra natal, família e afeições, graças apenas às lábias de interessados nos transportes. Eis uma verdade que resulta à primeira análise de observadores experimentados: a causa da torrente migratória em apreço é essencialmente econômica. Basta ter em vista o profundo desnível de vida, verificado entre as duas pré-aludidas zonas geográficas do país, para logo se chegar a essa conclusão. O Nordeste com as suas naturais dificuldades agravadas pelas crises climáticas, debate-se em constante instabilidade econômica. O Sul e o Centro-Oeste experimentam cada dia maior impulso de riquezas.” (p. 475 - 476 - 477)

Em relação aos deputados das regiões de destino dos retirantes nordestinos é interessante ressaltar que as maiores preocupações ressaltadas por eles estão relacionadas aos ‘possíveis

problemas' que tais migrantes poderiam levar para suas regiões, como é o caso do deputado Breno da Silveira (UDN - DF), que na sessão da Câmara de 26 de março de 1951 destaca o grande número de favelados no Rio de Janeiro, enfatizando que estes eram na maioria migrantes:

“Quando V. Ex.^a fala na situação de felicidade dos cariocas, lembro que trezentos mil favelados, verdadeira massa de abandonados, são quase todos constituídos de populações que vieram até aqui nesse êxodo ininterrupto a que assistimos há muito tempo. Encontrei na minha viagem uma média de 35 caminhões de retirantes do Nordeste, por dia. Devemos por um paradeiro definitivo a esse êxodo rural. Não é possível que a crise de material humano venha frustrar, futuramente, todas as iniciativas de enriquecimento do Norte do Brasil. Sabemos que o emigrado, uma vez aqui, não procura, jamais, retornar ao Nordeste. É preciso que nós, parlamentares do Norte e do Sul, coloquemos – digamos – um verdadeiro pára-choque, enfim sigamos uma orientação que impeça, uma vez por todas, que essa crise de bravos, se torne definitiva para a derrocada do Nordeste, sem qualquer outra alternativa senão o choro.” (154)

Um outro comentário sobre a migração nordestina também importante de ser destacado é o do governador de São Paulo, citado pelo deputado Alencar Araripe (UDN – CE) na sessão da Câmara de 28 de março de 1952, pois o governador relaciona o êxodo à graves problemas sanitários:

“Ainda há pouco, o Governador do Estado de São Paulo, em visita a esta Capital, declarou à imprensa:
‘Só no Estado de São Paulo estão entrando, por mês, 45 mil nordestinos, em média. A migração se faz sem a devida seleção, criando graves problemas sanitários.’” (p. 475)

O deputado Arruda Câmara (PDC – PE), apesar de ser um deputado nordestino, na sessão da Câmara de 23 de fevereiro de 1953 também enfatiza a migração como um grande problema ao

Centro-Sul do país, pois segundo ele esta gerava o agravamento da situação das populações das regiões de destino:

“Já não é demais lembrar esse outro espetáculo melancólico das populações sertanejas mudando-se, quando podem, em massa, nos chamados ‘paus de arara’, vindo agravar a situação das populações do sul, principalmente em São Paulo, Paraná e Minas Gerais.” (p.80)

Também discutindo a migração e seu lugar de destino, o deputado Tenório Cavalcanti (UDN – RJ), na sessão da Câmara de 16 de maio de 1951, ressalta a vontade e necessidade dos migrantes nordestinos de buscar trabalho e melhores condições de vida na região Centro-Sul, mais especificamente em São Paulo, o que ele destaca como sendo sonho e ilusão. Segundo o deputado, isto deveria acabar para que a grande migração fosse contida:

“É preciso que se dê a esse homem oportunidade, estímulo, prêmio, meio para fixar-se, acabando, assim, com o sonho do nordestino, de viver a pensar nas ilusões do sul, como se vê comumente os pais a aconselhar: ‘meu filho, cresce depressa para ir ganhar dinheiro em São Paulo.’ Isso porque São Paulo não sai da mente do sertanejo, ...” (p.151)

O “sonho” em relação ao Centro-Sul do país, como o deputado cita, pode ser melhor descrito como uma certa esperança dos migrantes em encontrar trabalho e melhores condições de vida em uma região não afetada pelos efeitos da seca e em desenvolvimento econômico-industrial. Contudo, não podemos desconsiderar a questão da ilusão dos nordestinos descrita pelo deputado, mas também não se pode generalizá-la ao ponto de dizermos que todos os sertanejos eram iludidos pelos aliciadores em relação ao lugar de destino como comumente é discutido. Os “vai e vem” dos migrantes, que muitas vezes acontecia, permitia que informações fossem trocadas entre

eles sobre as possibilidades e condições de vida no Centro-Sul do país. Sendo assim, seria melhor descrever tal “ilusão” também como esperança, pois era esta que os fazia gastar seus poucos recursos, abandonar sua terra e enfrentar dias terríveis de viagem, mesmo que esta esperança viesse morrer na dura realidade das favelas do lugar de destino, como descreve João Martins na reportagem da revista o Cruzeiro “A retirada da fome”:

“Venderam o pouco que porventura possuíam, juntaram os níqueis amealhados em anos de trabalho e se puseram a caminho das terras da promessa. O dinheiro é gasto no pagamento da passagem e o que sobra mal dá para o sustento na grande jornada. A bagagem que carregam se resume em velhas malas surradas ou simples trouxas com humildes pertences, além da enorme esperança em dias melhores. Esperança tão vaga como o destino que tomam. Esperança que geralmente via morrer na dura realidade do asfalto e das favelas do Rio e de São Paulo.” (p. 18)

ESTRELA (2003, p. 225) discute esta questão da esperança que os nordestinos tinham em relação à migração para São Paulo ressaltando as representações sociais construídas sobre o estado e classificando-as em pontos favoráveis e desfavoráveis descritos pelos retirantes. Os pontos favoráveis seriam: “modernização, oportunidades, abundância de emprego, melhoria da qualidade de vida, escolaridade, integração, acesso aos bens materiais, dinheiro, ascensão social, lazer, conhecimento de outras coisas / de outras pessoas.” Já os pontos desfavoráveis seriam: “estranhamento, distância, impessoalidade, rigidez, hierarquia, isolamento, moradias precárias / amontoadas, trabalho pesado, ilusão, solidão, frieza.” Todavia, apesar da existência de representações desfavoráveis sobre São Paulo, é importante ressaltar que as más condições de vida na região das secas e as grandes desigualdades regionais, além das representações favoráveis sobre São Paulo, contribuíam para a decisão de que ainda assim valeria a pena migrar.

É importante ressaltar que de todos os fatores favoráveis citados por ESTRELA (2003), o trabalho era a questão primordial para os migrantes, pois era ele que permitiria o acesso a maioria de todos os outros fatores, como dinheiro, acesso a bens materiais, etc. Entretanto, os empregos ocupados pelos migrantes eram na grande maioria das vezes em trabalhos não especializados, como o serviço na lavoura – para o qual se dirigiam nas primeiras décadas do século XX, construção civil¹⁷ e serviços domésticos – que começaram a absorver os migrantes quando as migrações passaram a se direcionar mais às áreas urbanas.

Os trabalhos mais leves ou de melhor remuneração também podiam ser conquistados pelos trabalhadores nordestinos, porém, para isto, como ressalta ESTRELA (2003), estes deveriam ter mais qualificação – pois a grande maioria dos migrantes nordestinos era analfabeta ou semi-analfabeta, como pudemos observar no Capítulo 2 –, estar mais adaptados ao lugar de destino e possuir uma ampla rede de relações.

Alguns destes trabalhos mais leves ou de melhor remuneração podiam ser encontrados nos serviços semiqualeificados das indústrias tecnicamente mais modernas de São Paulo, “onde as funções do processo produtivo foram subdivididas de tal forma que podem ser executadas em pouco tempo por pessoas sem qualquer experiência industrial.” (LOPES, 1972, p.63-64)

Já os trabalhos mais qualificados eram muito mais difíceis de serem ocupados por migrantes nordestinos. Segundo LOPES tais trabalhos poderiam ser ocupados por um trabalhador nordestino após duas ou três gerações após a migração:

“A ascensão do trabalhador rural para a posição de operário qualificado é coisa que leva pelo menos uma e, via de regra, duas ou três gerações para completar-se. O fato de exigir a aquisição de uma profissão qualificada quase sempre um aprendizado desde a meninice, bem como o fato de o filho de lavrador freqüentemente migrar para São Paulo quando rapaz (porque é

¹⁷ No período do pós-guerra e especialmente na década de 1950 houve um crescimento no campo da construção civil, o que propiciou um grande aumento de trabalhos nessa área.

então que são maiores as suas possibilidades de emprego na cidade), tornam muito difícil aquela mudança de posição em uma geração.” (1964, p.87)

Todavia, é importante ressaltar que os trabalhos na construção civil e em empregos domésticos não atraíam os recém-chegados somente pela não exigência de qualificação. ESTRELA (2003) enfatiza que tais empregos permitiam que o trabalhador preparasse sua própria refeição e ainda conseguisse moradia através do trabalho, o que tornava possível a economia de mais recursos. Além disso, no serviço doméstico as mulheres podiam receber doações de roupas e outros bens de suas patroas, o que também compensava os baixos salários.

“Além da falta de qualificação, esse setor [construção civil] atraía o recém-chegado, porque, tal qual o emprego doméstico, garantia a moradia e, ao permitir que o indivíduo ‘quemasse lata’, ou seja, que preparasse a própria refeição, criava a possibilidade de ele compensar os baixos salários, abrindo-lhe a perspectiva de juntar pequenos recursos.” (id. *ibid.*, p. 164)

Tais empregos tinham ainda um papel muito importante na nova vida dos migrantes, pois como ressaltava a autora, eram como uma ‘escola’ para os retirantes pouco acostumados com os serviços urbanos. Além disso eram também espaços de socialização dos migrantes ao diferente meio social ao qual se inseriam, pois possibilitavam, de certa forma, a vivência de novas experiências e a construção de novas redes de relações.

É importante ressaltar que apesar destes trabalhos, na maioria das vezes, serviram também de moradia aos migrantes, de um modo geral muitos recém-chegados passavam os primeiros dias após a viagem na casa de parentes ou conhecidos:

“Depois de passar alguns dias em casas de parentes e conhecidos, os recém-chegados tomavam o seu destino. Este podia ser a obra, o emprego doméstico ou as pensões.” (id. *ibid.*, p. 171)

Quando então “tomavam seu destino”, como cita a autora, os migrantes iam em busca dos fatores favoráveis que esperavam encontrar, contudo também encontravam os fatores desfavoráveis, como o estranhamento, distância, impessoalidade, rigidez, hierarquia, isolamento, moradias precárias / amontoadas, trabalho pesado, ilusão, solidão, frieza; como já citado. Contudo, além de tais dificuldades que podiam enfrentar, havia também a discriminação e a imposição de rótulos de caráter preconceituoso em relação aos nordestinos.

De uma forma geral os migrantes vindos da região Nordeste eram chamados de paus-de-arara, “expressão significativa por remeter aos caminhões nos quais chegam, amontoados, ao Sudeste.” (NETO, In; Travessia, 1994, p. 20) Mais especificamente em São Paulo eram chamados também de baianos, já no Rio de Janeiro também de paraíbas; rótulos que abarcavam vários adjetivos depreciativos em relação a aspectos físicos e sociais dos nordestinos. Sobre o primeiro, tais rótulos significavam negro, mestiço, cabeça chata, cabelo pixaim; ou seja, um sujeito diferente dos paulistas e por isso feio. Em relação aos aspectos sociais, baiano e paraíba subentendiam um sujeito analfabeto, pobre, ignorante, rude, mal-educado, preguiçoso e violento.

É interessante ressaltar que o rótulo de baiano ou paraíba que os migrantes nordestinos recebiam, além de representar preconceito, também evidencia uma grande generalização, pois tais migrantes não vinham somente da Bahia ou da Paraíba, e sim de todos os estados nordestinos:

“Por isso, podemos afirmar que os preconceitos são manifestações ultrageneralizadoras, ancorados em juízos provisórios refutados pela ciência e pela razão. Em suma, são representações estereotipadas e impingidas pelo meio social.” (ESTRELA, 2003, p. 184)

ESTRELA (2003) ressalta que a discriminação era ainda mais sofrida pelos nordestinos quando estes buscavam trabalhos que “não eram para eles”, ou seja, algum emprego que não fosse na construção civil, emprego doméstico ou de serviços gerais, pois havia uma divisão de funções bem demarcada em São Paulo:

“Aos nordestinos cabiam as atividades pouco qualificadas e mal remuneradas, como a construção civil, os serviços gerais e o emprego doméstico. Quando pleiteavam emprego nessas profissões, não enfrentavam problemas, mas se pretendessem cargos mais elevados sofriam discriminações, preconceitos, sendo raramente admitidos.” (id. *ibid.*, p. 184)

Contudo, apesar de tais problemas que poderiam ser enfrentados na região de destino, os migrantes ainda assim viam São Paulo como a região onde teriam a oportunidade de mudar de vida, pois lá não enfrentariam o flagelo das secas e nem as desvantagens das desigualdades regionais e ainda teriam a oportunidade de procurar melhores trabalhos, já que o estado estava em pleno desenvolvimento econômico-industrial - o que tornava o contraste em relação à região Nordeste ainda mais forte.

É importante ressaltar que este contraste entre São Paulo e a região Nordeste, além do que diz respeito às desigualdades regionais baseadas em questões econômicas e sociais, também está relacionado ao tratamento político que as regiões recebiam, ou seja, no caso de São Paulo, políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e industrial; e no caso do Nordeste, políticas hidráulicas para “sanar” o problema das grandes estiagens. Esta visão sobre as políticas para a região das secas perdurou por muito tempo, porém teve seus primeiros sinais de mudança no período do segundo governo Vargas, como veremos no próximo Capítulo.

6. PLANOS E MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A REGIÃO NORDESTE

Segundo SOUZA (1980), podemos dividir em duas fases as políticas do governo federal para o Nordeste, tendo o final da década de 40 como o marco divisório entre os dois períodos.

Sucintamente, o autor ressalta que em relação à primeira fase a falta de água era vista como o problema central da região, desta forma a preocupação com o desenvolvimento de recursos hídricos era acentuada, direcionando assim as políticas do governo federal basicamente neste sentido. Porém, já em relação à segunda fase, SOUZA (1980) enfatiza que a política hidráulica passou a ser questionada, e a necessidade de um novo tratamento ao Nordeste foi então percebida como fundamental. Desta forma as políticas do governo federal nesta nova fase passaram a ser redirecionadas.

“A política do governo federal para o Nordeste pode ser dividida em duas fases bem distintas. A primeira veio do final do Império e prolongou-se até o final da década de 40. Preocupou-se acentuadamente com o desenvolvimento dos recursos hídricos, pois, durante todo este período, o problema do Nordeste se resumia na falta de água. Daí a preocupação de se construir açudes e barragens para garantir a sobrevivência do povo e dos rebanhos por ocasião da seca... As secas de 51, 53 e 58 ocasionaram o questionamento da política hidráulica seguida até então pelo DNOCS, assim como serviram para mostrar mais uma vez o envolvimento deste órgão com os ‘industriais das secas’. Tais fatos, aliados a outros, determinaram a formulação de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste.” (id. *ibid.*, p. 78-79)

De acordo com as preocupações centrais de cada período, temos na primeira fase a construção de açudes e barragens como principais preocupações e realizações dos governos para a região, já que tinha-se como problema central a falta de água. Tais obras eram executadas pela

Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) e, posteriormente, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).¹⁸

É importante ressaltar que neste período foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), evidenciada por SOUZA (1980, p. 79) como a única obra importante para o Nordeste criada na fase em questão, pois propiciou “infra-estrutura energética indispensável à industrialização da região.”

Na segunda fase das políticas do governo federais para o Nordeste - ou seja, quando o DNOCS passa a ser discutido como órgão público envolvido com os industriais da seca e a política hidráulica passa a ser questionada em relação a uma nova política de desenvolvimento para a região -, podemos dizer que a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, foi o marco inicial deste novo período. Contudo, após sua criação, o governo federal percebeu que a região necessitava de um tratamento ainda mais abrangente, resultando no surgimento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

Mais especificamente em relação ao período do segundo governo Vargas, o qual faz parte do início da segunda fase das políticas do governo federal para o Nordeste, TAVARES evidencia algumas de suas características neste novo contexto:

“A política nacionalista de Vargas, em seu segundo período de governo, desempenhou um papel destacado no sentido da mudança de rumo da intervenção do Estado no Nordeste, que iria se processar ao longo dos anos 50. Começa a tomar corpo no aparelho de Estado – com amplas repercussões em setores da sociedade civil – uma nova visão sobre o Nordeste, influenciada, sem dúvida, pelos debates de pós-guerra sobre o desenvolvimento econômico e o uso, pelos países capitalistas, de práticas de planejamento.” (1989, p. 60 - 61)

¹⁸ A Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) foi criada em 1909 pelo governo federal e transformada, em 1945, em Departamento Nacional de Obra Contra a Seca (DNOCS).

Houve então no período do segundo governo Vargas certo redirecionamento das políticas para o Nordeste, as quais passaram a ter um caráter econômico, além de evidenciarem certa preocupação com o planejamento e desenvolvimento da região.¹⁹ TAVARES (1989, p. 110) ressalta que este redirecionamento esteve relacionado à política econômica seguida pelo governo, ou seja, ao intervencionismo estatal, pois este intervencionismo “reflete-se na questão regional, dando margem ao aparecimento de novas idéias especificamente em relação ao Nordeste.”

Em suma, temos então no segundo governo Vargas o início de uma nova fase das políticas do governo federal para a região das secas e, como já foi enfatizado, a criação do Banco do Nordeste do Brasil como marco inicial desta nova fase. Porém, é importante ressaltar que em seu governo houve outras realizações também importantes para o Nordeste: o aceleração da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso e os primeiros passos para a elaboração de um Plano de desenvolvimento para o Nordeste.

Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), foi idealizada pelo Ministro da Agricultura do primeiro governo Vargas, Apolônio Sales, e criada através do Decreto Lei nº8.031, em 3 outubro de 1945, tendo como objetivo criar uma Companhia Hidrelétrica que realizasse o aproveitamento econômico da energia produzida por Paulo Afonso. Contudo, como ressalta ALMEIDA (1985, p. 33) a lei de criação da Companhia “hibernou até 1948, pois somente em 15

¹⁹Este novo direcionamento no tratamento das questões do Nordeste é mais evidente através Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão que além do desenvolvimento econômico planejado para a região defendia também o financiamento através de instituições econômicas para atingir este objetivo.

de março deste ano²⁰ foi realizada a primeira Assembléia de Acionistas, formalizando o início das atividades da CHESF”.

TAVARES (1989, p. 98) ressalta então dois motivos – ou obstáculos, como escreve o autor – que explicam o porque do projeto ter “hibernado” até 1948: um de ordem técnica e o outro “relativo a posições contrárias ao projeto.” Em relação ao primeiro motivo o autor evidencia que a realização da obra “representava um desafio para a engenharia nacional” devido aos aspectos de construção e possibilidade de expansão da obra. Já sobre as posições contrárias ao projeto, TAVARES (1989) ressalta que existiam opiniões que consideravam absurdo o empreendimento, pois segundo tais opiniões o Nordeste não possuía um mercado interno, o que tornava loucura aplicar tanto capital na região.

Entretanto, apesar de alguns obstáculos existentes para a criação da Chesf, em 1949 a obra foi iniciada. Porém, somente em junho de 1952 a primeira unidade geradora da usina foi montada e teve início a construção da linha de transmissão Paulo Afonso – Recife. TAVARES (1989, p. 98) ressalta que tais medidas foram tomadas por Vargas a conselho da Assessoria Econômica com o intuito de acelerar a obra. Assim, no último ano do seu governo entrou em operação a Usina de Paulo Afonso I, com 180 mil KW de potência instalada.

No decorrer da construção da usina de Paulo Afonso, o autor ressalta que certas questões passaram a ser discutidas, como “o uso que se faria da energia que seria gerada...; a distribuição, que certamente continuaria sendo feita por empresas de capital estrangeiro; o preço das tarifas.” (ibid., p.98). Desta forma, com o objetivo de direcionar os debates, foi promovido em Recife, em agosto de 1952, uma Mesa Redonda para “discutir os problemas econômicos do Nordeste e estimular a implantação de indústrias para melhor aproveitamento de energia elétrica gerada pelas

²⁰ Em 1948 também teve início a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso I, primeira grande usina da Chesf erguida no rio São Francisco.

primeiras turbinas de Paulo Afonso.” (Teses e Sugestões à Mesa Redonda da CHESF. Recife, 1982. In: TAVARES, *ibid.*, p. 98-99)

TAVARES (1989, p. 99) enfatiza que a abundância de energia elétrica que estava começando a existir no Nordeste possibilitou que, nos debates existentes, partissem do princípio de que esta energia seria a base para o desenvolvimento da economia regional, pois havia se adotado “a tese de uma estreita relação entre energia elétrica e desenvolvimento”, como é ressaltado na Mensagem Presidencial de 1952, quando discutida a Hidroelétrica de São Francisco: “A importância da usina de Paulo Afonso na economia do Nordeste e na elevação do padrão de vida da sua gente será decisiva.”(p.222)

É interessante ressaltar novamente que além de importante para o desenvolvimento da região, a usina de Paulo Afonso também foi um dos marcos iniciais da nova fase das políticas do governo federal para a região das secas, como já é basicamente destacado por Vargas em seu discurso de 1953 ao citar a usina como um marco de uma nova fase em relação à economia do Nordeste:

“Terão influência decisiva no soerguimento econômico do Nordeste as obras de Paulo Afonso, em que o meu Governo já empregou 565 milhões de cruzeiros, cifra particularmente significativa, quando cotejada com os 193 milhões anteriormente aplicados. Destinada a servir uma vasta região, que vai da Bahia ao Ceará, a energia elétrica de Paulo Afonso assinalará o início de uma nova era para a economia nordestina... Paulo Afonso e o Banco do Nordeste serão os dois grandes marcos da redenção econômica da região nordestina.”²¹

²¹ Discurso de Vargas de 1953 que marcava o início da campanha de subscrição pública de ações do Banco do Nordeste. Foi realizado em cerimônia no Palácio do Catete, no dia 1º de setembro.

Plano de desenvolvimento para o Nordeste

Na primeira metade da década de 1950, o economista das Nações Unidas, Hans Singer, realizou um estudo sobre a região Nordeste e regiões atingidas pela seca a convite do BNDE. O estudo resultou, em 1953, no relatório ‘Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste’ que, como ressalta TAVARES (1989, p. 99) “representa um passo importante para o conhecimento da economia do Nordeste e para o amadurecimento de uma política sobre a região.”

Contudo, sua visão sobre o Nordeste foi resultante de um contato ligeiro com a realidade nacional, pois esteve no Brasil apenas duas vezes, a primeira em 1950 e a segunda em 1952, a convite do BNDE, o que deu margem para que seu relatório possuísse algumas críticas como, por exemplo, a precariedade de certos dados estatísticos, análises sobre dados antigos, conclusões sobre valores médios e crença na dotação integral de 3% do orçamento federal para a região das secas²². Todavia, apesar da possibilidade de tais críticas, seu trabalho foi um dos primeiros estudos macroeconômicos da economia nordestina a fim de oferecer soluções para os problemas econômicos da região das secas e meios para seu desenvolvimento.

Podemos brevemente descrever o relatório através de algumas das preocupações centrais de Hans Singer para o desenvolvimento do Nordeste, tendo a primeira delas como a necessidade de estimar os capitais necessários para promover o desenvolvimento econômico dos estados da região das secas segundo dois critérios: o primeiro baseado na avaliação do montante dos investimentos necessários para que, no prazo de 20 anos, a região atingisse uma renda per capita igual à média brasileira de 1950; e o segundo baseado também na avaliação do montante necessário para que, no mesmo prazo, a renda da região fosse elevada a um nível percentual equivalente ao que possuía em 1939, eliminando, desta forma, o déficit de investimentos.

²² A constituição de 1946 determinava que 3% da receita tributária da União fosse repassada para as regiões sujeitas à seca, mas isto geralmente não ocorria, resultando em inúmeras reivindicações na Câmara por parte dos deputados nordestinos.

Uma outra questão bastante importante para o economista se concentra nas causas do declínio econômico do Nordeste, as quais, segundo ele, estavam relacionadas à drenagem dos recursos do Nordeste para outras regiões do país. É importante ressaltar que dentre tais causas enfatizadas por Hans Singer a migração é uma delas, pois segundo ele o êxodo deslocava para o Centro-Sul do país o elemento humano da região, ou seja, trabalhadores, especialmente trabalhadores jovens que “constituem o elemento mais ativo da classe trabalhadora, e também a fonte de novas especializações e novos técnicos.” (SINGER, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962, p. 71) Além disso enfatiza que a migração também deslocava capital, pois muitos recursos da região eram investidos nos futuros migrantes através de alimento, vestuário, educação, etc. Desta forma Hans Singer resalta que “O Nordeste até certo ponto, gastou seus recursos, não em benefício próprio, porém em favor de outras regiões.” (ibid., p.72)

É também fundamental ressaltar que o economista, em muitos momentos, destaca a questão da desigualdade regional entre a região Nordeste e a região Centro-Sul do país, em especial São Paulo, discutindo o atraso e desenvolvimento econômico das duas regiões, respectivamente. Segundo TAVARES (1989, p. 100), “Singer é um dos primeiros autores a estudar o Nordeste segundo a ótica dos desequilíbrios regionais.”

“Desde 1939, a posição do Nordeste se tem deteriorado, enquanto a de outras áreas como São Paulo e outras tem melhorado substancialmente. No presente, parece que a disparidade entre o Sul e o Nordeste é demasiada grande, e os laços entre as duas economias demasiados fracos... Um programa de investimento no Nordeste poderia diminuir a disparidade e integrar as duas economias num grau suficiente para permitir daí por diante uma ‘infiltração’ dos benefícios do progresso do Nordeste.” (SINGER, ibid., p. 82)

Além de tratar dos problemas da região, Hans Singer também discute algumas possibilidades para seu desenvolvimento, como o melhoramento econômico do Nordeste através de investimentos em projeto industriais e também agrícolas, pois, segundo o autor, a região já era naturalmente agrícola e produtora de artigos agrícolas de exportação e por isso tal setor não poderia ser desprezado.

Uma outra possibilidade de desenvolvimento enfatizada pelo economista está relacionada a medidas que não necessitassem de novos investimentos, ou seja, trabalhos focados no melhoramento das instituições da região e na redução ou eliminação do desperdício das fontes de recursos.

Por fim, após suas análises sobre a região e discussões sobre as desigualdades regionais, Hans Singer demonstra-se confiante em relação ao desenvolvimento do Nordeste, porém comparando-o a outros países subdesenvolvidos:

“Como resultado dos meus estudos e de minhas observações do Nordeste, tenho uma impressão definitivamente favorável a respeito da sua capacidade de desenvolvimento. Poderia dizer que seu potencial de desenvolvimento, embora não seja o ideal, é bastante melhor do que o encontrado em média nos países subdesenvolvidos.” (ibid., p.133)

Sem entrar em detalhes sobre sua comparação da região Nordeste a outros países, que pode parecer inapropriada, é importante ressaltar sua preocupação em relação ao desenvolvimento econômico do Nordeste e, conseqüentemente, sua preocupação com as desigualdades regionais, que demonstram que Hans Singer não remete todos os problemas da região das secas a uma única causa: à falta de água, como muito se fazia antes desta nova fase de percepção em relação à região Nordeste.

Banco do Nordeste do Brasil

A criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 19 de julho de 1952, foi o marco inicial da nova fase das políticas do governo federal para o Nordeste mais discutido na literatura, pois como ressalta Vargas em discurso de campanha de subscrição pública de ações do Banco em 1º de setembro de 1953, a instituição teria por objetivo proporcionar amparo financeiro, incentivar atividades econômicas, realizar financiamentos a fim de fomentar a produção; ou seja, seria um banco direcionado ao incentivo do desenvolvimento econômico da região das secas, diferentemente das medidas de caráter emergencial que ocorriam até então para o Nordeste em períodos de estiagem.

“No programa governamental de assistência econômica, a criação do Banco do Nordeste do Brasil veio atender a uma necessidade inadiável... O Banco do Nordeste se destina a proporcionar amparo financeiro aos produtores da região e aos poderes públicos locais. Será um Banco rural e um Banco municipal, com o objetivo de incentivar as atividades econômicas das populações regionais...O programa de atividades do Banco do Nordeste inclui operações de financiamento agrícola e comercial, destinadas ao fomento da produção, à melhoria das condições de abastecimento, ao combate aos efeitos da estiagem e, afinal, à organização econômica da região sob sua influência. Estão previstos financiamentos às municipalidades para empreendimentos de relevante interesse econômico.”

O projeto do Banco foi elaborado pela Assessoria Econômica da presidência da República e sua lei de criação foi fundamentada devido à exposição de motivos ao presidente apresentada por Horácio Láfer, Ministro da Fazenda, em 25 de abril de 1951, ao retornar da viagem que havia feito ao Nordeste para verificar os efeitos da seca.

Na exposição o Ministro ressalta a necessidade de crédito bancário especializado às características dos empreendimentos agrícolas e industriais da região a fim de fortalecer a

economia do Nordeste. Enfatiza ainda como indispensáveis medidas relacionadas ao seu desenvolvimento econômico, destacando como inúteis obras hidráulicas e de engenharia para o combate à seca se estas não estivessem acompanhadas do fortalecimento da economia regional, explicitando assim o novo direcionamento das preocupações e ações públicas para o Nordeste.

“Durante a recente visita feita aos Estados do Nordeste do país, flagelados pela seca, pude observar a carência de crédito bancário para atender às necessidades fundamentais da produção daquela parte do território nacional. Os estabelecimentos de crédito particulares, e mesmo os oficiais, em que pesem os relevantes serviços prestados pelo Banco do Brasil, nem sempre podem servir às necessidades básicas da região, seja pelas limitações impostas pelos regulamentos em vigor, seja pela falta de especialização para determinadas atividades locais... Entretanto, o Nordeste, pela sua forte e corajosa população, poderia contribuir mais vantajosamente para o progresso do país, se tivesse a seu favor uma assistência crediária mais ampla, especializada à natureza peculiar de seus empreendimentos agrícolas e industriais. O combate às secas, através de grandes obras de engenharia, como as projetadas, ou as de emergência, como o que se vai fazer no momento, será sempre improficuo, se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional, mediante o amparo às suas atividades econômicas. Tenho a impressão de que, no combate às secas até agora feito, muitas vezes a preocupação de engenharia ou das obras hidráulicas sobrepujou o lado econômico propriamente dito... O Banco do Nordeste do Brasil teria, por objetivo..., destacando-se acima de tudo, o financiamento das safras agrícolas, principalmente através das cooperativas, o estímulo à sua fundação, as obras de irrigação, aquisição de maquinaria agrícola, construção de silos, exploração de plantas econômicas adaptadas à região semi-árida, enfim, uma rede de serviços previstos em lei, mas até agora sem andamento, certamente por falta de órgão financiador adequado às peculiaridades e sistema de trabalho da região do Nordeste.”(In: ALMEIDA, 1985, p. 183-184-185)

No mesmo ano da exposição de motivos do Ministro da Fazenda, em 23 de outubro, o presidente já encaminhou o projeto de lei criando o BNB. Junto ao projeto Vargas expôs em sua Mensagem os objetivos da instituição, ressaltando a necessidade de superar os métodos

tradicionais em relação ao tratamento do problema das secas através do planejamento regional, dirigindo assim a atenção a questões econômicas e sociais do Nordeste.

“Tenho a honra de apresentar à elevada consideração de Vossas Excelências o anexo projeto de lei, destinado a criar o Banco do Nordeste do Brasil. A política do Governo Federal, no sentido de defender das secas as vastas extensões do Nordeste e do Leste Setentrional, a elas sujeitas periodicamente, e de integrar tais regiões na economia moderna, requer uma revisão, com o aperfeiçoamento, quando não superação, dos métodos tradicionais. O próprio título de ‘obras contra as secas’ expressa uma limitação, focalizando o problema sobretudo pelo ângulo de obras de engenharia. É tempo de, à luz da experiência passada e da moderna técnica do planejamento regional, imprimir-se ao estudo e solução do problema uma definida diretriz econômico-social.” (Id. *ibid.*, p. 193)

O primeiro presidente do BNB foi Rômulo Barreto de Almeida, que tomou posse do cargo em 15 de janeiro de 1954, ano em que tiveram início as atividades do Banco. Nesta ocasião o novo presidente realizou um discurso de exaltação do governo e de suas preocupações e realizações para o Nordeste, destacando os objetivos da nova instituição:

“Alta e pesada é a responsabilidade de presidir à implantação de uma instituição financeira destinada a um papel decisivo no alevantamento da economia nordestina... A região nordestina, em especial ocupou um lugar destacado nas preocupações do eminente estadista que preside os destinos do país. Sentiu ele que, ao lado de programas tradicionais de obras públicas, das novas perspectivas que se abrem com Paulo Afonso, era necessário um órgão financiador especializado no sistema das iniciativas federais para o combate às secas e a organização da economia regional... O Banco do Nordeste do Brasil é, desta forma, um instrumento adequadamente concebido da política do governo federal no desenvolvimento da economia nordestina. Vai o Banco do Nordeste do Brasil auxiliar o Ministério da Viação e Obras Públicas, o da Agricultura e outros ministérios e órgãos, como a Comissão do Vale do São Francisco, que atuam no desenvolvimento econômico-social da região.” (Id. *ibid.*, p. 167,168)

Contudo, apesar de tantos objetivos e expectativas em relação ao BNB, sua sede foi instalada em Fortaleza, onde se localizava a oligarquia nordestina cearense, evidenciando, de certa forma, a sobreposição dos interesses políticos e particularistas em detrimento dos interesses públicos. Como ressalta VILLA:

“Novamente os critérios políticos acabaram se sobrepondo às necessidades econômicas, favorecendo mais uma vez a oligarquia que usava as agências da União como instrumento de barganha eleitoral.” (2000, p.170)

Todavia, apesar dos evidentes interesses políticos da oligarquia nordestina cearense estarem intimamente relacionados à localização da sede do BNB, sua criação não deixa de ser uma importante medida tomada pelo governo federal em relação ao Nordeste, especialmente se analisada em conjunto à Usina de Paulo Afonso e o relatório de Hans Singer, que também evidenciam certa preocupação com o desenvolvimento econômico da região. Desta forma, tais realizações passaram a fazer parte das medidas que são tidas como marco do início de uma nova fase das políticas do governo federal para a região das secas, como ressalta Vargas em sua Mensagem Presidencial de 1952 ao citar o Banco do Nordeste do Brasil e a Usina de Paulo Afonso:

“O Banco representará a primeira providência concreta para início desse novo modo de encarar o problema das secas, expandindo e multiplicando os centros de resistência econômica, num programa integrado de aparelhamento e organização da produção, tendo como principal núcleo de irradiação a Usina de Paulo Afonso.” (p. 231)

Além destas realizações do governo federal para o Nordeste que bem representam o início de uma nova fase das políticas para a região das secas, foram elaborados também no governo Vargas três planos para a região, os quais mais expressam as preocupações do que as realizações do governo. Um dos Planos do governo federal realizado para o Nordeste, mais especificamente para a seca, foi o Planejamento de Combate às Secas, elaborado entre fevereiro e abril de 1953 pela Assessoria Econômica da Presidência da República. As questões centrais do plano eram: “1ª como enfrentar as emergências da seca; 2ª como reduzir progressivamente os efeitos das secas; 3ª como organizar e valorizar economicamente a região sujeita às secas periódicas.” (In: ALMEIDA, 1985, p. 226)

É importante ressaltar que no plano não somente questões já muito discutidas sobre a seca foram citadas, como por exemplo obras a serem executadas pelo DNOCS, mas também questões econômicas da região, desigualdade regional, industrialização e a migração nordestina, a qual, segundo o plano, deveria ser assistida pelo governo.

“Os excedentes populacionais das zonas menos favorecidas, tradicionalmente deslocados para a Amazônia, o Meio-Norte, a Zona do cacau e o Sul do país, deverão ser assistidos através de medidas constantes do Plano, as quais exigirão um levantamento de áreas fora do Polígono para onde se orientem as correntes migratórias assistidas. Cumpre, além disso, preparar previamente áreas dentro do próprio Polígono, ou em zonas a ele contíguas, para a localização de emigrantes, sobretudo nas fases de emergência, tendo em vista ampliar os centros regionais de resistência.” (Id. *ibid.*, p.245)

Ainda sobre a migração, são também citados no plano o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a Carteira de Colonização do Banco do Brasil (ainda projetos de lei elaborados pela Assessoria Econômica), cuja principal finalidade, seria, segundo o plano, “o encaminhamento e fixação de nordestinos na própria região ou em outras apropriadas.” (Id. *ibid.*, p. 251)

No mesmo ano foi também elaborado pela Assessoria Econômica uma Exposição de Motivos sobre a Colocação de Migrantes Nordestinos e Projeto de Colonização, que tinha como objetivo principal alocar os migrantes nordestinos em suas próprias terras a fim de reduzir o êxodo que, segundo o documento, estava se agravando:

“Não havendo dados sobre o êxodo na direção Norte ou Noroeste, sem dúvida muito menos numerosos, os números apresentados indicam o agravamento do fenômeno, destacando-se as alarmantes cifras da Bahia (onde as obras contra as secas tiveram relativamente menor importância).” (Id. *ibid.*, p. 257)

Para atingir este objetivo foi proposto no projeto a criação de um sistema de núcleos coloniais, pois segundo o plano seria fundamental para a alocação dos migrantes na região Nordeste. É ressaltado ainda que este objetivo contava com dois fatores favoráveis à sua execução:

“ - a adoção, pelo Ministério da Agricultura (Diretoria de Terras e Colonização), de métodos mais flexíveis e baratos de colocação de colonos nacionais, inclusive utilizando sistemas de cooperação com outros órgãos federais e estaduais; - a possibilidade de obter ainda boas terras gratuitamente ou a um preço muito reduzido, em algumas boas partes do Polígono das Secas, recentemente penetradas por vias modernas de transporte, e em áreas contíguas ao Polígono, sobretudo na região litorânea do Sul da Bahia (ao longo da BR-5 em construção), e zonas vizinhas do Nordeste de Minas, e na região do rio Parnaíba e Maranhão.” (Id. *ibid.*, p. 258)

No ano seguinte, entre março e julho, foi criado um Plano Federal para o Nordeste, elaborado e coordenado por Rômulo Barreto de Almeida, no período em que esteve como presidente do Banco do Nordeste do Brasil. O plano tinha como foco o desenvolvimento econômico da região através da elaboração de pequenos programas: “Trata-se, em síntese, de um

plano de pequenos programas articulados no sentido de tocar nos pontos estratégicos para o desenvolvimento geral da região.” (Id. *ibid.*, p. 269)

É importante ressaltar que no plano há três tópicos específicos sobre a migração nordestina: Melhoria da Habitação Rural; Habitação Rural – Pousos ou Hospedarias Rurais; e Pequena Colonização Municipal. De uma forma geral os três programas buscavam estratégias para reter os migrantes em suas terras, porém cada um de sua forma.

Em relação ao primeiro programa, “Melhoria da Habitação Rural”, tinha-se por objetivo “contribuir para o desenvolvimento da produção, o combate ao êxodo rural, a melhoria das condições sanitárias e para a maior estabilidade e difusão da pequena propriedade rural que tenha condições econômicas.” (Id. *ibid.*, p. 325) Mais especificamente sobre o combate ao êxodo rural, o programa previa a melhoria da habitação e a criação de ocupações durante o período da estiagem – o que também contribuiria para maior estabilidade da economia nordestina.

O programa referente à “Habitação Rural – Pousos ou Hospedarias Rurais”, dentre seus vários objetivos, tinha também como foco os retirantes das secas:

“Tais Pousos e Hospedarias são um recurso para os motoristas que constituem, hoje, o grupo pioneiro por excelência da penetração dos sertões, os viajantes comerciais, outra classe de grande importância no contato comercial e cultural, os fazendeiros, sitiantes, rendeiros e trabalhadores que se deslocam constantemente por motivos de negócios, de trabalho, de família ou de festividades religiosas e outras, e, ainda, as grandes levas de migrantes ou retirantes, que são obrigados, pelas calamidades das secas ou simplesmente pela alta taxa de crescimento da população, a se deslocarem para zonas novas ou mais favoráveis.” (Id. *ibid.*, p. 327)

Por fim, o programa “Pequena Colonização Municipal” tinha como finalidade localizar os nordestinos em sua própria região, evitando as migrações para outras regiões do país, através da criação de pequenos núcleos de habitação.

“Deveremos, com este programa, orientar, racionalmente, a localização dos excedentes de população rural e dos retirantes das calamidades, mantendo-os, na medida do possível, dentro da própria área nordestina, onde haja condições favoráveis para tal localização.” (Id. *ibid.*, p.329)

É importante ressaltar que apesar de certas realizações e planos para o Nordeste, o governo Vargas recebia ainda muitas críticas em relação às medidas realizadas e não realizadas para a região, pois muito era discutido em propostas e planos e pouco era efetivamente feito. Várias destas críticas podemos constatar na Câmara dos Deputados, onde não cessavam protestos contra as obras puramente assistencialistas e improvisadas, assim como reivindicações por medidas efetivas à região.

Neste sentido, o deputado José Augusto (PSD – PA), na Sessão de 14 de novembro de 1952, resalta que o governo não deveria ficar preso somente à estudos sobre o Nordeste, mas sim partir também para a fase das realizações:

“O que urge é por mãos à obra, isto é, aceitar as indicações dos técnicos, dos competentes e dos idôneos que vem desde a Monarquia, e não ficarmos apenas na fase de estudos, a lembrar aquela famosa frase pessimista de um ilustre filho do Nordeste que dizia em relação às secas: ‘estudos.’ Quer dizer, só se faz estudar, mas não se passa ao período das realizações.” (p. 65)

Assim como José Augusto, os deputados Medeiros Neto (PSD – AL) e Adail Barreto (UDN- CE), nas Sessões da Câmara de 29 de março de 1951 e de 1 de junho de 1951, respectivamente, também reivindicam por medidas mais efetivas ao Nordeste; o primeiro ressaltando o descaso com os açudes já existentes na região, e o segundo dirigindo seu apelo mais especificamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

“Permito-me, então, salientar que no meu estado existem vários açudes construídos há quase 30 anos, mas completamente abandonados. A própria zona hoje grassada pelo flagelo da seca, em Alagoas, é precisamente onde estão dois açudes inteiramente abandonados, e porque tal acontece, não conseguiram conter, não puderam deter a água que neste momento seria meio de mitigar a sede do sertanejo, obrigado a percorrer 70 a 80 quilômetros para buscar água em Palmeira dos Índios.” (p. 44)

“Estou certo – ou melhor, para ser mais real – estou na expectativa simpática de que S. Ex^a (Ministro da Viação e Obras Públicas), tendo regressado ao Rio de Janeiro após haver visto bem de perto a miséria reinante em todo o Nordeste brasileiro, se prepare para adotar providências mais efetivas, mais reais, mais prontas para debelar a crise. Até antes da ida de S. Ex^a, a verdade é que os serviços não estavam sendo capazes de socorrer toda a zona flagelada.” (p. 257)

Já o deputado Humberto Moura (UDN – CE), na Sessão da Câmara de 16 de julho de 1952, e o deputado Jaime Teixeira (PSD – BA), na Sessão de 12 de fevereiro de 1953, além de ressaltarem a necessidade de serviços permanentes para a região das secas, enfatizam também que as obras improvisadas não eram capazes de reter os nordestinos em suas terras, resultando assim na migração de muitos trabalhadores:

“Tenho em mãos uma informação que me foi prestada pelo Sr. Ministro da Fazenda sobre o montante das verbas destinadas às obras de emergências, no montante de 22 milhões de cruzeiros. Sempre obras improvisadas em que a aplicação das reservas financeiras não corresponde ao trabalho executado. Estes recursos dados ao Governo do Estado não foram melhor aplicados, como os seus antecessores, e por isso vivem sempre estes infelizes acossados pela obrigação penosa de emigrar.” (p. 168)

“Sem um plano de serviços permanentes, quer no setor da agricultura, quer no da viação, sofremos por isso mesmo; muito acentuadamente, a falta de meio com que amparar o braço desocupado, em consequência das circunstâncias atinentes aos fenômenos climáticos. Ora, o Sul, oferece a miragem de bons salários, que ficar fazendo aqui este homem quando apenas lhe ronda a casa a fome e a miséria?” (p. 87)

No mesmo sentido de enfatizar a migração, os deputados Sigefredo Pacheco (PSD – PI) e Aluísio Alves (UND – RN), nas Sessões da Câmara de 26 de março de 1951 e 12 de novembro de 1952, respectivamente, ressaltam a situação econômica do Nordeste como sendo uma das causas do êxodo, especificamente a falta de trabalho à população, que à obriga a buscar trabalho em outras cidades ou regiões:

“É preciso que o trabalho seja levado, com o auxílio do governo federal, não somente a certas zonas do Nordeste, mas a todos os seus municípios. Só assim será eficiente a ajuda do governo federal. Por que estendermos esse amparo somente a determinados municípios, se isto obriga o deslocamento das populações; com ele o abandono do lar, e, com grandes aglomerações, as epidemias?” (p. 153)

“As denúncias aqui trazidas não conseguiram fazer com que o Governo Federal, os homens públicos do Brasil, percebam toda a extensão da calamidade. Essa minha suposição se funda sobretudo no fato de haver constatado, mais de uma vez, em viagens consecutivas ao Nordeste, que as providências até agora tomadas não tiveram o mínimo efeito para dirimir as conseqüências da seca. Cerca de dezesseis mil nordestinos continuam a deixar, mensalmente, o Nordeste, tangidos, não apenas pelas secas, mas, principalmente, pela situação de exatidão econômica que cada dia se agrava.” (p. 64)

Especificamente sobre a seca e às obras de emergência, o deputado Manuel Novaes (PR – BA), na Sessão da Câmara de 26 de fevereiro de 1953, critica o DNOCS, ressaltando que medidas eram tomadas pelo departamento apenas quando a crise se agravava, o que não resolvia os problemas do Nordeste. No mesmo sentido, o deputado Arruda Câmara (PDC – PE), na Sessão de 28 de março de 1951, enfatiza que os socorros de emergência representavam apenas um grão de areia diante das medidas que realmente deveriam ser tomadas para a região:

“Tudo isso tem acontecido, Sr. Presidente, pela imprevidência dos homens que vêm, continuamente, dirigindo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, exceção feita ao Ministro José Américo de Almeida e ao seu então Diretor do Departamento, Engenheiro Luiz Vieira. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas até hoje não apresentou à Nação um plano de trabalho visando à solução deste importante problema brasileiro. É um erro, e um erro palmar, Sr. Presidente, cuidar-se do amparo aos flagelados nordestinos de um modo geral, apenas quando a crise se agrava. O que quer dizer: ‘o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vive um eterno emaranhado de soluções de emergência, quando no espírito de todos nós, sobretudo filhos do Nordeste, não paira a menor dúvida de que o problema da seca é de caráter permanente.’” (p. 321)

“É de tal vulto, porém, a calamidade que pesa sobre o Nordeste e sobre seu povo sofredor nesta hora, que esses chamados socorros de emergência representam apenas um grão de areia num vasto deserto, ou, para empregar expressão de uso vulgar, uma gota d’água no Oceano.” (p. 391)

Tais reivindicações para o Nordeste, apesar da nova fase das políticas do governo federal para a região, bem evidenciam que muito ainda precisava ser feito e muito ainda era tratado com descaso, especialmente se compararmos a atenção e os investimentos do governo na região Centro-Sul do país e na região Nordeste, como ressalta VILLA:

“Não só não havia planos para enfrentar o flagelo, como o Nordeste tinha sido deixado à própria sorte, concentrando-se a atenção e os investimentos governamentais no Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.” (op. cit., p.175)

Como já foi discutido, no período em questão as desigualdades regionais já existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul do país estavam sendo ainda mais acentuadas devido ao desenvolvimento econômico-industrial brasileiro em curso acontecer de forma regional,

reforçando a visão de que Nordeste era a região atrasada e o Centro-Sul, mais especificamente São Paulo, a região desenvolvida.

“A expansão econômica significou, evidentemente, a constituição do mercado interno, estruturado a partir das regiões industriais, nucleadas por São Paulo. A atuação do Estado, sendo decisiva, no processo de desenvolvimento em questão, teve também repercussão marcante na dinâmica espacial. A forma e o caráter da atuação do Estado, em sua amplitude nacional, na vigência da lei do desenvolvimento desigual, atende aos interesses das áreas do país onde se concentrou a indústria.”(TAVARES, 1989, p.62)

Contudo, apesar das políticas do governo federal terem privilegiado e sido cruciais para o acelerado desenvolvimento econômico-industrial do Centro-Sul, podemos dizer que medidas em relação ao desenvolvimento do Nordeste também existiram, como a criação do Banco do Nordeste do Brasil, embora tímidas se comparadas ao intervencionismo estatal em relação ao desenvolvimento econômico-industrial regional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período do segundo governo Vargas uma avalanche migratória deslocou um grande número de migrantes nordestinos para São Paulo, superando todos os valores registrados sobre a migração nordestina até o momento. Os maiores valores foram registrados, mais especificamente, nos anos de 1951 e 1952 e 1953, marcando assim o segundo governo Vargas como o período da grande migração nordestina.

Contudo, apesar de tais valores, já na década de 1930 esta migração passou a se destacar, superando o número de imigrantes estrangeiros que entravam no estado de São Paulo e trazendo assim para a região em desenvolvimento migrantes com características distintas dos trabalhadores estrangeiros que ali viviam e da população local. Assim, na primeira metade da década de 1950, quando a migração foi muito intensa, os estereótipos negativos em relação aos migrantes nordestinos já estavam consolidados, resultando em preconceito, discriminação e generalizações, que podem ser percebidas na rotulação de todos os migrantes vindos da região Nordeste como baianos.

Sobre esta questão é importante ressaltar que os baianos eram os migrantes nordestinos mais presentes no estado de São Paulo em 1950 e 1960 e os que mais passaram pela Hospedaria de Imigrantes no período da grande migração, o que pode ter contribuído para a criação do rótulo de baiano que generalizava todos os migrantes nordestinos.

O grande êxodo nordestino para São Paulo teve como pano de fundo um contexto de acentuada desigualdade regional no país, especialmente entre a região de origem e de destino dos migrantes, a qual estava em grande desenvolvimento econômico; e ainda um cenário de seca na região Nordeste, que assolou a região durante três anos (1951-1953). Estas duas questões, ou seja, seca e desigualdade regional, estiveram muitas vezes presentes nas discussões da Câmara dos

Deputados, especialmente quando a migração nordestina estava em pauta. Desta forma, nestes debates os políticos ressaltavam o descaso com a região Nordeste, os problemas que a seca acarretava, a situação da população flagelada, a atração que São Paulo e seu desenvolvimento econômico ocasionava; enfim, todo um quadro que bem explicita a migração e os fatores relacionados a ela era construído através de tais discussões. Todavia, apesar dos vários debates e também dos comentários sobre a migração nas Mensagens Presidenciais, efetivamente aos migrantes nada foi feito. As condições de trabalho no Nordeste permaneciam com o mesmo caráter assistencialista de períodos de seca, a vinda dos retirantes continuava um martírio nos vagões dos trens de segunda e nas carrocerias dos paus-de-arara e a adaptação no local de destino transformava-se numa busca pelos trabalhos que a falta de qualificação e a discriminação permitiam conseguir.

Entretanto, não poderíamos deixar de ressaltar que no período do segundo governo Vargas houve a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que tinha como objetivo principal financiar o desenvolvimento econômico da região, além de outras questões que evidenciam também uma certa preocupação com este desenvolvimento. Desta forma, o governo tornou-se um marco do período de transição de uma fase em que as políticas para o Nordeste estavam sustentadas na preocupação da falta de água para uma fase em que o desenvolvimento econômico da região passou a estar em pauta. Contudo, as medidas tomadas não foram suficientes para atenuar os efeitos da seca e as grandes disparidades regionais, fatores que fizeram parte do contexto da grande migração nordestina para São Paulo, evidenciando assim que muito ainda deveria ser feito para a região Nordeste a fim de reduzir a migração para outras regiões do país.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. *O Nordeste no segundo governo Vargas*. Fortaleza, BNB, 1985.

Anais da Câmara dos Deputados (1951-1954).

Anuário Estatístico do Brasil (1949, 1950, 1951, 1952, 1953).

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O segundo governo Vargas*. São Paulo, Ática, 1992.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D' (organizadora). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

BASTOS, Elide Rugai . *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

BORGES, Pompeu Accioly. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1998.

CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.

Censo Demográfico 1950 - 1960.

Comissão Incorporadora do BNB. *Banco do Nordeste do Brasil - Uma Nova Fase na Luta Contra as Secas*. 1953.

Dados Históricos dos Censos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 março 2004.

DURHAN, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo, Humanitas, 2003.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GRAHAM, Douglas H. HOLLANDA F., Sérgio Buarque. *Migrações internas no Brasil, 1872-1970*. São Paulo, IPE USP, 1984.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

LACERDA, Antonio Corrêa de. *Economia Brasileira*. São Paulo, Saraiva, 2000.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

Mensagens Presidenciais (1933, 1935, 1936, 1937, 1951, 1952, 1953, 1954). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>. Acesso em: 2003 - 2004.

MORAES, Reginaldo de. *Celso Furtado – O subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo, Ática, 1995.

MOURA, Hélio A. (organizador). *Migração interna*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

PAIVA, Odair da Cruz. *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes (1888 – 1993)*. São Paulo, Memorial do Imigrante - Secretaria de Estado da Cultura, 2001.

PÁVOA, Helion N. A produção de um estigma: *Nordeste e nordestinos no Brasil*. Revista Travessia, n.º. 19, 1994, p. 20.

Relatório do Ministro da Viação e Obras Públicas (1951-1952). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>. Acesso em: 2003 - 2004.

Revista O Cruzeiro (1951 – 1955).

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da cepal*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

ROSSINI, Rosa Éster. *Estado de São Paulo: A intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano*. Revista de Ciências e Cultura, n.º. 7, v. 29, jul. 1977.

TAVARES, Hermes Magalhães. *Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1989.

SINGER, Hans Singer. *Estudo sobre o desenvolvimento econômico no Nordeste*. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Itamar de. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

VIANA, Cibelis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento – De Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil – De Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 1983.

VILAÇA, Marcos Vinícios. *Em torno da sociologia do caminhão*. Rio de Janeiro, EDUFF, 1987.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão - História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo, Ática, 2000.